

Série Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde

DESIGUALDADE SOCIAL, CUIDADO E PÓS-COVID-19

CONSTRUÇÃO DE PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE E COMUNIDADE NA BAIXADA SANTISTA

Carlos Roberto de Castro e Silva
Nadia Vitorino Vieira
Luciane Pinho de Almeida
Claudia Camilo
Hailton Yagiu
(ORGANIZADORES)





A **Editora Rede UNIDA** oferece um acervo digital para **acesso aberto** com mais de 300 obras. São publicações relevantes para a educação e o trabalho na saúde. Tem autores clássicos e novos, com acesso **gratuito** às publicações. Os custos de manutenção são cobertos solidariamente por parceiros e doações.

Para a sustentabilidade da **Editora Rede UNIDA**, precisamos de doações. Ajude a manter a Editora! Participe da campanha «e-livro, e-livre», de financiamento colaborativo.

Acesse a página
<https://editora.redeunida.org.br/quero-apoiar/>
e faça sua doação

Com sua colaboração, seguiremos compartilhando conhecimento e lançando novos autores e autoras, para o fortalecimento da educação e do trabalho no SUS, e para a defesa das vidas de todos e todas.

Acesse a Biblioteca Digital da Editora Rede UNIDA
<https://editora.redeunida.org.br/>

E lembre-se: compartilhe os links das publicações, não os arquivos. Atualizamos o acervo com versões corrigidas e atualizadas e nosso contador de acessos é o marcador da avaliação do impacto da Editora. Ajude a divulgar essa ideia.

editora.redeunida.org.br



ORGANIZADORES

Carlos Roberto de Castro e Silva

Nadia Vitorino Vieira

Luciane Pinho de Almeida

Claudia Camilo

Hailton Yagiu

Série Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde

**DESIGUALDADE SOCIAL,
CUIDADO E PÓS-COVID-19:
CONSTRUÇÃO DE PARCERIA ENTRE
UNIVERSIDADE E COMUNIDADE NA
BAIXADA SANTISTA**

1^a Edição

Porto Alegre

2025

editora



redeunida

Copyright © 2025 by Carlos Roberto de Castro e Silva, Nadia Vitorino Vieira, Luciane Pinho de Almeida, Claudia Camilo, Hailton Yágiu e Associação Rede Unida



Este trabalho está licenciado sob a licença Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

Coordenador Geral da Associação Rede UNIDA

Alcindo Antônio Ferla

Coordenação Editorial

Editores-Chefes: **Alcindo Antônio Ferla e Héider Aurélio Pinto**

Editores Associados: Carlos Alberto Severo García Júnior, Denise Bueno, Diéssica Roggia Piexak, Fabiana Mânia Martins, Fernanda Cornelius Lange, Frederico Viana Machado, Jacks Soratto, João Batista de Oliveira Junior, Júlio César Schweickardt, Károl Veiga Cabral, Márcia Fernanda Mello Mendes, Márcio Mariath Belloc, Maria das Graças Alves Pereira, Michelle Kuntz Durand, Quelen Tanize Alves da Silva, Ricardo Burg Ceccim, Roger Flores Ceccon, Sheila Rubia Lindner, Stela Nazareth Meneghel, Stephany Yolanda Ril, Suliane Motta do Nascimento, Virginia de Menezes Portes

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);

Alcindo Antônio Ferla (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Angel Martínez-Hernández (Universitat Rovira i Virgili, Espanha);

Angelo Stefanini (Università di Bologna, Itália);

Ardigó Martino (Università di Bologna, Itália);

Berta Paz Lorido (Universitat de les Illes Balears, Espanha);

Celia Beatriz Iriart (University of New Mexico, Estados Unidos da América);

Denise Bueno (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Emerson Elias Merhy (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil);

Érica Rosalba Mallmann Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Francisca Valda Silva de Oliveira (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil);

Héider Aurélio Pinto (Universidade Federal da Recôncavo da Bahia, Brasil);

Izabella Barison Matos (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);

Jacks Soratto (Universidade do Extremo Sul Catarinense);

João Henrique Lara do Amaral (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil);

Júlio Cesar Schweickardt (Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil);

Laura Camargo Macruz Feuerwerker (Universidade de São Paulo, Brasil);

Leonardo Federico (Universidad Nacional de Lantús, Argentina);

Lisiane Bôer Possa (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil);

Luciano Bezerra Gomes (Universidade Federal da Paraíba, Brasil);

Mara Lisiane dos Santos (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil);

Márcia Regina Cardoso Torres (Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil);

Marco Akerman (Universidade de São Paulo, Brasil);

Maria Augusta Nicoli (Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale dell'Emilia-Romagna, Itália);

Maria das Graças Alves Pereira (Instituto Federal do Acre, Brasil);

Maria Luiza Jaeger (Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil);

Maria Rocineide Ferreira da Silva (Universidade Estadual do Ceará, Brasil);

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira (Universidade Federal do Pará, Brasil);

Priscilla Viegas Barreto de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco);

Quelen Tanize Alves da Silva (Grupo Hospitalar Conceição, Brasil);

Ricardo Burg Ceccim (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil);

Rossana Staevie Baduy (Universidade Estadual de Londrina, Brasil);

Sara Donetto (King's College London, Inglaterra);

Sueli Terezinha Goi Barrios (Associação Rede Unida, Brasil);

Túlia Batista Franco (Universidade Federal Fluminense, Brasil);

Vanderléia Laodete Pulga (Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil);

Vanessa Iribarrem Avena Miranda (Universidade do Extremo Sul Catarinense/Brasil);

Vera Lucia Kodjagolianian (Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde/LAIS/UFRN, Brasil);

Vincenza Pellegrini (Università di Parma, Itália).

Comissão Executiva Editorial
Alana Santos de Souza
Jaqueline Miotti Guarneri
Camila Fontana Roman
Carolina Araújo Londero

Revisão do Texto
Tiago Estrela

Capa | Diagramação
Lucia Pouchain

Foto de Capa
Thais Cavalcante Braga

Financiamento

Auxílio Regular FAPESP. processo número 2023/05292-1.
Cuidado na desigualdade social: abordagens interdisciplinares no
enfrentamento aos agravos da COVID-19 em território vulnerável.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D457

Desigualdade social, cuidado e pós-covid-19: construção de parceria entre universidade e comunidade na Baixada Santista/ Carlos Roberto de Castro e Silva; Nadia Vitorino Vieira; Luciane Pinho de Almeida; Claudia Camilo; Hailton Yagiu (Organizadores) – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2025.

179 p. (Série Interlocuções Práticas, Experiências e Pesquisas em Saúde, v. 70).

E-book: 2.50 Mb; PDF

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5462-227-1

DOI: 10.18310/9786554622271

1. Covid-19. 2. Desigualdade social. 3. Educação Continuada. 4. Cuidado coletivo
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

NLM WA 590

CDU 614:364-787.26

Catalogação elaborada pela bibliotecária Alana Santos de Souza - CRB 10/2738

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3391-1252

www.redeunida.org.br



PREFÁCIO

Há territórios que ensinam mais do que qualquer tratado. Lugares onde a vida insiste, mesmo quando a dignidade parece ausente. A Vila dos Pescadores, em Cubatão (SP), é um desses espaços-símbolos: margem e centro, periferia e potência, dor e invenção. É dela que nasce o livro que agora você tem em mãos, uma obra que não se limita a analisar as desigualdades sociais, mas as enfrenta com a coragem e a ética da solidariedade.

Para além de um produto acadêmico, este livro é um testemunho vivo de pesquisa comprometida com a transformação social. Ele emerge de uma longa história que une a universidade pública, o Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade Social (LEDS) e os sujeitos que fazem da pesquisa participante uma prática de resistência e esperança. Ao longo de mais de uma década, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a comunidade da Vila dos Pescadores construíram uma relação rara e profunda: a produção de conhecimento como diálogo entre saberes e afetos, entre teoria crítica e o chão das experiências humanas.

A pesquisa participante, como lembram Paulo Freire e Orlando Fals Borda, nasce da indignação ética e da esperança ativa. Não se trata de observar a pobreza à distância, mas de partilhar o mundo com os que lutam para viver com dignidade. Essa é a espinha dorsal da obra: uma ciência insurgente que se recusa a

ser neutra, que reconhece nas populações vulnerabilizadas não objetos, mas sujeitos de saber e de poder.

No primeiro capítulo, “Pesquisa Participante e Desigualdade Social: desafios para a transformação social em território vulnerabilizado”, o leitor é conduzido ao coração metodológico e ético da proposta. A equipe de pesquisa mergulha na vida cotidiana da Vila, acompanhando o pulsar de suas ruas, de suas marés e de suas dores. O trabalho de campo não é mera coleta de dados, mas ato de reconhecimento mútuo: a universidade aprende com o território, e o território se reconhece na universidade.

Um gesto político e pedagógico de pesquisar com, e não sobre, o povo. É também um gesto de resistência frente ao desmonte da esfera pública e à mercantilização do conhecimento, que reduzem a pesquisa a um bem de consumo e negam o seu sentido emancipador. Aqui, ao contrário, o saber é devolvido à sua função mais nobre: servir à vida e à justiça social.

O segundo capítulo, “Viver e cuidar nas margens: lições da pandemia e da solidariedade”, amplia o olhar sobre a Pandemia de covid-19, compreendendo-a como sindemia, expressão de uma crise múltipla, sanitária e social, na qual a desigualdade mata tanto quanto o vírus.

A narrativa é atravessada por vozes que revelam o cotidiano da vulnerabilidade: o esgoto a céu aberto, a fome, o medo das operações policiais e a precarização do trabalho. Mas também o gesto generoso das redes de solidariedade, os mutirões de marmitas, as lideranças que transformam a dor em ação.

Nessas páginas, o leitor reencontra o Brasil real, aquele que resiste apesar do Estado. E aprende que cuidar nas margens é, antes de tudo, um ato político, expressão da solidariedade como resposta à barbárie, um grito de humanidade em meio à necropolítica, conceito que o livro convoca com coragem. Ao iluminar as práticas de solidariedade, o texto mostra que, nas favelas, o cuidado é política pública em seu estado bruto: surge onde o poder falha e o povo se organiza.

O terceiro capítulo, “Promoção do cuidado das Infâncias em território vulnerabilizado e a Educação Permanente em Saúde”, nos convida a enxergar a primeira infância como campo de disputa e de esperança.

Em um contexto em que a infância pobre é muitas vezes tratada como problema e não como promessa, o capítulo revela que o cuidado infantil é também ação política e pedagógica, que ultrapassa o espaço familiar e envolve toda a comunidade. Inspirado no pensamento de Paulo Freire, o texto lembra que educar é transformar pessoas, e pessoas transformam o mundo. Por isso, falar de infâncias em territórios vulnerabilizados é discutir o futuro da própria democracia.

A pesquisa mostra que tratar a infância como horizonte civilizatório e investir nas crianças é o caminho mais concreto para romper o ciclo da desigualdade, reafirmando o que o SUS e o ECA já enunciam: nenhuma criança pode ser deixada para trás.

O quarto capítulo, “Práticas de cuidado na Vila dos Pescadores: protagonismo das mulheres e Educação Permanente em Saúde”, é um hino à resistência feminina.

Ao narrar as trajetórias das mulheres que sustentam o cotidiano da Vila – mães, trabalhadoras, lideranças – o texto dá rosto e voz a uma tradição de cuidado que é também luta por reconhecimento e por direitos.

São mulheres negras e pobres, herdeiras de uma história de opressão colonial que as empurrou para o cuidado dos outros e negou o cuidado de si. Mas, como mostram as autoras, elas transformam essa herança em potência política: fazem do cuidado um espaço de autonomia, solidariedade e transformação social.

Nelas, o cuidado deixa de ser submissão e se torna insubmissão: ato de amor que desafia as estruturas patriarciais e racistas, gesto coletivo que resgata o sentido público da vida.

Ao lado da teoria feminista interseccional (Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene), o capítulo traz o que há de mais vivo na Saúde Coletiva, o encontro entre corpo, território e emancipação. As mulheres do cuidado como força motriz da vida.

Em “Participação social e mobilização da juventude: formas de resistência em tempos de crise sanitária”, os autores nos lembram que a juventude periférica é alvo preferencial da violência e da exclusão – mas também sujeito de rebeldia e criação.

O texto é atravessado pela música de Emicida e pela filosofia de Vigotski e Sawaia, compondo uma sinfonia que une dor e esperança.

Diante de uma política de morte que criminaliza a pobreza e a juventude negra, os jovens da Vila dos Pescadores reinventam o direito à cidade, ao corpo, à palavra e ao sonho.

Os projetos culturais, esportivos e comunitários relatados no capítulo mostram que a resistência é também uma

forma de cuidado coletivo, que produz saúde, pertencimento e cidadania.

Quando o Estado se ausenta, é a cultura que cura. É o afeto que reorganiza o mundo. É a juventude que reencanta a democracia, lembrando que a política só tem sentido quando se faz com o povo e para o povo. E que Juventude é resistência e democracia.

Atravessando todos os capítulos está o eixo da Educação Permanente em Saúde, compreendida não como um programa técnico, mas como dispositivo de emancipação.

A cada encontro, oficina, diário de campo e grupo gestor, o livro revela uma pedagogia da escuta e da partilha, fiel à tradição freiriana, que inspira a Educação Permanente em Saúde.

A Educação Permanente, aqui, é o espaço onde o saber técnico encontra o saber popular e ambos se transformam. É também o lugar onde a universidade pública se reinventa e se refaz no território, deixando de ser torre de marfim para se tornar casa comum.

Ao apostar na formação crítica dos profissionais do SUS e dos sujeitos do território, o projeto que deu origem ao livro constrói uma resposta prática à crise civilizatória: produzir saúde é produzir cidadania.

Cada capítulo deste livro é um pedaço de uma mesma travessia: a de construir uma ciência pública, ética e democrática. Uma ciência que cuida, um SUS que emancipa.

No tempo em que vivemos, marcado pela desigualdade, pela desinformação e pelo autoritarismo, afirmar o compromisso entre ciência, política e vida é um ato de coragem.

O livro demonstra que a pesquisa é também uma forma de cuidado, porque reconhece o outro, escuta o sofrimento, constrói soluções coletivas. E o cuidado, por sua vez, é uma forma de fazer política, porque luta contra tudo o que desumaniza.

Essa circularidade – ciência que cuida e cuidado que emancipa – é o que sustenta o SUS como conquista civilizatória.

Defender o SUS é defender o direito à vida, à verdade, à democracia. E este livro, nascido da Vila dos Pescadores, reafirma que o SUS pulsa onde há comunidade, solidariedade e esperança.

A democracia, como a saúde, é frágil e precisa ser cuidada todos os dias.

O livro convida a pensar o cuidado como prática política, não restrita à clínica, mas ampliada à vida em comum. A pensar a democracia como cuidado coletivo.

A Vila dos Pescadores, com suas lutas e contradições, mostra que a cidadania se aprende no exercício cotidiano da solidariedade e na afirmação dos direitos.

A democracia se fortalece quando a voz dos invisibilizados ecoa no espaço público. E é isso que esta obra faz: devolve à palavra o seu poder de transformação.

Em tempos de desesperança e ódio, este livro é um ato de fé. Não uma fé ingênua, mas aquela que “não costuma falhar”, como canta Gilberto Gil – a fé no povo, na ciência, no SUS, na solidariedade.

A fé de quem acredita que a periferia é também um centro de sabedoria e de futuro. A fé de quem aposta na potência coletiva e na educação popular como ferramentas para reinventar o país.

Este livro nasce das margens para nos ensinar o essencial: que o cuidado é revolucionário, e que a democracia só existe quando se faz com amor, esperança e com o povo dentro.

Arthur Chioro

Médico sanitista. Doutor em Saúde Coletiva. Professor associado do Departamento de Medicina e do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Escola Paulista de Medicina (UNIFESP). Foi secretário municipal de saúde (São Vicente e São Bernardo do Campo) e Ministro de Estado da Saúde. Atualmente é presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)



SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Arthur Chioro	
APRESENTAÇÃO	17
Carlos Roberto de Castro e Silva	
CAPÍTULO 1	
PESQUISA PARTICIPANTE E DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM TERRITÓRIO VULNERABILIZADO.....	25
Thaís Cavalcante Braga, Hailton Yagiu, Nádia Vitorino Vieira, Francisca Adeíza Nascimento Monteiro Oliveira, Carlos Roberto de Castro-Silva	
CAPÍTULO 2	
VIVER E CUIDAR NAS MARGENS: LIÇÕES DA PANDEMIA E DA SOLIDARIEDADE	59
Hailton Yagiu, Crisley dos Santos Passos, Deborah Nimtzovitch Cualhete, Laís dos Santos Silva, Sueli Terezinha Ferrero Martin, Vera Schattan Pereira Coelho, Carlos Roberto de Castro-Silva	

CAPÍTULO 3

PROMOÇÃO DO CUIDADO DAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIO VULNERABILIZADO E A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE..... 91

Lucélia Avelino, Laura Leal Nosella, Maria Inês Badaró, Mabel Cavalcanti, Marly Vicente da Silva, Fernando Santos Andrade

CAPÍTULO 4

PRÁTICAS DE CUIDADO NA VILA DOS PESCADORES: PROTAGONISMO DAS MULHERES E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE..... 109

Josilene Brandão de Souza, Claudia Camilo de Oliveira, Marly Vicente da Silva, Nádia Vitorino Vieira, Luciane Pinho de Almeida

CAPÍTULO 5

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE: FORMAS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA 133

Victor Freire, Hailton Yagiu, Mauro Serapioni, Vera Schattan, Aline Abrantes, Sandra Cristina de Costa e Silva

LISTA DE PARECERISTAS 162

EQUIPE DE PESQUISA 165

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES 168

ÍNDICE REMISSIVO 176

APRESENTAÇÃO

A apresentação deste livro sugere a retrospectiva de uma história mais antiga, que tem como marco o período entre o final de 2011 e o início de 2012. Essa data inaugurou uma parceria da UNIFESP, especificamente com o grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade Social (LEDS), e a Secretaria de Saúde de Cubatão, com destaque para a aproximação com a unidade de saúde da Vila dos Pescadores. A unidade de saúde da família do bairro desencadeou uma articulação com organizações de base comunitária do território. Essa parceria culminou nos resultados apresentados nesta pesquisa.

Neste processo de aproximação de nosso grupo de pesquisa com a unidade de saúde da Vila dos Pescadores, o agente comunitário de saúde (ACS) foi fundamental para que conhecêssemos a dinâmica do serviço de saúde e também da comunidade da Vila. O primeiro projeto desenvolvido nesse território, inclusive, tinha como foco a compreensão do papel do ACS em uma maior aproximação entre as necessidades dos moradores e as ações desenvolvidas pelo serviço de saúde. Desde então, esse ator social, que movimenta o bairro e contribui para a construção de práticas da saúde da família mais sintonizadas com as demandas das famílias, tem sido um parceiro constante nas atividades que desenvolvemos nesse território. Isso se

estende para além das ações de pesquisa, alcançando também a implementação das ações de ensino e extensão.

As pesquisas realizadas neste território até o momento foram inúmeras, mais de 30. Estas, de diferentes níveis acadêmicos, desde iniciação científica, passando pela pós-graduação (mestrados e doutorados), até pesquisas mais amplas de caráter guarda-chuva, com financiamentos de agências de fomento, especialmente CNPq e FAPESP, colaboraram para uma presença cada vez mais perene e comprometida da universidade com este território.

Essas pesquisas sempre tiveram como desencadeadores demandas de saúde provenientes dos serviços públicos ou dos movimentos sociais, principalmente relacionadas aos determinantes sociais da saúde. Dessa forma, balizados pela pesquisa participante, sempre valorizamos a produção de conhecimento calcada na troca entre os saberes acadêmicos e populares. Foram muitas as atividades desenvolvidas por meio de oficinas, rodas de conversa e outras estratégias pautadas em trocas de experiência e diálogos, ou seja, um movimento de aprendizado contínuo, especialmente orientado pela filosofia freiriana.

Os temas tratados, assim como as populações-alvo das pesquisas, sempre tiveram a desigualdade social como balizadora para a construção teórico-conceitual e metodológica dessas práticas, visto que as determinações sociais dos processos de saúde-doença e cuidado impactam de maneira indelével a qualidade e as condições de vida dessa população. Os trabalhos desenvolvidos permitiram, por meio dessa lente, compreender

e formular proposições para mulheres que sofrem diferentes formas de violência de gênero, bem como construir e fortalecer projetos de vida para jovens com poucas opções além daquelas relacionadas ao tráfico de drogas, entre outras ações voltadas à promoção da saúde mental entre profissionais e usuários dos serviços de saúde.

O horizonte dessas práticas tem sido orientado pela utopia de uma sociedade mais justa, em que as pessoas se percebam cidadãs por meio de um poder público presente e resolutivo em questões básicas de saúde, educação e cultura. Ou seja, a proposição de transformação social tem alimentado o exercício de um trabalho árduo e constante em meio às investidas truculentas de operações policiais em confronto com o crime organizado.

Dessa forma, notamos na rotina cotidiana que a universidade vem sendo convocada, primeiro, a se posicionar frente a tantas injustiças vivenciadas por populações excluídas de seus direitos básicos e, segundo, a rever o significado da produção e a validação de conhecimento diante da sociedade. Acreditamos que já dispomos de um repertório teórico-conceitual que nos permite considerar a ciência como um ato ético-político. Temos, no histórico da pesquisa participante na América Latina, a evidência da necessidade desse compromisso ético-político com a transformação social, especialmente para aqueles que sofrem as consequências da desigualdade social.

Nesse sentido, é importante lembrarmos algumas das escolhas teórico-conceituais que orientam a prática dessas

pesquisas. Isso sugere, em primeiro lugar, destacar o espaço do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade Social (LEDS), que tem contribuído para a formação de novos pesquisadores e para debates atuais relacionados ao tema da desigualdade social. Destacamos que nosso olhar para as questões sociais tem sido dirigido pela intersubjetividade. Essa perspectiva nos filia a uma tradição da psicologia social crítica, baseada no materialismo histórico-dialético, que valoriza a dialética entre sujeito e meio social, sendo o campo de tensão gerado responsável por suscitar interpretações possíveis sobre diferentes visões de mundo e formas de compreendê-lo. Ou seja, a formação e a qualidade dos vínculos afetivos e sociais orientam a maneira de compreender os processos de saúde-doença e cuidado.

A partir do referencial da psicologia sócio-histórica, estabelecemos diálogos com diferentes áreas das ciências sociais e humanas e, destas, com a saúde coletiva, favorecendo a compreensão interdisciplinar do fenômeno da desigualdade social. O desafio é grande, pois o rigor científico necessário deve incluir parâmetros de uma práxis transformadora.

Esse breve preâmbulo buscou mostrar que a produção deste livro, com foco na Educação Permanente em Saúde, é resultante de um histórico que pretende, mais uma vez, reforçar a parceria com profissionais de saúde, educação, desenvolvimento social e lideranças comunitárias na busca pelo fortalecimento de políticas públicas sociais pautadas pelos princípios do SUS e do SUAS.

Entretanto, essa produção foi possível devido ao desenvolvimento de uma pesquisa ampla, de caráter guarda-

chuva, socialmente comprometida com as questões enfrentadas pela população da Vila dos Pescadores, tendo como objetivo compreender os sentidos e significados das formas de enfrentamento da Pandemia de covid-19 pelas organizações de base comunitária e pelo serviço público atuante na Vila dos Pescadores, no município de Cubatão. A pesquisa denominada “Cuidado na desigualdade social: abordagens interdisciplinares no enfrentamento aos agravos da COVID-19 em território vulnerável”, com financiamento da FAPESP (Auxílio Regular, Processo n. 2023/05292-1), possibilitou o acolhimento de outros projetos de iniciação científica, mestrados, doutorados e pós-doutorado.

Cada um deles fortaleceu, por ângulos diferentes, a perspectiva de enfrentamento e aprendizado, especialmente no período pós-covid-19. Eles puderam se debruçar sobre os seguintes objetivos específicos: analisar e discutir a qualidade dos vínculos afetivos e sociais na construção de processos de participação e controle que potencializam transformações estruturais no território; compreender o cuidado produzido em território vulnerabilizado no contexto da Pandemia de covid-19, liderado por mulheres negras e pardas na atenção básica à saúde e nas organizações de base comunitária; e identificar desdobramentos da Pandemia de covid-19 na saúde e no modo de vida da população, em especial mulheres, jovens e crianças em território vulnerável. É importante destacar que a equipe de pesquisa se desdobrou em planejamentos, avaliações e atividades articuladas com a população desse território, demonstrando uma sistemática participante que parte da realidade social de nosso tempo presente.

Entretanto, nesta etapa de produção do livro, é necessário lembrar a colaboração preciosa dos pesquisadores associados, professores doutores de diferentes universidades, que, a partir de suas expertises, puderam qualificar sobremaneira este material. Ressaltamos a parceria com a Fundação Cuidar o Futuro, que inspirou este trabalho por meio do legado de Maria Lourdes Pintasilgo. Ainda nessa linha de colaborações, precisamos destacar a importância do suporte técnico oferecido pelos bolsistas TT3 na organização e sistematização de mais de 60 diários de campo, dez entrevistas em profundidade e dez encontros do grupo gestor da pesquisa.

Dessa forma, temos a satisfação de apresentar os cinco capítulos que compõem este livro como uma produção coletiva, organizada pelo encontro entre diferentes atores sociais envolvidos, já mencionados acima. Esses encontros foram balizados pelas visitas ao território, orientadas pela observação participante, pelas reuniões do grupo gestor da pesquisa e pelos encontros para entrevistas individuais. Lembramos que o Capítulo 1 buscou expressar as características da metodologia empregada e o Capítulo 2 apresentou aspectos sócio-históricos do território. Assim, os demais capítulos se detiveram em suas temáticas específicas.

A proposição do livro inicia com o Capítulo 1, “Pesquisa participante e desigualdade social: desafios para a transformação social em território vulnerabilizado”. O capítulo explora a pesquisa participante como ferramenta de transformação social e documenta o impacto das desigualdades e da pandemia no território. Enfatiza a resistência local e o diálogo entre universidade e comunidade.

O Capítulo 2, “Viver e cuidar nas margens: lições da pandemia e da solidariedade”, discute como a pandemia exacerbou desigualdades na Vila dos Pescadores, impondo desafios ao acesso às políticas públicas sociais e às redes de apoio comunitário.

O Capítulo 3, “Promoção do cuidado das infâncias em território vulnerabilizado e a Educação Permanente em Saúde”, descreve ações voltadas à primeira infância em Cubatão, abordando como a solidariedade e a articulação comunitária mitigam a falta de infraestrutura e de políticas públicas voltadas ao bem-estar.

O Capítulo 4, “Produção de cuidado na Vila dos Pescadores: protagonismo das mulheres e Educação Permanente em Saúde”, foca no protagonismo das mulheres líderes da Vila, responsáveis pela articulação de redes comunitárias e pela mediação dos cuidados. Ressalta a Educação Permanente como estratégia para integrar a experiência das lideranças e fortalecer o Sistema Único de Saúde.

O Capítulo 5, “Participação social e mobilização da juventude: formas de resistência em tempos de crise sanitária”, analisa como os jovens da Vila participam das redes comunitárias e enfrentam opressões e desafios, como violência urbana e falta de oportunidades. Destaca iniciativas como o projeto “Sai da Rua e Vem pro Fundão” e debates sobre a criminalização da juventude negra.

Assim, convidamos os leitores desta obra a uma leitura que os instigue a perseverar na vida, como diria o filósofo Espinosa, numa vida mais justa, compartilhando e multiplicando esse aprendizado com seus parceiros de trabalho.

Carlos Roberto de Castro e Silva
Coordenação do projeto de pesquisa

CAPÍTULO 1

PESQUISA PARTICIPANTE E DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM TERRITÓRIO VULNERABILIZADO

Thaís Cavalcante Braga
Hailton Yagiu
Nádia Vitorino Vieira
Francisca Adeíza Nascimento Monteiro Oliveira
Carlos Roberto de Castro-Silva

*A fé 'tá na maré
Na lâmina de um punhal
Oh, oh
Na luz, na escuridão
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá (oléle)
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
(Gilberto Gil)*

INTRODUÇÃO

Como pesquisadores, é inevitável a sede por saber. Há uma busca constante para responder às perguntas que tanto nos assombram. Quando nos debruçamos nas pesquisas no campo das ciências sociais e humanas, reconhecemos a existência das diversas dimensões da vida. Por isso, embasados em uma pesquisa qualitativa, composta, sobretudo, pela experiência e a ação (Minayo, 2012), buscamos o compromisso ético-político com as realidades históricas da população vulnerabilizada socialmente (Deslandes *et al.*, 2024; Demo, 1995).

Dentre as diferentes modalidades de pesquisa qualitativa destacamos a Pesquisa Participante. Ela tem sua origem na América Latina à margem da universidade e impulsionada por movimentos sociais. Apesar de ser pensada e remodelada por acadêmicos, ela só ganha espaço no mundo científico por muita resistência e ativismo. Paulo Freire e Orlando Fals Borda são os principais nomes que surgem com essa abordagem no contexto latino-americano (Brandão, 2006).

Essa modalidade de pesquisa, conectada à educação popular, propõe-se a realizar um trabalho político de transformação. Não há desejo em consertar problemas setoriais de uma comunidade, mas sim propiciar mudanças estruturais (Brandão, 2006). O contexto de autoritarismo e militarização em que a Pesquisa Participante surge no Brasil (1960-1980) nos faz lembrar que seu nascedouro expressa a tentativa de construir uma

ciência popular que dialogue com as demandas e os interesses das classes populares (Brandão, 2006).

A desigualdade social, compreendida sob a ótica de quem a vivencia cotidianamente, constitui um vetor de intenso sofrimento por sua ameaça constante à vida. Esta desigualdade fomenta injustiças, priva acessos à saúde, educação, felicidade, liberdade e criatividade, originando-se na distribuição desequilibrada do poder e gerando uma falsa ideia de que a saúde do capital é mais relevante e digna do que a saúde do povo (Figueiredo; Sawaia, 2020; Sawaia, 2009).

Seria eticamente questionável estudar esse fenômeno sem valorizar o saber daqueles que diariamente sofrem de suas consequências. Sem explorar este espaço, a produção de ciência seria dedicada exclusivamente à classe burguesa (Chauí, 1981). Como posso tentar combater algo que nem mesmo sei como, onde, o que e a quem impacta? Compreender as demandas da parcela da sociedade que sofre com o desequilíbrio de distribuição de poder é garantir a produção de saber comprometida ética-politicamente (Martin-Baró, 2017; Lane; Codo, 2006).

O trabalho realizado no decorrer do projeto “Cuidado na desigualdade social: abordagens interdisciplinares no enfrentamento aos agravos da Covid-19 em território vulnerável”, se desenvolveu na Vila dos Pescadores, bairro localizado no município de Cubatão (SP). O bairro é marcado por grandes dificuldades em relação à desigualdade social, entretanto resiste por meio do trabalho de atores sociais que se empenham imensamente em criar espaços de esperança, proteção e cuidado. O projeto é

um estudo que investiga como as inovações no cuidado em saúde foram construídas e implementadas em um território socialmente vulnerável durante e após a sindemia¹ de covid-19.

O objetivo deste capítulo é trazer a prática da pesquisa participante em espaço de território vulnerabilizado, descrevendo os principais aspectos do percurso metodológico desenvolvido na Vila dos Pescadores, Cubatão (SP). Acreditamos que tal descrição pode colaborar com as práticas de profissionais da saúde, da educação, da assistência social e de lideranças comunitárias, constituindo-se como uma ferramenta para ações comunitárias.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa estruturada por princípios, passos, procedimentos e técnicas de produção de conhecimento articulados ao pressuposto da participação dos pesquisadores acadêmicos junto às pessoas que também considerávamos produtoras de conhecimento em seus espaços de vida, contatos e relações. Nesse caso, o sentido de participante não pode ser traduzido como o de um coletador de informações, tampouco como alguém que não afeta e é afetado pelas dinâmicas que circulam naquele território. Assim, as fronteiras tradicionais entre academia e vida cotidiana se

1 A sindemia é um termo que engloba não apenas o agravamento dos problemas de saúde, mas também os sofrimentos gerados pelo contexto sócio-histórico e econômico, especialmente quando se considera a exploração do sistema capitalista neoliberal em territórios precarizados, duramente atingidos pela necropolítica durante o período da covid-19 (Camillo, 2024).

borram, ainda que o conhecimento resultante seja sustentado por parâmetros ancorados em mediações qualitativamente diferentes do movimento cotidiano.

Para compreender a realidade local, o estudo adotou um conjunto de metodologias qualitativas, com levantamento de dados sociodemográficos e epidemiológicos locais, criação de um grupo gestor para a pesquisa, realização de oficinas temáticas com a comunidade e observação participante com registros em diários de campo. A pesquisa procurou contribuir ativamente para o fortalecimento das políticas públicas de saúde locais, preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a articulação entre os serviços de saúde e os movimentos sociais do território. Isso significa que a pesquisa procurou uma aproximação profunda sobre o modo de vida e as necessidades reais das pessoas e da comunidade, valorizando suas experiências e saberes.

A relação do grupo de pesquisa com a Vila dos Pescadores foi estabelecida a partir de janeiro de 2024². A partir do início da pesquisa, os pesquisadores passaram a estar semanalmente no território com o propósito de observar e conhecer suas dinâmicas, registrando essas (con)vivências em diários de campo. As visitas foram realizadas semanalmente durante quase 12 meses,

2 Na Vila dos Pescadores, essa parceria começou por meio da pesquisa denominada A potência de ação de agentes comunitários de Saúde na Estratégia de Saúde da Família da Vila dos Pescadores no município de Cubatão, desenvolvida de 2011 a 2013 (CNPq Edital MCT/CNPq 14/2011), que tinha como objetivo geral compreender os processos psicosociais das práticas dos agentes comunitários de Saúde (ACS), com o intuito de aprimorar a relação entre o serviço de Atenção Básica em Saúde e as necessidades e demandas da comunidade. A partir do desenvolvimento do projeto Desigualdade social e subjetividade: trajetórias de vida e lutas por melhores condições de vida e saúde em território vulnerável da baixada santista-2017-2020, (CNPq, n. 407836/2016-0) e Ética do cuidado e construção de direitos: acolhimento psicosocial em práticas da Saúde da Família em situações de exclusão social-2017-2019 (FAPESP, n. 2016-23973-2),

produzindo aproximadamente 60 registros, que permitiram mapear a dinâmica do território.

Paralelamente foram feitas dez reuniões mensais do Grupo Gestor de Pesquisa, em que a formação se deu a partir de reuniões com os serviços para apresentação dos projetos, convite aos profissionais de saúde interessados e agendamentos dos encontros de trabalho no território, registradas em diários de campo. A identificação de lideranças comunitárias foi realizada por meio da indicação dos profissionais de saúde da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro e/ou de conhecimento prévio dos pesquisadores. O critério de seleção dos participantes era o de residir no território e realizar práticas de cuidado. A aproximação e capilarização se deram a partir da Unidade de Saúde da Família (USF) do local.

Ao final deste processo, o grupo foi composto por lideranças comunitárias, profissionais de saúde local, gestores municipais, pessoas atuantes no território e os pesquisadores, como pode ser visto na Figura 1 e Figura 2 (o uso da imagem foi autorizado por todos os participantes). As reuniões foram planejadas previamente pelos pesquisadores e favoreceram os debates sobre os desafios e as potências da comunidade, além de formarem um curso de extensão de 80 horas para os participantes, certificado e chancelado pela UNIFESP.

Os locais das reuniões foram alternados entre a sede do Exército de Salvação e uma sala nas dependências da UNIFESP. Todas as entrevistas e encontros foram gravados e transcritos em sua íntegra, com anuência dos envolvidos, conforme Termos

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (CEP/UNIFESP).

Figuras 1 e 2. Reunião do Grupo Gestor.



Fonte: Arquivo LEDS.

Nestes encontros, diversas temáticas foram discutidas por meio de dinâmicas elaboradas pelos pesquisadores. Todos os assuntos abordados foram identificados como de interesse dos participantes, sendo elas: o enfrentamento da covid-19, caracterização sócio-histórica das instituições do território, as redes construídas na Vila dos Pescadores, o cuidado, racismo ambiental, violência e seus confrontamentos. Esse processo envolvia uma organização interna do grupo. Essa gestão focava em indicar quem seriam os coordenadores de cada encontro, tais coordenadores eram responsáveis por realizar o roteiro, apresentação e pesquisa do tema.

Outra etapa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com dez pessoas representativas da comunidade, selecionadas a partir de critérios elaborados pelo grupo gestor da

pesquisa, e que puderam aprofundar as reflexões em torno dos objetivos do estudo, especialmente no que diz respeito às práticas de cuidado relacionadas à infância, à juventude e às mulheres.

Nos diários de campo, os pesquisadores escreveram sobre suas vivências e relatos das pessoas que conversavam. Em grande maioria, os encontros eram realizados entre lideranças da comunidade e os pesquisadores, criando, assim, uma visão abrangente do território. Orientamos a pesquisa neste sentido, pois tínhamos o propósito de conhecer os contextos da vila, assim ao analisar os diários, entrevistas e transcrições do Grupo Gestor, optamos pela Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 2011, Veronese; Guareschi, 2006).

Esse método de análise permite compreender os processos que envolvem a interpretação dos sentidos e significados do mundo social por meio da apreensão dos contextos sociais e históricos da vida cotidiana e do modo como as formas simbólicas são interpretadas pelos indivíduos. O método é composto por três etapas inter-relacionadas: 1) análise sócio-histórica, que investiga o contexto social, histórico e cultural dos participantes; 2) análise formal, que examina as formas simbólicas e as narrativas; e 3) interpretação/reinterpretação, momento de síntese em que as narrativas são interpretadas com base em conceitos e teorias, constituindo uma reinterpretação das interpretações realizadas nas etapas anteriores.

As informações obtidas foram transcritas por um aplicativo e gerenciadas por meio do programa de análise qualitativa Atlas.ti³.

³ Atlas.ti foi utilizado em sua versão mais atualizada (versão 25), como software de análise de dados.

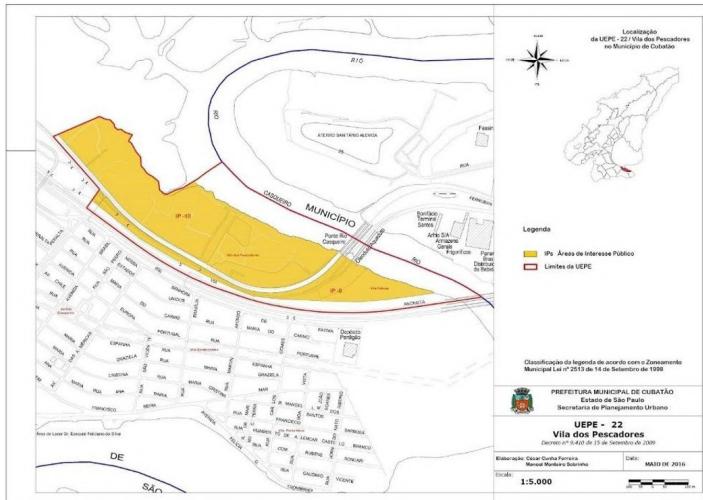
DESIGUALDADE SOCIAL E A VIVÊNCIA NA VILA DOS PESCADORES – CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Segundo o Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024⁴, o Brasil é um país de grandes contrastes. Apesar de melhorias como a redução de 40% na extrema pobreza e um ganho real de 8,3% no rendimento médio da população, as desigualdades estruturais persistem. O 1% mais rico do país tem um rendimento médio 31,2 vezes maior que os 50% mais pobres. As desigualdades de gênero e raça são acentuadas: o rendimento médio da mulher negra equivale a 42% do homem não negro, e a taxa de desemprego é mais que o dobro na população negra.

A Vila dos Pescadores, em Cubatão (SP), foi oficializada como bairro pelo Decreto Municipal n. 9.410 de 2009 (Cubatão, 2009), situado próximo à divisa com o município de Santos (SP), entre o rio Casqueiro e a Rodovia Padre José de Anchieta que, por sua vez, dá acesso a São Paulo, capital (Figura 3). A geografia do bairro inclui assentamentos irregulares e moradias construídas na área de mangue, as palafitas. Essas são altamente vulneráveis às chuvas fortes, ao regime das marés ou aos incêndios que abatem a comunidade.

⁴ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD), & Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. (2024). Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024.

Figura 3. Vila dos Pescadores, Cubatão/SP.



Fonte: Mendes (2016).

Dados do diagnóstico socioeconômico da Vila dos Pescadores de 2021 (Cubatão, 2021) mostram uma população de 9.036 pessoas no bairro, a maioria mulheres (52%). Além da precariedade das condições de vida e moradia, há também um contexto de profunda vulnerabilidade econômica. Dentre os trabalhadores socialmente ativos, o bairro tinha 64,2% contratados com carteira de trabalho assinada e 29,1% não possuíam vínculo empregatício (sobrevivendo com trabalhos avulsos, os chamados “bicos”), e 19,9% das famílias recebiam algum benefício dos governos estadual e/ou federal. Também, a escolaridade do responsável por cada domicílio demonstra fragilidades: 35,2% tinham ensino fundamental incompleto, 34,3% o ensino médio completo e apenas 4,8% possuíam ensino superior.

A infraestrutura básica é gravemente deficiente, com muitas moradias lançando o esgoto diretamente no rio Casqueiro (80,8%) ou no mangue (2,8%), com apenas 16% das moradias atendidas pela Sabesp (Cubatão, 2021). Água potável com serviço oferecido pela Sabesp chegava a 63,6% dos moradores da Vila dos Pescadores, o restante era abastecido por meio de “rabicho”, água cedida por vizinhos ou de fontes naturais do bairro (Cubatão, 2021). Em relação ao lixo, 95,3% do lixo era coletado; o restante jogado no rio ou no mangue. Esse dado pode ser explicado pela observação de campo sobre os caminhos que levam aos barracos (porção do bairro que fica em cima do Rio Casqueiro) estreitos, impedindo o caminhão do lixo de chegar a determinados locais.

A precariedade habitacional descrita na literatura sobre territórios vulnerabilizados (Santos, 1987) encontra expressão concreta na experiência cotidiana dos moradores, como evidenciado neste relato:

Depois de passarmos por um caminho estreito feito de tábuas sobre o mangue, chegamos próximos ao barraco que teve uma parte afundada no rio devido às chuvas fortes do final de semana. Uma jovem vizinha, que passou pelo ES e conhece a tia Janaína, conta que o barraco foi comprado por 4 mil reais, e que os moradores ainda estão pagando. Comenta que este barraco não tem mais jeito, vão ter que fazer outro (Diário de campo H., 16/01/24).

Este relato ilustra como a vulnerabilidade habitacional se materializa não apenas na precariedade das construções, mas

também na dimensão econômica da moradia, onde famílias investem recursos limitados em habitações que não oferecem segurança estrutural, perpetuando um ciclo de insegurança habitacional e financeira. Esta realidade corrobora os estudos de Sawaia (2016) sobre como a desigualdade social se manifesta por meio da negação de direitos básicos, criando territórios de exceção onde a cidadania é sistematicamente violada.

A experiência vivida da insalubridade habitacional revela-se não apenas como problema estrutural, mas como fonte de sofrimento ético-político (Sawaia, 2009), conforme expressa uma moradora: “você não tem esgoto, é insalubre, a minha casa é insalubre demais, eu não recebo visita porque tenho vergonha. Nossa casa tem buraco lá atrás que acho que é fossa, e quando ela enche, Jesus Amado, o cheiro...” (Entrevista Iara, 17/10/2024).

Esta narrativa evidencia como a precariedade habitacional transcende a dimensão material, afetando a dignidade pessoal e as relações sociais. A vergonha expressa pela entrevistada demonstra como a desigualdade social opera não apenas por meio da privação material, mas também por meio da humilhação social, confirmando as análises de Sawaia (2009) sobre o sofrimento ético-político como dimensão central da exclusão social.

A exposição da juventude à violência e marginalidade é agravada pela necessidade de abandonar os estudos para trabalhar, comprometendo a formação e limitando oportunidades de emprego. O tráfico de drogas constitui-se como alternativa econômica, enquanto os jovens enfrentam estigmas e violência policial. A comunidade também lida com violência doméstica,

gravidez juvenil, doenças sexualmente transmissíveis e abusos sexuais, que muitas vezes não podem ser encaminhados às vias legais devido ao receio de trazer a polícia para dentro do território.

A reflexão sobre o destino da juventude local revela a complexidade das escolhas em contextos de extrema vulnerabilidade social, onde o crime organizado pode representar uma das poucas alternativas de ascensão social disponíveis:

Sem investimentos e oportunidades muitos deles acabam entrando para o tráfico, já que acaba sendo a única forma de sustento que encontram. Quando Iracema insiste dizendo que Ybirá tem capacidade de liderança e a exerce junto ao movimento de tráfico de drogas no bairro, outra questão surge: será que as cabeças jovens pensantes foram cooptadas pelo crime organizado? E em que momento a sociedade “os perdeu”, os deixou escapar? (Diário de campo L., 16/05/24)

Esta reflexão dialoga com as análises de Martín-Baró (2017) sobre como a violência estrutural cria condições para a emergência de outras formas de violência. A pergunta “em que momento a sociedade os perdeu?” aponta para a responsabilidade coletiva na criação de alternativas para a juventude em territórios vulnerabilizados, questionando as estruturas materiais e sociais que limitam as possibilidades de desenvolvimento humano.

A desigualdade social é perpetuada pela ausência ou precarização dos serviços públicos essenciais. Segundo os profissionais de saúde do território, atualmente a Unidade Básica de Saúde (UBS) atende população superior a 20 mil habitantes,

sofrendo com a falta de recursos e materiais básicos. A comunidade ainda não possui um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), apesar da população ultrapassar os 5 mil habitantes, sendo atendida no Jardim Casqueiro, bairro vizinho. Muitas ruas não possuem endereçamento adequado, dificultando serviços postais e impedindo que habitantes obtenham comprovante de residência.

A precarização dos serviços públicos manifesta-se concretamente na experiência dos usuários, como ilustra o relato de uma moradora: “Disse que mora há cerca de 30 anos na Vila dos Pescadores e se queixou da demora nos encaminhamentos, que às vezes chegavam a demorar até 8 meses” (Diário de Campo, 13/05/2024).

Esta fala exemplifica como a precarização dos serviços públicos se traduz em sofrimento concreto para os usuários, confirmando as análises sobre a subcidadania (Sawaia, 2016). A demora de oito meses para encaminhamentos revela não apenas ineficiência administrativa, mas a naturalização da desigualdade no acesso aos direitos sociais.

A precariedade estrutural dos próprios equipamentos de saúde evidencia o descaso estatal com territórios vulnerabilizados. Ao nos inteirarmos da história da Unidade de Saúde da Família nos deparamos com esse relato:

[...] Fizemos diversas perguntas, sobre a história da USF [...] falou como funcionam os repasses municipais que acontecem pelos vereadores e que a unidade é precária, faltam até cadeiras para os funcionários se sentarem, mostrando a cadeira que ela comprou para trabalhar (Diário de campo H., 13/05/24).

Esta observação ilustra como a precarização atinge não apenas os usuários, mas também os trabalhadores dos serviços públicos, criando um ciclo de precariedade que compromete a qualidade do atendimento e não significa nem usuários, nem profissionais.

ANÁLISE CRÍTICA DOS AGRAVAMENTOS DA COVID-19

As narrativas da comunidade revelaram que as vulnerabilidades estruturais preexistentes tornaram as medidas básicas de proteção à covid-19 ineficazes. O isolamento social era inviável devido à proximidade dos barracos e ao número de pessoas que os coabitavam. O desemprego, a redução da jornada de trabalho e o fechamento das escolas trouxeram os moradores para dentro das habitações ou fizeram com que adultos e crianças se aglomerassem nos espaços de convívio social.

A desinformação e o negacionismo, alimentados pelas *fake news*, também dificultaram a adesão às medidas preventivas (Santos *et al.*, 2023; Santos *et al.*, 2021). Inicialmente, muitos acreditaram que a pandemia era uma “gripezinha”, levando-a a sério apenas quando as mortes se tornaram realidade próxima.

A experiência da pandemia na Vila dos Pescadores revela como as medidas de saúde pública, pensadas para contextos de classe média, mostraram-se inadequadas para territórios vulnerabilizados, conforme relata um morador:

Não houve pandemia na Vila, nas quebradas não teve. A galera não pode parar de trabalhar. Como é que a galera vai parar de trabalhar, vai parar de fazer as coisas? Então não teve, sabe? Houve um momento ali, um pico em que o pessoal estava com medo, mas estou falando de duas, três semanas, um mês no máximo. Depois a galera foi se habituando, se acostumou com essa notícia ruim de que o mundo estava parando. Mas as pessoas dentro da quebrada não podem parar sua vida (Entrevista Tupã, 18/11/2024).

Esta narrativa evidencia como a pandemia foi vivenciada de forma diferenciada conforme a classe social, corroborando os estudos sobre sindemia (Santos *et al.*, 2021). A afirmação “não houve pandemia na Vila” não nega a existência do vírus, mas aponta para a impossibilidade de aderir às medidas de proteção em contextos de vulnerabilidade econômica extrema. A necessidade de trabalhar para sobreviver torna-se mais imediata que o risco de contágio, revelando como as desigualdades sociais determinam diferentes possibilidades de proteção à vida.

Diante do aumento da vulnerabilidade econômica e sem poder trabalhar, a ajuda financeira veio por meio da mobilização e solidariedade. Os participantes da pesquisa citaram a ajuda de instituições como o Instituto Socioambiental e Cultural (ISAC) e o Exército de Salvação, desempenhando papel crucial na distribuição de máscaras, álcool em gel e cestas básicas, além de ações de conscientização. Podemos citar, também, ações pontuais do governo do estado, da prefeitura e de empresas do polo industrial, destacando a doação de cestas básicas (Cubatão, 2020a; 2020b, Fundo Social São Paulo, 2021; 2022, Giglio, 2022, Usiminas, 2020).

A experiência das crianças durante a pandemia ilustra como as medidas de proteção social foram inadequadas para territórios vulnerabilizados:

Para mim não mudou nada, porque as crianças não iam para escola, estava tudo dentro de casa. As mães que continuaram trabalhando, as crianças continuaram na rua, as mães que perderam o emprego cuidaram dos seus filhos em casa. Alguns acreditavam que tinham que ficar presos, outros não acreditavam. Então as crianças continuaram brincando na rua normalmente (Entrevista Iara, 17/10/2024).

Este relato demonstra como o fechamento das escolas, sem medidas compensatórias adequadas, resultou na manutenção da exposição das crianças, contradizendo o objetivo de proteção. A narrativa revela a heterogeneidade de respostas dentro da própria comunidade, mas também a inadequação das políticas públicas para contextos de vulnerabilidade social, onde o cuidado das crianças depende da possibilidade de os pais manterem ou não seus empregos.

LUTAS E VIVÊNCIAS DAS LIDERANÇAS EM TERRITÓRIO MARCADO PELA DESIGUALDADE

Apesar da desigualdade exacerbada pela atual conjuntura sócio-histórica brasileira, da crescente pobreza e discriminação,

despontam na Vila dos Pescadores (VP) lideranças motivadas a participar, com o intuito de combater as injustiças sociais.

Para que os territórios marcados pela desigualdade social e pelo racismo estrutural, como a VP, possam criar alternativas como forma de combate, os movimentos de participação social se tornam cruciais. Milton Santos (1987) destaca que o espaço que acontecem as lutas pelos direitos, é o mesmo que tem sua cidadania mutilada pelas desigualdades estruturais. Enfatizando que o território é mais que a base material, constituindo-se em um território carregado de práticas, conflitos e significados, onde emergem os coletivos e que reinventam diariamente as condições de existência.

Na mesma direção, Paulo Freire (1987) destaca a importância das ações coletivas e do diálogo para promover a conscientização e o fortalecimento das comunidades. No campo da Psicologia Social, Sawaia (1999) afirma que as lutas pelos direitos sociais são inseparáveis da dimensão afetiva e ética, e que o sofrimento ético-político provocado pela exclusão social só pode ser enfrentado pelos processos coletivos de mobilização.

Nesse contexto, as lideranças comunitárias tornam-se peças centrais na luta pelos direitos e no combate às desigualdades sociais, pela capacidade de articulação e mobilização coletiva, resgatando, assim, sentimentos de pertencimento e dignidade. Freire (1987) enfatiza que uma liderança comprometida com o diálogo e com a conscientização das pessoas, não se impõe, mas constrói relações horizontais com a comunidade, despertando o senso crítico e fortalecendo os processos emancipatórios.

No contexto brasileiro, movimentos como o das Mães de Maio (Castro, 2025), surgido da dor causada pela violência estatal, ou lideranças como Chico Mendes e Marielle Franco, exemplificam como movimentos e lideranças podem tornar-se vozes públicas.

Em um cenário onde a mobilização é necessária, na Vila dos Pescadores as mulheres negras emergem como as principais lideranças comunitárias. Elas estão na linha de frente do combate às desigualdades, atuando com notável destaque para articular demandas e promover a melhoria das condições de vida. Sua força não apenas inspira, mas também se materializa em conquistas concretas que beneficiam toda a coletividade, reafirmando seu papel central na construção de um futuro mais justo e digno para o território.

Eu peguei coisas que me impressionaram [...] me chamou muito a atenção, a importância da participação social, a força e o protagonismo das mulheres, impressionante... poderosa demais, determinação das pessoas e compromisso com o coletivo. A questão difícil do enfrentamento cotidiano das adversidades, né? Ninguém falou aqui que está tudo bonito. É bem difícil. O compromisso da universidade, fantástico. A potência do diálogo (Grupo Gestor V, 29/11/2024).

Entre elas, destacam-se figuras como Tia Janaína, responsável por trazer o Exército da Salvação para a comunidade e por atuar na proteção de crianças e adolescentes contra a violência policial e o tráfico de drogas, além de garantir apoio material em momentos de crise, como durante a pandemia. Iracema, do ISAC, também

se projeta como uma das grandes “mãezonas” da comunidade, tendo conquistado melhorias estruturais básicas e lutado contra a subcidadania, apesar da sobrecarga física e emocional que enfrenta. Já Potira, presidente da Associação de Moradores, atua principalmente na mediação administrativa e no contato com órgãos públicos, tendo enfrentado dificuldades em sua gestão com a retirada de apoio dos políticos que se afastam após as eleições.

As atuais lideranças comunitárias têm papel fundamental na organização da coletividade em prol da resistência e enfrentamento das desigualdades sociais e luta por direitos, sendo referências na luta contra as desigualdades. Elas representam a memória viva dos movimentos de resistência, mas também portam a responsabilidade de manter os projetos e articulações em meio às condições adversas. No entanto, todas elas revelam uma preocupação, a necessidade da formação de novas lideranças para assumirem as lutas da comunidade. Assim, além de reconhecer suas trajetórias, é fundamental fomentar processos de formação e engajamento da juventude, para assegurar a renovação das lideranças que possam lutar por um futuro melhor para a comunidade.

Apesar de ganharem visibilidade, por serem porta-vozes de demandas, como melhorias nas condições da maternidade, educação, saúde – benefícios que acabam sendo revertidos para toda a comunidade –, a presença das mulheres da comunidade não se restringe apenas a estes setores. No enfrentamento das dificuldades e dos desafios em favor da melhoria das condições de vida, elas foram capazes de produzir conhecimentos, baseando-

se nas experiências de vida e das lutas pregressas para a criação de estratégias individuais ou coletivas.

Iracema insiste em ter Ybirá, jovem com seus vinte e poucos anos, homossexual, branco, que tem a auxiliado com a limpeza e organização dos espaços, e que tem histórico de tráfico de drogas e dependência química. Ela insiste em tê-lo por perto por acreditar em seu potencial e tem esperança em lhe demonstrar outras possibilidades de se desenvolver enquanto pessoa (Diário de campo C., 07/05/24).

No dia que realizamos a visita, Tia Janaína chegou a conversar com os policiais avisando que por volta das 12/13h este jovem estaria voltando da escola e pediu para não o revistarem nem o abordarem pois ele não tem envolvimento com as drogas (Diário de Campo J., 20/02/24).

A comunidade também conta, entre outras, com pessoas atuantes que defendem os interesses dos pescadores artesanais, como dona Ceci, seu Aruanã e o falecido Iramar, que dedicou mais de 40 anos ao cuidado dos manguezais, tendo um papel importante na recuperação ambiental ao mobilizar pescadores e jovens da comunidade para o plantio de mudas de mangue nas áreas comprometidas do manguezal. Seu Aruanã, um dos mais antigos pescadores, relata com orgulho que “[...] sua esposa Ceci já foi duas vezes à Brasília para defender os interesses da pesca artesanal [...]” (Diário de Campo V., 21/05/24).

Assim, verificamos que as experiências dos anos de formação de cada uma das lideranças interferiram em suas ações,

imprimindo uma forma de pensar e de ver a realidade e o mundo que os cerca, sendo determinantes na escuta das demandas da comunidade, nas estratégias e ações. Todos mostraram potência em suas ações, seja instruindo, mobilizando ou colaborando na resolução dos problemas e conquistas, nas áreas onde atuam. As narrativas mostram relações e vínculos permeados, mobilizados e fortalecidos pelos afetos e gestos de solidariedade, compromisso, dedicação e amor pela comunidade.

OS BONS ENCONTROS PROMOVENDO A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Grande parte das transformações ocorridas na comunidade, foi o resultado dos “bons encontros”⁵ resultantes dos movimentos sociais, promovidos pelas instituições locais e mobilizados pelas lideranças comunitárias que, por meio da solidariedade e do cuidado, teceram redes de apoio e parcerias como meios para possibilitar a melhoria das condições e da qualidade de vida.

A utilização da pesquisa participante transcendeu a simples coleta de dados, consolidando-se também como ferramenta potente para fomentar alguma transformação social. Ao se inserirativamente no cotidiano da comunidade, os pesquisadores atuaram ouvindo e apoiando profissionais de

⁵ Segundo o filósofo Espinosa, um bom encontro é aquele que aumenta nossa potência de agir e amplia nossa alegria, entendida como a passagem para um estado de maior perfeição. Espinosa diz que os afetos são modificações do corpo e da mente que aumentam ou diminuem nossa potência de existir (Espinosa, 2015).

saúde, lideranças e moradores, articulando e promovendo a saúde mental e a dignidade da população local.

Brandão (2006) explica que a produção de conhecimento precisa ser construída coletivamente, tornando-nos mais que depósitos de informações, mas seres humanos mais justos, solidários e instruídos. A pesquisa participante institui práticas que valorizam os saberes, crenças e experiências presentes nas relações sociais dos participantes.

A resistência inicial da comunidade a propostas externas e a importância da construção de credibilidade aparecem claramente na fala de uma liderança:

Para mobilizar essa comunidade nossa, ela é terrível, não é fácil. A gente convida 10 para vir um... não é fácil. Eu tenho uma resistência muito grande para fazer alguma coisa. Mas o trabalho da extensão, o NEPSS, dentro da UNIFESP, porque era uma faculdade séria, fez todo esse trabalho que já ganhou a credibilidade da gente. Então, a gente participa sempre... Mas em outras situações, mesmo em uma universidade, a gente tem uma certa resistência de mobilizar, por quê? A gente vai mobilizar, a coisa começa linda e maravilhosa, mas não tem finalidade. Aí você mobiliza o mundo de jovem, como já aconteceu com a gente. Desperta o sonho de todo mundo, desperta o interesse, cria uma expectativa muito grande, e agora vai... um balde d'água gelada (Grupo Gestor, 29/11/2024).

Essa narrativa revela a sabedoria prática das lideranças comunitárias, que desenvolveram mecanismos de proteção contra projetos que geram expectativas sem continuidade. A

expressão “balde d’água gelada” sintetiza a experiência histórica de abandono por parte de instituições externas. Simultaneamente, o reconhecimento da credibilidade conquistada pela UNIFESP demonstra que é possível construir relações de confiança por meio do trabalho consistente e comprometido com a continuidade.

Com o objetivo de promover espaços de diálogo entre os atores sociais e os estudantes, o grupo gestor tomou protagonismo. Inicialmente, as reuniões ocorriam na universidade, mas observamos que a adesão se tornava difícil. Portanto, passamos a utilizar os espaços da comunidade, realizando os encontros no Exército da Salvação.

A intenção era construir a pesquisa com os participantes, ou seja, a produção de conhecimento em coletivo. Acredita-se que a pesquisa participante cria espaços de troca de experiências que enriquecem o processo e o produto. Há algo que fica, que transforma: não é a mera elaboração de um texto com coleta de dados, mas a construção feita por várias mãos.

O reconhecimento da raridade e importância da pesquisa participante aparece na fala de um participante:

Quando eu soube que vocês estavam elaborando essa atividade aqui, eu fiquei muito feliz porque é algo raro. Difícilmente a gente vê um grupo de pesquisa ali na prática, ouvindo, vendo os resultados. Então, isso é muito bom, parabenizar o pessoal... (Grupo Gestor VII, 30/05/2025).

O destaque para o fato de o grupo de pesquisa estar “ali, na prática, ouvindo, vendo os resultados” contrapõe-se a práticas

acadêmicas extrativistas que coletam dados sem retorno para a comunidade. A felicidade expressa pelo participante indica o reconhecimento do valor da metodologia participativa.

A Psicologia Social Comunitária surge no Brasil por meio de um deslocamento de psicólogos de centros acadêmicos e clínicas elitizadas para os espaços das classes populares (Lane, 2006). Deixamos de esperar passivamente as pessoas que usufruíram do serviço para ativamente construir acessos para a população. O intuito é tirar o psicólogo/pesquisador do lugar de detentor do saber e reposicionar o protagonismo para as histórias e necessidades da comunidade.

Compreendendo que a Vila dos Pescadores é uma área que sente o abandono governamental, seria irresponsável propor projetos que apenas beneficiassem os pesquisadores, sem gerar movimento de continuidade no território. O compromisso ético-político com a pesquisa científica que emprega metodologias participantes nos dispõe um senso de dever com os movimentos institucionais e sociais de resistência em territórios onde os governos estatais propiciam constantemente a miséria e a desigualdade social.

A importância da articulação e da construção de redes aparece na reflexão de um participante:

É a primeira vez que eu venho, quero mais ouvir mesmo... mas eu gostei muito, uma síntese que eu achei... que ficou muito claro na fala de vários... acho que é preciso continuar fortalecendo, fortalecer é a necessidade colocada de articulação dos diferentes

setores... instituições, grupos de comunidade. Para mim, é isso que foi o mais forte, assim, dessa escuta aqui. Dizer que é um prazer estar aqui. Agradeço a acolhida (Grupo Gestor, 29/11/2024).

Essa fala evidencia como os espaços de diálogo promovidos pela pesquisa participante geram aprendizados coletivos que transcendem os objetivos acadêmicos. A identificação da “necessidade de articulação dos diferentes setores” emerge como síntese coletiva, demonstrando como a metodologia participativa produz conhecimentos que orientam ações futuras.

A inserção dos pesquisadores no local foi baseada na construção de vínculos de acolhimento e respeito, sendo recebidos com hospitalidade e afeto pela comunidade. A relação tornou-se via de mão dupla, com troca de conhecimento e experiências. Os pesquisadores serviram como colaboradores ativos das instituições locais, auxiliando em projetos, contribuindo na organização de festivais, oferecendo cursos de extensão e realizando oficinas com jovens.

A perspectiva de resistência e construção de redes aparece na reflexão sobre a continuidade dos trabalhos:

A gente não pode desistir, a gente é brasileiro... a gente desiste porque é tanto obstáculo, tanto empecilho, é tanto desafio que coloca no caminho da gente... Aí é preciso a gente criar redes para poder estar junto ali, se unir e criar rede para ser resistência... Então, a gente tem que estar lá... (Grupo Gestor VII, 30/05/2025).

Essa narrativa sintetiza a filosofia de resistência que orienta as lideranças comunitárias. A identificação dos “obstáculos” e “empecilhos” não gera desânimo, mas reforça a necessidade de “criar redes” como estratégia de resistência. A expressão “a gente tem que estar lá” revela o compromisso territorial das lideranças, contrastando com práticas de intervenção externa.

A transformação do olhar sobre o território aparece na reflexão sobre os estereótipos:

A Vila dos Pescadores que tem toda essa fama horrorosa... na cabeça de outras pessoas, mas você consegue enxergar a beleza, a potencialidade das pessoas, você consegue saber que você é útil, que você pode fazer com que as pessoas também entendam isso (Grupo Gestor VII, 30/05/2025).

Essa intervenção reforça a potência da pesquisa participante e sua contribuição para a desconstrução de estereótipos sobre territórios vulnerabilizados. A oposição entre a “fama horrorosa” e a habilidade de “enxergar a beleza” evidencia como a inserção territorial possibilita interpretações mais complexas e humanizadas. A sensação de “ser útil” demonstra como a abordagem participativa cria um senso de propósito tanto para os pesquisadores quanto para os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou contribuir para o fortalecimento do diálogo entre universidade e comunidade, promovendo uma

relação mais próxima entre esses espaços. Ao adotar a pesquisa participante como articulador desse vínculo, a prática de pesquisa apresentada se configura como um lugar de valorização e legitimação das formas de resistência construídas pelos atores sociais e a comunidade como um todo.

A construção de diálogos entre instituições e lideranças locais, voltados ao enfrentamento dos desafios no território, constitui-se como um princípio essencial da ação de transformação social. Nesse sentido, reafirmamos o compromisso com uma universidade que produz saberes comprometidos com a realidade da Vila dos Pescadores e com a construção coletiva de alternativas emancipatórias.

Os resultados evidenciam que a pesquisa participante, quando desenvolvida com compromisso ético-político, transcende a produção acadêmica tradicional, constituindo-se como ferramenta de fortalecimento comunitário e resistência às desigualdades estruturais. O protagonismo das mulheres negras como lideranças comunitárias e a importância dos “bons encontros” para a transformação social emergem como achados centrais desta investigação.

O cotejamento entre as falas dos entrevistados e os referenciais teóricos, demonstra como a pesquisa participante permite a emergência de conhecimentos situados que dialogam com e enriquecem as teorias acadêmicas. As narrativas dos participantes não apenas ilustram conceitos teóricos, mas os complexificam e os contextualizam, evidenciando a potência epistemológica da metodologia participativa.

SUGESTÕES CULTURAIS PARA INSPIRAR O TEMA

Para enriquecer esta discussão apresentaremos dois filmes e três livros que exploram as complexidades sociais do Brasil atual, oferecendo uma visão dos desafios enfrentados pelas comunidades vulnerabilizadas.

Filmes

O filme *A cidade é uma só?* (2011), dirigido por Adirley Queirós, apresenta um retrato crítico da vida na periferia de Brasília, onde os moradores lutam pelo direito à cidade e à memória. Misturando documentário e ficção, a obra discute a exclusão urbana e a cidadania (Queirós, 2011).

No filme *Bacurau* (2019), de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles, uma comunidade nordestina luta por sobrevivência após ser apagada do mapa. A obra apresenta uma crítica contundente à marginalização das populações do interior, à violência simbólica e física sofrida por grupos vulnerabilizados e à resistência coletiva diante da opressão externa (Mendonça Filho; Dornelles, 2019).

Livros

O romance *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, testemunha uma transformação na sensibilidade do nosso tempo, ao narrar não somente a história, mas também as permanências da escravidão colonial. Trata-se de uma obra de libertação.

Em *Inferno provisório* (2016), Luiz Ruffato recria literariamente a história do proletariado brasileiro, partindo dos anos 1950 e chegando até o início do século XXI, dando voz aos desfavorecidos e às figuras invisíveis que construíram e transformaram nossas cidades e fábricas.

O *Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário* (Prefeitura de São Paulo; Universidade de São Paulo; York University) tem como objetivo estabelecer um guia para práticas comunitárias e pedagógicas, destacando trabalhos realizados com base na participação social.

Acesso no link: <https://share.google/FzAwetBeppUQEhAMv>

REFERÊNCIAS

BORNSTEIN, V. J.; STOTZ, E. N. Concepções que integram a formação e o processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 1, p. 259-268, 2008.

BRAGA, J. C. de S.; OLIVEIRA, G. C. Dinâmica do capitalismo financeirizado e o sistema de saúde no Brasil: reflexões sob as sombras da pandemia de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, Supl. 2, 2022.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um

olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. 1. ed. São Paulo: Idéias e Letras, 2006. Disponível em: <http://www.apartilhadavida.com.br>. Acesso em: 20 out. 2025.

CASTRO, N. S. G. Conheça a história do Movimento Mês de Maio. **Politize!**, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://www.politize.com.br/maes-de-maio/>. Acesso em: 20 out. 2025.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP); AÇÃO BRASILEIRA DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES (ABCD); PACTO NACIONAL PELO COMBATE ÀS DESIGUALDADES. **Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024**. 2024.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CUBATÃO. Diagnóstico socioeconômico da Vila dos Pescadores autoriza execução do Plano Diretor de urbanização. **Prefeitura Municipal de Cubatão**, 23 out. 2021. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/diagnostico-socioeconomico-da-vila-dos-pescadores-autoriza-execucao-do-plano-diretor-de-urbanizacao/>. Acesso em: 20 out. 2025.

CUBATÃO. Prefeitura de Cubatão distribui 500 cestas básicas para municípios inscritos no CadÚnico na Vila dos Pescadores. **Prefeitura Municipal de Cubatão**, 19 abr. 2020a. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/prefeitura-de-cubatao-distribui-500-cestas-basicas-para-municipipes-inscritos-no-cadunico-na-vila-dos-pescadores/>. Acesso em: 20 out. 2025.

CUBATÃO. Cubatão recebe 6.745 cestas de alimentos doadas pelo governo estadual. **Prefeitura Municipal de Cubatão**, 29 maio 2020b. Disponível em: <https://www.cubatao.sp.gov.br/cubatao-recebe-6-745-cestas-de-alimentos-doadas-pelo-governo-estadual/>. Acesso em: 20 out. 2025.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

SAWAIA, B. B., & FIGUEIREDO, E. B. G. Psicologia social e o estudo da desigualdade: reflexões para debate. *Psicologia em Revista*, 25(2), 659-670. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDO SOCIAL SÃO PAULO. Distribuição de 1.500 cestas básicas nas cidades da Baixada Santista. 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.fundosocial.sp.gov.br/distribuicao-de-1-500-cestas-basicas-nas-cidades-da-baixada-santista/>. Acesso em: 20 out. 2025.

_____. Fundo Social de São Paulo distribui mais de 1,6 milhão de cestas básicas em 2022. 29 dez. 2022. Disponível em: <https://www.fundosocial.sp.gov.br/fundo-social-de-sao-paulo-distribui-mais-de-16-milhao-de-cestas-basicas-em-2022/>. Acesso em: 20 out. 2025.

GIGLIO, V. VLI Solidária entrega 190 cestas básicas a famílias da Vila dos Pescadores e Mantiqueira. SEGS, 4 jan. 2022. Disponível em: <https://www.segs.com.br/demais/326638-vli-solidaria-entrega-190-cestas-basicas-a-familias-da-vila-dos-pescadores-e-mantiqueira>. Acesso em: 20 out. 2025.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicosociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaio**, [S.l.], v. 1, 2018.

MENDES, C. P. UPE-22: Vila dos Pescadores. **Novo Milênio**, 31 jul. 2016. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/cubatao/uepe22.htm>. Acesso em: 20 out. 2025.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, J. P. C. dos; SIQUEIRA, A. S. P.; PRAÇA, H. L. F.; ALBUQUERQUE, H. G. **Vulnerability to severe forms of COVID-19: An intra-municipal analysis in the city of Rio de Janeiro, Brazil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

SANTOS, W. L. de; PAULA, L.; RODRIGUES, J. F. Experiências periféricas em Guarulhos durante a pandemia de COVID-19: espaço urbano, territórios vulneráveis e controvérsias. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 13, n. 2, p. 589-615, 2023.

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAWAIA, B. B. Teoria laneana: a univocidade radical aliada à dialética-materialista na criação da psicologia social histórico-humana. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, número especial 2, p. 81-89, 2007.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SAWAIA, B. B. Participação social e subjetividade. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Manuscrito não publicado.

SAWAIA, B. B. A legitimidade subjetiva do processo de participação social na era da globalização. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Manuscrito não publicado.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

USIMINAS. Usiminas anuncia doações e promove higienização para auxiliar o combate ao coronavírus em Cubatão. **Blog Usiminas**, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.usiminas.com/releases/usiminas-anuncia-doacoes-e-promove-higienizacao-para-auxiliar-o-combate-ao-coronavirus-em-cubatao/>. Acesso em: 20 out. 2025.

VERONESE, M.; GUARESCHI, P. Hermenêutica de profundidade na pesquisa social. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006.

CAPÍTULO 2

VIVER E CUIDAR NAS MARGENS: LIÇÕES DA PANDEMIA E DA SOLIDARIEDADE

Hailton Yagiu
Crisley dos Santos Passos
Deborah Nimtzovitch Cualhete
Laís dos Santos Silva
Sueli Terezinha Ferrero Martin
Vera Schattan Pereira Coelho
Carlos Roberto de Castro-Silva

Minha ideia era de fazer alguma coisa ao jeito de tapera. Alguma coisa que servisse para abrigar o abandono, como as taperas abrigam. Porque o abandono pode não ser apenas de um homem debaixo da ponte, mas pode ser também de um gato no beco ou de uma criança presa num cubículo. O abandono pode ser também de uma expressão que tenha entrado para o arcaico ou mesmo de uma palavra. Uma palavra que esteja sem ninguém dentro (Manoel de Barros, Ensaio Fotográfico, 2000).

PARA INÍCIO DE CONVERSA

Como um dos produtos do projeto “Cuidado na desigualdade social: abordagens interdisciplinares no enfrentamento aos agravos da Covid-19 em território vulnerável”, este capítulo discute como a pandemia exacerbou desigualdades na Vila dos Pescadores (VP), revelando os desafios ao acesso a políticas públicas sociais e redes de apoio comunitário, ressaltando o protagonismo comunitário e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pela população. A importância de uma reflexão como esta reside na ampliação da compreensão da pandemia para além de uma emergência sanitária, oferecendo subsídios tanto para a formação de profissionais quanto para uma atuação em territórios precarizados.

Ao contextualizar o cenário socioeconômico da comunidade, pretende-se preparar o leitor para compreender a pandemia como um fenômeno relacionado e condicionado pelos problemas estruturais, desigualdades sociais e pelo racismo, evidenciando a necessidade de uma reflexão sobre a articulação entre o Estado e a sociedade civil (Lima *et al.*, 2020), bem como reconhecer o valor das iniciativas locais de solidariedade e capacidade de mobilização. Compreender as origens das desigualdades é fundamental para que as lideranças comunitárias e os profissionais de saúde do território possam planejar e implementar ações mais eficazes.

Uma das principais causas estruturais dessa vulnerabilidade é o modelo econômico orientado pelos princípios neoliberais, que

defendem a redução da intervenção do Estado e a primazia do mercado na distribuição dos recursos. Essa abordagem promete eficiência e prosperidade, mas, na prática, vem gradualmente transformando os direitos universais garantidos pelo Estado em mercadorias acessíveis apenas a quem pode pagar, aumentando o abismo entre ricos e pobres (Novaes, 2008; Silva, 2017).

Não podemos falar de desigualdades sociais e pobreza no Brasil, sem considerar a história da população negra que, por quase quatro séculos, foi a principal força de trabalho em diferentes setores da economia do país. Primeiramente por meio da escravização e, após a abolição, por meio de mecanismos políticos, essa população foi empurrada para a marginalidade, o subemprego e as diferentes formas de exploração e opressão marcadas pelo racismo (Moura, 2019). Fazendo cair por terra a representação de que somos uma democracia racial e nos permitindo compreender por que territórios vulneráveis, como a VP, são frequentemente habitados pela população negra.

O CENÁRIO DA VILA DOS PESCADORES

A VP é atualmente a segunda maior favela de Cubatão, ocupando uma gleba de 2 milhões e 750 mil metros quadrados (Silva, 2006), considerada uma área de ocupação, é um exemplo de comunidade que vive as consequências diretas da desigualdade social. Situada sobre áreas de mangue, grande parte de suas habitações são palafitas, constantemente ameaçadas por

encheres e com acesso precário a saneamento básico e outros serviços públicos. A economia local, historicamente ligada à pesca artesanal, hoje se complementa com trabalhos informais e temporários, gerando instabilidade e dificulta a adesão a medidas de prevenção em momentos de crise sanitária como aconteceu durante a pandemia (Yagiu *et al.*, 2021; Castro-Silva *et al.*, 2021).

O histórico da comunidade revela um processo de marginalização impulsionado pelo crescimento urbano e industrial da região, especialmente com a instalação do polo petroquímico em Cubatão. Como muitas outras comunidades periféricas no Brasil, a VP foi formada por trabalhadores que, em busca de oportunidades, foram empurrados para as áreas mais periféricas, carentes de infraestrutura e políticas públicas de habitação. Apesar das adversidades, a comunidade se destaca pela força de seus laços culturais e redes de solidariedade, que se expressam nas ações de ajuda mútua, nas mobilizações comunitárias e nos mutirões voltados ao cuidado coletivo (Anhas, 2019).

O crescimento das áreas de ocupação e o surgimento de comunidades estão ligados à especulação imobiliária e ao descaso governamental, que provocam exclusão social, falta de infraestrutura básica e ausência de programas habitacionais adequados. A priorização de soluções como as remoções mantém esse crescimento desordenado. A questão da segregação socioespacial no Brasil está diretamente ligada com a questão étnico-racial, com isso, as populações periféricas sofrem práticas discriminatórias e preconceituosas (Maricato, 1996), ou seja, a questão habitacional no país é racializada.

A gente já tem até o direito, pelo número de habitantes que tem aqui, de ter um CRAS [...]. Não encontrei nenhum vereador, nenhuma pessoa que faz parte do poder público para atuar [...] as pessoas precisam de diagnósticos, precisam ter profissionais para fazer acompanhamento, para fazer tratamento, pra dar esse diagnóstico, os primeiros atendimentos (Entrevista Jaci⁶, 08/11/2024).

Com relação às instituições do Estado presentes no território, a VP possui uma Unidade Básica de Saúde fundada em 1988 e denominada PAMOS (Posto de Atendimento Médico, Odontológico e Social), que atende segundo o modelo da Estratégia Saúde da Família desde meados da primeira década dos anos 2000 (Anhas, 2019) e duas Unidades Municipais de Ensino, UME Estado do Pará e UME Maria Liberata. O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) que atende sua população fica no Jardim Casqueiro, um bairro vizinho.

Os indicadores socioeconômicos da VP, conforme dados da Prefeitura de Cubatão (2021) e IBGE (2023), ilustram essa vulnerabilidade:

- Saneamento: apenas 63,6% das propriedades têm acesso à água potável, as demais são abastecidas pela água cedida pelos vizinhos ou bicas naturais, 16% contam com esgoto adequado, enquanto 80,8% lançam seus esgotos diretamente no rio Casqueiro, contaminando a água e o ecossistema do manguezal.

⁶ Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos, respeitando-se a questão de gênero, em homenagem à população nativa da região, os homens de Sambaqui, para garantir o anonimato e a confidencialidade dos participantes.

Cenário retratado por esta narrativa: “você não tem esgoto, é insalubre, a minha casa é insalubre demais, eu não recebo visita porque tenho vergonha. Nossa casa tem buraco lá atrás que acho que é fossa, e quando ela enche, Jesus Amado, o cheiro...” (Entrevista Iara, 17/10/2024).

Figura 4. Foto área 3 da VP.



Fonte: Arquivo LEDS.

- Saúde: a mortalidade infantil é de 23,01 por mil nascidos vivos, um índice preocupante.
- Trabalho e renda: embora 64,2% dos moradores possuam vínculo formal de trabalho, 29,1% atuam na informalidade. Apenas 17% possuem algum tipo de convênio médico. A renda per capita é baixa, com

32,2% dos moradores vivendo com até um salário-mínimo e 38% das famílias com renda inferior a R\$350,00 contribuindo para a insegurança alimentar. Nesse sentido, uma liderança de uma ONG relatou:

Em pleno século que a gente vive, aqui ainda tem crianças com fome, né? Ainda tem crianças que comem na escola e só comem no projeto, e à noite voltam para pegar uma marmita porque não tem comida em casa. Então a gente tem feito esse trabalho, né?. (Entrevista Inara, 1º/11/2024).

- Demografia e educação: as mulheres representam 52% da população e chefiam 54% das famílias. A escolaridade é um desafio, com 35,2% dos chefes de domicílio tendo ensino fundamental incompleto, 34,4% ensino médio completo e apenas 4,8% com curso superior.

Esses dados demonstram que a renda e o trabalho não são apenas questões econômicas, mas determinantes cruciais da saúde e da vulnerabilidade social. Para profissionais de saúde e lideranças comunitárias, compreender essa dinâmica é essencial para desenvolver intervenções e políticas locais que sejam verdadeiramente alinhadas à realidade da VP.

Com relação à distribuição étnico-racial na VP, os dados disponíveis sobre Cubatão não especificam o número ou percentual de jovens negros e pardos na comunidade, no entanto, conforme o Censo de 2022, os negros representavam 11.02% e os pardos 49.39%

da população total da cidade. Esses números podem oferecer uma estimativa aproximada para a composição racial da população da VP.

Conforme dados não oficiais obtidos junto aos profissionais da Unidade de Saúde, estima-se que atualmente a comunidade conta com cerca de 20 mil habitantes, assim ela possui as proporções de uma pequena cidade, com um comércio vasto e diversificado, que vai desde padarias e lojas de material de construção até igrejas neopentecostais, além de um campo de futebol, no entanto, faltam áreas de lazer para os jovens. Em uma conversa informal, Moacir, agente comunitário de saúde (ACS), comentou: “aqui só falta caixa eletrônico e agência bancária”.

Relatos testemunham que no início da década de 2000, a VP era dominada por pequenas gangues lideradas por indivíduos armados que se envolviam em furtos menores e tráfico de drogas. Durante a década de 2000, a facção carioca Comando Vermelho (CV) expandiu sua atuação para a região e em parceria com o Primeiro Comando da Capital (PCC) passaram a dividir os pontos de venda no território. Porém, depois de algum tempo, houve um conflito pelo controle do território, e o Terceiro Comando tomou o controle e instaurou um regime de terror na comunidade, marcado pela violência frequente.

Anos depois, o PCC retomou o controle e o mantém até hoje. Apesar dessas mudanças no controle do território, a violência persiste como uma realidade cotidiana. Lideranças e moradores frequentemente expressam a necessidade de “ter a cabeça no lugar” para evitar conflitos fatais com a polícia ou o tráfico, mostrando a tensão constante vivida na comunidade (Anhas, 2019).

Hoje a VP carrega o estigma de “lugar violento e perigoso”, percepção amplamente divulgada pelos meios de comunicação, trazendo com isso as operações das forças de segurança, inclusive a Operação Escudo da Baixada Santista que em 2024 foi considerada a “ação policial mais letal desde o massacre do Carandiru” (Barreto Filho, 2024). Além disso, narrativas relatam que os jovens têm que falsificar seus endereços para terem acesso ao mercado de trabalho e que os motoristas de aplicativo evitam as corridas cujo destino é a comunidade.

Na VP a juventude é particularmente vulnerável, com crianças sendo estigmatizadas pela polícia como “avióezinhos do tráfico”, mesmo quando são estudantes voltando da escola, refletindo um profundo preconceito e desconfiança por parte das forças de segurança. Esse cenário é agravado por um “olhar de menos valia” em relação à vida na comunidade, que as lideranças como Iracema (ISAC) procuram combater, com vistas a que os moradores possam “existir com excelência sem subcidadania”.

O alerta de Iracema sobre alguns pescadores artesanais que, no passado, “eram fascistas, racistas e machistas”, sugere que embora a comunidade seja unida na resistência, também pode enfrentar desafios relacionados a ideologias preconceituosas em seu interior. No entanto, a força e a resiliência aparecem na atuação de lideranças como Janaína, uma mulher negra que desde o surgimento da comunidade assumiu papel de liderança, combatendo as injustiças sociais em um contexto marcado pelo racismo.

Em 2017 começa a ser construída no rio Casqueiro, nas proximidades da VP, uma cava subaquática, imensa cratera submarina,

com cerca de 400 metros de diâmetro e 25 metros de profundidade – maior que um estádio de futebol – por empresas ligadas ao setor portuário com o objetivo de servir como um aterro para os sedimentos tóxicos dragados do Canal de Piacaguera e de outras atividades industriais da região (Colodro, 2019; Yagi; Castro-Silva, 2024).

Fato que levou lideranças, moradores e ambientalistas a se unirem no movimento “Cava é Cova” para protestar contra o depósito de sedimentos contaminados. Eles alertam para os riscos ambientais e de saúde pública, exigindo responsabilidade e transparência das autoridades e empresas envolvidas (Diário do Litoral, 2019), como aponta uma pessoa ativa na comunidade,

[...] é muito nítido que a cava subaquática prejudica os pescadores. A nossa Vila tem origem dos pescadores artesanais. Se prejudica os pescadores, está prejudicando o bairro, se está prejudicando o bairro, prejudica todos nós, porque, em última análise, nós consumimos o pescado e os frutos do mar e a gente pode ser contaminado (Entrevista Aruanã, 30/10/2024).

Embora as empresas envolvidas e a CETESB defendam a obra como uma solução tecnicamente segura para o descarte de resíduos contaminados, o projeto é alvo de intensa polêmica e de ações do Ministério Público e de movimentos socioambientais que denunciam o risco de contaminação do manguezal, danos à pesca artesanal e ameaças à saúde da população local. Segundo um pescador artesanal local, “antes da cava muitos camarões, peixes e caranguejos vinham pra cá, depois que os caras cavaram ali no canal do Casqueiro, não deu mais nada” (Entrevista Ubiratã, 18/12/2024).

CHEGA A PANDEMIA

A chegada da pandemia escancarou as fragilidades já existentes na VP. Inicialmente ela foi tratada com negação e aglomerações, resultando em surtos como uma carreata que infectou aproximadamente 40 pessoas, atitude que só mudou com o aumento significativo de mortes de pessoas próximas ou de familiares. Além da sobrecarga da Unidade Básica de Saúde (UBS), a crise aprofundou o desemprego e a precarização da educação devido à falta de acesso digital.

As habitações precárias e alta densidade populacional, tornaram o isolamento social uma medida quase impossível de ser cumprida. A proximidade entre os barracos e casas, muitas vezes no mesmo quintal, facilitou a rápida disseminação do vírus. A insegurança alimentar e a dificuldade de acesso a informações adequadas agravaram ainda mais a situação, transformando as medidas preventivas em um desafio diário.

O suporte essencial para a comunidade veio principalmente das instituições locais, com lideranças como Janaína do Exército de Salvação (ES) e Iracema do Instituto Socioambiental e Cultural (ISAC) distribuindo itens básicos, e da solidariedade das pessoas que se mobilizaram para ajudar os menos favorecidos. Como mostra esta narrativa de uma ex-liderança da comunidade:

Na pandemia, eu falei, realmente eu sei de várias famílias que estão necessitadas. Aí a gente juntou as

famílias, só que assim a gente está numa pandemia, a gente não podia estar fazendo aglomeração. Então a gente viu como fazer para não aglomerar ninguém. Aí o rapaz conseguia a cesta de São Paulo e trazia para Santos e a gente mandava buscar. A maioria das vezes a gente arrumava um carro, a gente sempre arrumava um carro, a gente pagava, o menino ia buscar, a gente trouxe para o centro comunitário (Entrevista Potira, 26/11/2024).

O cenário na VP só começou a se normalizar em 2021 com a chegada da vacinação, apesar de toda resistência inicial causada pela desinformação.

A realidade da época é descrita por esta moradora da VP:

Onde eu moro as casas são no mesmo quintal, é tudo muito pertinho, e como eu trabalho na saúde (durante a pandemia) eu levava máscara, álcool e distribuía para os vizinhos, que são meus parentes. Naquela época o ES ajudou muito, davam cestas, máscaras, conscientizavam as pessoas. Janaína ia de casa em casa ver se estavam precisando de alguma coisa. Como tinha muito desemprego, as pessoas começaram a fazer e vender máscara. Passamos muito medo, tristeza e apreensão, ninguém sabia direito o que fazer, ou quando ia acabar (Entrevista Maiara, 19/12/2024).

A narrativa dessa liderança entre os jovens, ilustra a complexidade local, onde a necessidade de sustento diário impediu que muitos moradores pudessem parar de trabalhar e se isolar, aumentando o risco de contágio: “Não teve pandemia na Vila, nas quebradas a galera não pôde parar. Como é que a galera

vai parar de trabalhar, vai parar de fazer as coisas? [...] Depois de um mês, a galera foi se habituando com essa notícia ruim” (Entrevista Tupã, 18/11/2024).

A percepção de abandono por parte das autoridades públicas foi uma queixa recorrente, reforçando a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Mesmo com a existência do art. 196 da Constituição Federal de 1988 que estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, na época o governo federal não planejou assistência alguma para as famílias vulneráveis como as das comunidades e a população de rua (Nunes, 2021). Assim, se pôde observar que o desemprego, a insegurança alimentar, a ausência de saneamento básico, o déficit habitacional e a dificuldade de acesso à educação e à saúde, foram amplificados pela chegada da pandemia (Matta *et al.*, 2020).

Assim, a pandemia não foi apenas uma crise de saúde, mas uma lente de aumento nas desigualdades sociais (Matta *et al.*, 2020), que exigiu e continua a exigir respostas que vão além do tratamento da doença, tornando necessária uma abordagem das condições estruturais que tornam as comunidades tão vulneráveis.

A ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Durante a pandemia, a rotina da UBS foi bastante reduzida; os ACSs solicitaram a diminuição dos trabalhos de campo devido ao risco de contágio, pois suas rotinas seguiam

normalmente. Ainda assim, continuaram atendendo cerca de 100 pessoas por dia com diversos sintomas, acompanhando pacientes acamados, hipertensos e diabéticos por telefone ou em visitas domiciliares e elaborando os relatórios diariamente.

Apesar de estarem com um déficit importante de trabalhadores, o que deixava algumas áreas do território “descobertas”, seu conhecimento aprofundado das necessidades e da dinâmica local foi inestimável. No decorrer da pandemia, eles estiveram na linha de frente e emergiram como a principal conexão da população com a UBS. O relato de um pesquisador em um diário de campo ilustra a proximidade e a importância dos ACSs para a comunidade: “Ao longo do percurso, Ararê ia sendo chamado e parava para atender as demandas dos moradores. Outras vezes, ao ouvi-lo conversando conosco, parece que eles reconheciam sua voz e o chamado vinha de dentro dos barracos” (Diário de Campo, 01/04/24). Além das ações na UBS, os ACSs se envolveram também nas ações comunitárias de solidariedade, distribuindo máscaras, álcool gel e conscientizando a população sobre a seriedade da pandemia.

Segundo os relatos dos profissionais de saúde, a vacinação marcou um ponto de virada, sendo um fator determinante para o controle e indicador de melhora e superação da pandemia. No entanto, a adesão à vacinação enfrentou desafios, a maioria da população não compareceu para tomar a vacina, o baixo índice de adesão foi atribuído ao negacionismo e a propagação das notícias falsas que levaram muitas pessoas a não levar a pandemia a sério. A gestora da UBS revelou que os pais não levavam as crianças

para consultas e vacinação, o que os obrigou a uma articulação com as escolas para realizar uma busca ativa.

Narrativas ainda revelam que a relação entre a UBS e a Organização Social (OS) parceira é marcada por problemas de comunicação e alta rotatividade de pessoal, dificultando a continuidade do cuidado e a construção de vínculos. Compreender essa complexidade é crucial para fortalecer a atuação do SUS na VP, garantindo que o cuidado em saúde seja verdadeiramente integral e centrado nas necessidades da comunidade.

AS RESPOSTAS COMUNITÁRIAS

Diante da atuação limitada do Estado, a VP demonstrou uma notável capacidade de organização e solidariedade. A história da comunidade sempre foi marcada por lutas coletivas por direitos básicos, como água encanada e energia elétrica, e pela organização para a educação e formação dos jovens. Práticas coletivas que fortalecem o senso de pertencimento e responsabilidade, sendo vitais para a sobrevivência e o bem-estar comunitário.

A reflexão sobre os itinerários terapêuticos ajuda a iluminar de forma mais densa o que se passou no território da VP durante a pandemia. Os itinerários dizem respeito aos percursos, escolhas e estratégias que populações em situação de vulnerabilidade constroem na busca pelo cuidado em saúde, atravessados tanto por condicionantes estruturais quanto por vínculos comunitários e subjetivos (Cabral *et al.*, 2011, Gerhardt,

2006, Cualhete *et al.*, 2022). Na VP, essa dinâmica se expressou nas formas criativas e resilientes de mobilização coletiva, como a distribuição de cestas básicas, máscaras e insumos por lideranças locais e organizações sociais, evidenciando que os itinerários ultrapassaram os serviços formais de saúde e se entrelaçam às redes de solidariedade e ao protagonismo comunitário.

O estudo sobre itinerários mostrou também que as dificuldades de acesso, desde barreiras institucionais até desigualdades históricas, não paralisam a ação desses grupos, mas os levam a elaborar respostas próprias, ainda que precárias e desiguais, para garantir sobrevivência e cuidado (Pintasilgo, 2011; Demétrio *et al.*, 2019; Nunes *et al.*, 2021). No caso da VP, a escassez de recursos do sistema público foi compensada, em parte, por práticas de cuidado interdependentes, nas quais vizinhos, igrejas e coletivos atuaram como mediadores essenciais entre a comunidade e os serviços. Isso demonstra que os itinerários não se restringem a trajetórias individuais, mas incorporam dimensões coletivas que ampliam o sentido do cuidado em contextos adversos.

Ao articular a noção de itinerários terapêuticos com a experiência concreta da VP, possibilita-se evidenciar como a pandemia funcionou como lente de aumento das desigualdades sociais, ao mesmo tempo que fortaleceu práticas de solidariedade e resistência (Cualhete *et al.*, 2022). Essa dupla face, vulnerabilidade estrutural e potência comunitária, revela que o estudo dos itinerários pode contribuir para repensar políticas públicas mais sensíveis às realidades locais, valorizando os saberes e estratégias que emergem do próprio território.

Durante a pandemia, o ES foi crucial na distribuição de cestas básicas, máscaras e na conscientização da comunidade, com líderes como Janaína visitando as casas para identificar necessidades e oferecer apoio. Um relato de uma moradora, destacou:

Naquela época o Exército ajudou muito, davam cestas, máscaras, conscientizavam as pessoas. Janaína ia de casa em casa ver se estavam precisando de alguma coisa. Como tinha muito desemprego, as pessoas começaram a fazer e vender máscaras. Passamos muito medo, tristeza e apreensão, ninguém sabia direito o que fazer, quando ia acabar, as crianças não tinham computador ou celular para acompanhar as aulas, a educação ficou bem precária aqui (Entrevista Maiara, 19/12/2024).

O Instituto Socioambiental e Cultural (ISAC) também desempenhou um papel bastante ativo durante a pandemia. Sua atuação concentrou-se primariamente na distribuição de itens essenciais, como máscaras, álcool em gel e cestas básicas. Além do suporte material, o ISAC também se dedicou à conscientização da população sobre a doença.

Contudo, essa atuação ocorreu em um cenário desafiador, onde a maior parte dos moradores não respeitou o isolamento social, não ia ao posto de saúde para se vacinar e mantinha aglomerações nas ruas sem o uso de máscaras. A líder do ISAC, Iracema, relatou ter contraído covid-19, mas não conseguiu manter o isolamento devido às contínuas demandas e necessidades da comunidade.

A articulação entre essas ONGs e as lideranças locais é vital para a melhoria das condições de vida, mas enfrenta desafios significativos de sustentabilidade financeira e a necessidade de uma articulação mais consistente entre os diferentes atores. A união comunitária é particularmente evidente em crises, como no enfrentamento à pandemia, mas a dependência de doações e a falta de recursos estáveis são obstáculos constantes para o prosseguimento dessas ações.

OS APRENDIZADOS E OS LIMITES

A experiência na VP, especialmente durante a pandemia, oferece valiosos aprendizados sobre a dinâmica entre vulnerabilidade social, atuação estatal e resistência comunitária. A solidariedade e a auto-organização dos moradores são, sem dúvida, forças vitais para o enfrentamento das adversidades. Como destaca o relato desta ACS:

[...] a comunidade de um modo geral se virou, a Vila é muito criativa, eram mulheres costurando máscaras para vender, fazendo kit álcool em gel. Teve muito sofrimento por um lado e por outro muita solidariedade, a gente passou a dar mais valor à vida (Entrevista Iara, 22/04/2024).

A capacidade de mobilização, a criação de redes de apoio e a atuação de ONGs e lideranças locais demonstraram ser

essenciais para minimizar os impactos das políticas neoliberais que fragilizam os serviços públicos. O aprendizado que fica é que a solução para as desigualdades não são apenas as medidas assistenciais, mas o fortalecimento da participação social e o reconhecimento e valorização do conhecimento e das capacidades de articulação como as redes de solidariedade existentes na comunidade (Yagi; Castro-Silva, 2024). As instituições e as lideranças locais descrevem enfrentar desafios significativos em termos de finanças, parcerias e necessidade de articulações. No entanto, é necessário lembrar que essas práticas comunitárias não substituem a responsabilidade do Estado em garantir direitos básicos como saúde, moradia, saneamento e educação.

Porém, a realidade das políticas públicas no Brasil para populações vulneráveis, que dependem da intensa participação do Estado para garantir direitos básicos, é caracterizada pela restrição e insuficiência, em um contexto de hegemonia neoliberal e contrarreforma do Estado (Behring; Boschetti, 2018). O projeto de proteção social previsto na Constituição de 1988, não se materializou plenamente (Santiago, 2021). O ajuste fiscal e a lógica neoliberal impuseram um conjunto de estratégias para reduzir a responsabilidade do Estado na área social e nos direitos públicos, cujo principal resultado foi o de fazer com que os gastos sociais aumentassem de forma muito lenta e nunca no ritmo necessário para melhorar a qualidade dos serviços ou para incluir mais pessoas que surgem na demanda, agravando a pobreza e a desigualdade social (Behring; Boschetti, 2018).

A EDUCAÇÃO PERMANENTE

Para enfrentar os inúmeros desafios da VP, as instituições locais empregam atividades de capacitação e educação que já aconteciam antes da pandemia, mas durante o isolamento social, algumas delas precisaram se adaptar, utilizando as redes digitais e atendimentos remotos. Posteriormente, com a retomada das atividades presenciais, foram retomadas e ampliadas, reforçando o papel das instituições como espaços de resistência, cuidado e reconstrução das redes comunitárias.

Desde 1990 o ES oferece reforço escolar e, atualmente, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), visando ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social de crianças e adolescentes. Promovem também atividades educativas como conversas didáticas sobre abuso sexual e mais recentemente incluíram o teatro. A psicóloga do ES, em parceria com a UBS, coordena o Projeto Florescer, que oferece apoio às jovens gestantes da VP, incluindo vale-alimentação e acolhimento psicológico.

O ISAC, por sua vez, em parceria com a Petrobrás, desenvolveu o projeto Pescadores de Histórias, que utilizou a arte e a cultura para trazer uma nova perspectiva e esperança à comunidade. O Ateliê da Maré, iniciativa de costura criativa de Iracema e outras moradoras, capacita mulheres do bairro, com peças apresentadas em desfile no I Festival Celebrando a Vida no Mangue. Este festival, além de valorizar a cultura caiçara e a

resistência da população, incluiu palestras e atividades educativas no Dia da Água e a limpeza do mangue.

A Associação Sai da Rua e Vem pro Fundão oferece um leque de atividades como muay-thai, kickboxing, capoeira, hip-hop, ballet, futebol e eco-caiaque, buscando a emancipação dos jovens e a saída do ciclo de vulnerabilidade. Eles também planejam implementar aulas de inglês e informática. O PEPE (Programa Educacional Pré-Escolar), da Igreja Batista, é outra iniciativa que desde 1992 busca alfabetizar crianças pobres, preparando-as para o ensino regular com eixos temáticos sobre identidade, meio ambiente e comunidade.

A produtora e receptivo audiovisual Nós das Palafitas, promove capacitações como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento comunitário e a transformação social. Ao oferecer oficinas e *workshops* de audiovisual, a iniciativa não apenas transmite habilidades técnicas, mas também cria um espaço para que os moradores das palafitas se tornem protagonistas de suas próprias narrativas. Essa formação permite que a comunidade registre e compartilhe suas histórias e experiências, fortalecendo a identidade local e a valorização da cultura periférica, ao mesmo tempo que promove a conscientização sobre importantes questões socioambientais.

Dessa forma, estas iniciativas visam à capacitação e atuam como um motor para a autonomia dos sujeitos, a expressão cultural e ações para promover a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONVITE À CONTINUIDADE

A VP é um retrato das desigualdades sociais brasileiras. Território onde a ausência e a precarização das políticas públicas se manifestam de forma marcante, impactando diretamente a saúde e a qualidade de vida de seus moradores. As condições de moradia são um reflexo da realidade: grande parte das casas são palafitas construídas sobre estruturas frágeis, com caminhos de tábuas irregulares, fiação elétrica exposta e passando a menos de dois metros de altura, alguns trechos com esgoto a céu aberto e acúmulo de lixo em alguns becos. Mesmo em meio a essa precariedade, narrativas testemunham que atualmente o custo de aluguel de um barraco pode chegar a R\$ 500,00 (quinhetos reais) e a falta de endereçamento adequado em muitas ruas obriga os moradores a buscar comprovantes de residência na Associação de Moradores, denunciando a informalidade e a marginalização.

A negligência nos direitos sociais é visível. Relatos apontam que alguns carteiros não entram em determinadas áreas da comunidade e a saúde é frequentemente percebida como uma “benesse” e não como um direito fundamental. Alguns atendimentos especializados na Unidade Básica de Saúde (UBS) podem levar meses e a própria UBS enfrenta problemas de infraestrutura, falta de materiais e dificuldades de gestão.

A infância e a juventude na VP são particularmente vulneráveis, altas taxas de gravidez na adolescência e a evasão escolar

afetam a educação e a inserção no mercado de trabalho. A falta de oportunidades estimula parte dos jovens a buscarem envolvimento com a criminalidade, que se torna a única forma de sustento ou de conseguir o que desejam. A violência policial no território é uma constante, com crianças sendo estigmatizadas e operações que geram medo e apreensão. A dependência de programas sociais como o Bolsa Família atinge cerca de 90% da população, caracterizando sua extrema vulnerabilidade socioeconômica.

Além das questões habitacionais, a contaminação ambiental é uma ameaça constante. Resíduos tóxicos industriais no rio Casqueiro comprometem a pesca artesanal e a construção da cava agrava a situação, pois transforma o local de moradia em foco de crise ambiental, trazendo doenças para os moradores e tornando-o impróprio para habitação. O incêndio nas instalações da empresa Ultracargo em 2015, que trouxe como consequência a morte de milhares de peixes e problemas de saúde para os moradores, é uma memória trágica dessa realidade.

A pandemia exacerbou as desigualdades em territórios vulneráveis como a VP. O desemprego e a redução de renda aprofundaram a crise econômica local. A proximidade dos barracos tornou o isolamento social um desafio, e a desinformação contribuiu para a não adesão às medidas preventivas e à recusa da vacinação. Os profissionais de saúde, especialmente os ACS, estiveram na linha de frente, mas foram vítimas de uma alta incidência de contaminação, e muitos deles sofreram adoecimento emocional devido às perdas familiares, ao estresse e à sobrecarga de trabalho, além de sequelas físicas.

Em contrapartida, a sociedade civil desempenhou um papel crucial na redução das iniquidades. Iniciativas como o ES, ISAC, Turma do Fundão e a produtora Nóis das Palafitas, juntamente com a forte rede de vínculos e solidariedade comunitárias, que se manifestam em mutirões e ajuda mútua em momentos de crise, demonstram a resiliência e a capacidade de auto-organização da VP. Lideranças como Janaína e Iracema são figuras de referência, e a valorização dos saberes tradicionais, como o uso de ervas medicinais por Jaci, a “bruxa” da comunidade, complementam a assistência formal.

A VP é um exemplo de como a solidariedade e a organização comunitária são poderosas ferramentas de resistência e transformação em face das desigualdades sociais e vulnerabilidades estruturais. É fundamental compreender que as questões de saúde, moradia e trabalho estão intrinsecamente ligadas a um contexto socioeconômico maior.

As narrativas das experiências dos moradores e lideranças demonstram que não é possível contar com a efetividade das políticas públicas. O histórico da presença mínima do Estado e o caráter paliativo das intervenções somente reforçam que a sobrevivência e a luta pelos direitos dependem da força decorrente da organização da comunidade. Esta luta não é apenas uma demanda local, mas um enfrentamento a um modelo que historicamente marginaliza e precariza a vida de milhões de pessoas das periferias.

Diante desse complexo cenário, as pesquisas realizadas na comunidade indicaram que a busca por melhores condições

de vida depende de uma parceria efetiva entre as lideranças comunitárias, as instituições do território e os profissionais de saúde. Essa união de forças pode potencializar os saberes e experiências já existentes, transformando-os em estratégias de ação conjunta e protagonismo local.

A pesquisa revelou ainda que, para além do cuidado individual, os itinerários terapêuticos envolveram dimensões coletivas, ampliando o sentido do cuidado em contextos adversos, apontando que o estudo dos itinerários pode contribuir para repensar as políticas públicas, de forma que elas sejam mais sensíveis às realidades locais, e que valorizem as estratégias e saberes da comunidade.

Além disso, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental, incrementando políticas que considerem as especificidades dos territórios vulneráveis, incluindo o investimento em infraestrutura e recursos humanos, mas também a valorização dos ACS como elos fundamentais entre o sistema de saúde e a comunidade por meio de uma abordagem mais integral e menos focada apenas na doença.

Nas linhas acima procuramos desvendar as interações entre desigualdade social, o impacto do neoliberalismo e a vivência da pandemia na VP. A pesquisa revelou uma comunidade marcada por vulnerabilidades estruturais, mas também por uma notável capacidade de resistência e auto-organização. A pandemia não apenas expôs essas fragilidades, mas também reforçou a urgência de repensar o papel do Estado e da sociedade na construção de um futuro mais justo e equitativo.

Assim, este capítulo se oferece como um recurso a mais para a educação permanente de profissionais e lideranças comunitárias da VP. Ao promover a reflexão sobre as experiências e desafios expostos, pretende-se não apenas informar, mas inspirar ações que pavimentem caminhos para a construção de um futuro em que a solidariedade e a participação social sejam as bases para a garantia de direitos e a superação das desigualdades.

Por fim, o convite à continuidade aponta para a importância de se manter e fortalecer as lutas coletivas pelos direitos e melhoria das condições de vida. Assim, a educação permanente surge como um instrumento para renovar as formas de resistência da comunidade: o cuidado, a solidariedade e a mobilização social. Continuar é insistir em sonhar e lutar por um futuro em que a vida nas margens possa ser reconhecida em sua dignidade.

SUGESTÕES CULTURAIS PARA INSPIRAR O TEMA

Para aprofundar a compreensão dessa complexa realidade, a arte e a literatura oferecem lentes poderosas. Os filmes e livros comentados a seguir foram escolhidos pela capacidade de retratar com profundidade as lutas, a resiliência e as formas de engajamento que surgem nestes contextos. Eles são um convite à reflexão sobre como a criatividade, a organização coletiva e a busca por dignidade emergem em meio às adversidades.

Filmes

- *Cidade de Deus* (2002, Brasil): filme que retrata a vida em uma favela do Rio de Janeiro, abordando a violência, a pobreza e a luta por sobrevivência, mas também a capacidade de superação e a complexidade das relações humanas em um ambiente marginalizado.
- *Parasita* (2019, Coreia do Sul): vencedor do Oscar de Melhor Filme e que explora de forma aguda as disparidades sociais e a luta de classes, utilizando uma narrativa envolvente e cheia de simbolismos sobre a convivência entre famílias de diferentes estratos sociais.
- *Que Horas Ela Volta?* (2015, Brasil): filme brasileiro que explora as complexas relações de classe e as dinâmicas sociais entre uma empregada doméstica e seus empregadores, oferecendo uma perspectiva sensível sobre as desigualdades e a busca por dignidade no contexto urbano.

Obras literárias

- *Quarto de Despejo*: Diário de uma Favelada (1960), de Carolina Maria de Jesus: clássico da literatura brasileira, este diário revela a dura realidade de uma

mulher negra, mãe e catadora de papel, que vive na favela do Canindé, em São Paulo, trata-se de um testemunho da pobreza, da fome e da resiliência.

- *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Junior: romance brasileiro premiado que aborda a vida de duas irmãs no sertão da Bahia, explorando temas como a escravidão contemporânea, a luta por terra, a ancestralidade e a resistência feminina. Tratando de temas como a identidade, a memória e a persistência em meio a injustiças sociais e históricas.
- *Doramar ou a Odisseia: Histórias* (2021), de Emilia Maria de Souza: uma coletânea de contos que mergulha nas complexidades da vida em comunidades periféricas, abordando temas como a luta diária, a resiliência, a cultura local e as relações humanas em meio às adversidades sociais, oferecendo um olhar sensível e profundo sobre a realidade de quem vive à margem.

CONTATO DAS INSTITUIÇÕES DO TERRITÓRIO

Assistência e Promoção Social Exército de Salvação da Vila dos Pescadores: Aproses Vila Pescadores (@aprosesvp)

ISAC: ISAC- INSTITUTO (@isac.instituto)

Nóis das Palafitas: ESPAÇO CULTURAL E RECEPTIVO AUDIOVISUAL PERIFÉRICO (@noisdaspalafitas)

Projeto “Sai da Rua e Vem pro Fundão”: Fundão (@projetosaidaruaevemprofundao)

REFERÊNCIAS

ANHAS, D. M. **Construção e fortalecimento de redes de sociabilidade comunitária entre jovens moradores da periferia cubatense.** Tese (Doutorado em Ciências da Saúde), Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde – Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2019.

BARRETO FILHO, H. “Extermínio”: famílias de mortos pela PM participam de ato no litoral de SP. UOL, 03 mar. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/03/03/exterminio-familias-de-mortos-pela-pm-participam-de-ato-no-litoral-de-sp.htm>. Acesso em: 20 out. 2025.

BARROS, M. de. **Ensaios fotográficos.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2018.

CABRAL, A. L. L. V.; MARTINEZ-HEMÁEZ, A.; ANDRADE, E. I. G.; CHERCHIGLIA, M. L. Itinerários terapêuticos: o estado da arte da produção científica no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 11, p. 4433-4442, 2011.

CASTRO-SILVA, C. R.; IANNI, A.; FORTE, E. Desigualdades e subjetividade: construção da práxis no contexto da pandemia de covid-19 em território vulnerável. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, 2021.

COLODRO, C. Uma cratera no mangue: a cava subaquática de Cubatão. **Da Vila à Vila**, 2019. Disponível em: <https://davilaavila.home.blog/131-2/>. Acesso em: 20 out. 2025.

CUALHETE, D. N.; SANTOS-MOURA, G. H.; CASTRO-SILVA, C. R. The therapeutic itineraries of vulnerable populations at COVID-19: a scoping review. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, e210700, 2022.

DEMÉTRIO, F.; SANTANA, E. R. D.; PEREIRA-SANTOS, M. O itinerário terapêutico no Brasil: revisão sistemática e metassíntese a partir das concepções negativa e positiva de saúde. **Saúde em Debate**, v. 43, spe. 7, p. 204-221, 2019.

DIÁRIO DO LITORAL. Movimento promoverá dois atos contra a cava subaquática na Baixada Santista. 30 jan. 2019. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/movimento-promove-atos-contra-a-cava-neste-fim-de-semana/122257/>. Acesso em: 20 out. 2025.

GERHARDT, T. E. Itinerários terapêuticos em situações de pobreza: diversidade e pluralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 11, p. 2449-2463, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2023). *Censo Demográfico 2022: Religiões: Resultados preliminares da amostra*. Agência de Notícias IBGE.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; SOUSA, R. P. A pandemia da Covid-19: uma crise sanitária e humanitária. In: BUSS, P. M.; FONSECA, L. E. (orgs.). **Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho**. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2020. p. 35-40. (Série Informação para Ação na Covid-19)

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J. (orgs.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NOVAES, A. Consenso de Washington: crise do Estado desenvolvimentista e seus efeitos sociais – um balanço crítico. **Ensaios**, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2008.

NUNES, N. A.; RODRIGUES, A.; CINACCHI, G. B. Health and social care inequalities: the impact of Covid-19 on people experiencing homelessness in Brazil. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 11, 5545, 2021.

PINTASILGO, M. L. **Para um novo paradigma**: um mundo assente no cuidado. Porto: Afrontamento, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO – PMC. (2021). Diagnóstico socioeconômico da Vila dos Pescadores autoriza a execução do Plano Diretor de urbanização. Disponível em: <https://bit.ly/41yHpPu> Acesso em: 20 out. 2025.

SANTIAGO, M. F. Uma Constituição à beira do colapso: a captura do Estado

e o desmonte do sistema constitucional de proteção social. **Revista de Direito Público**, v. 18, n. 98, p. 11-37, 2021.

SILVA, V. A. da. **A campesinidade presente na construção do espaço geográfico da cidade de Cubatão**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, A. K. Brasil e o legado da década de 1980: crise e orientação da política econômica. In: **ANAIS DO XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS**, Niterói: UFF/ABPHE, 2017.

YAGIU, H.; CASTRO-SILVA, C. R.; EUZEBIOS FILHO, A.; MARTIN, S. T. F. Participação social de lideranças comunitárias em um contexto de desigualdade social e no enfrentamento da pandemia da Covid-19: um enfoque psicossocial. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, 2021.

YAGIU, H.; CASTRO-SILVA, C. R. Lideranças comunitárias enfrentando as desigualdades em um território de altíssima vulnerabilidade em Cubatão - São Paulo: percepções e articulações. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 42, n. 3, 2024.

CAPÍTULO 3

PROMOÇÃO DO CUIDADO DAS INFÂNCIAS EM TERRITÓRIO VULNERABILIZADO E A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Lucélia Avelino
Laura Leal Nosella
Maria Inês Badaró
Mabel Cavalcanti
Marly Vicente da Silva
Fernando Santos Andrade

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.
(Paulo Freire)

INTRODUÇÃO

Neste texto, propomos refletir sobre o lugar que a primeira infância ocupa em territórios vulnerabilizados. Tendo em vista

as inúmeras carências a que essa população está submetida, consequência da desigualdade social imposta, a pergunta que norteia as reflexões é: qual é o espaço para o desenvolvimento infantil?

A pesquisa apresentada neste capítulo integra um estudo guarda-chuva do Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade Social (LEDS), cujo tema central foi a Primeira Infância. Por meio dos atores locais (lideranças comunitárias, servidores públicos e municipais), buscou compreender quais desafios são enfrentados pelas infâncias e como a comunidade se organiza para promover o cuidado a esse público, especialmente no contexto pós-pandemia, que aprofundou a discrepância nas condições de vida e nas oportunidades sociais de exercício da cidadania.

O local de análise foi a Vila dos Pescadores (VP), em Cubatão (SP). Apesar de se localizar em uma cidade que possui bons indicadores em saúde, educação e renda (IDH 0,737)⁷, a VP contempla regiões onde a pobreza vem se acentuando por décadas (GINI 0,45)⁸, uma vez que o índice aponta a larga diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Compreende-se que pessoas e lugares não são naturalmente vulneráveis como uma essência de menor valia, mas sim que o estado de vulnerabilização imposta à população é construído socialmente, e por que não, intencionalmente. A análise deste cenário vulnerabilizado deve considerar que

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente o das crianças (IPEA).

⁸ O Índice GINI mede o grau de concentração de renda em determinado grupo e aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

[...] essa situação é produto dos modelos econômicos que prevalecem desde a metade do século XX e que, de um lado, promoveram o processo de desenvolvimento industrial e de expansão urbana acelerada, mas que, de outro, acentuaram as desigualdades econômicas e sociais, aumentando a pobreza e expulsando significativa parte da população para as periferias urbanas, áreas que foram gradativamente ocupadas de forma desordenada, o que gerou, não apenas problemas ambientais de diversas ordens, mas também a intensificação de situações de riscos geradas por ameaças ou processos naturais (Sassen, 2014; Dickson *et al.*, 2012).

Quando um espaço geográfico é sinalizado como um território vulnerabilizado, somos chamados à atenção para as condições de vida nas quais as pessoas estão submetidas e as barreiras de acesso às oportunidades. Tomando para análise os direitos das infâncias no cotidiano infantil, é importante destacar que se trata de um processo consolidado ao longo da vida, em progressão.

De acordo com Blaikie (1996), considera-se como progressão da vulnerabilidade o modus operandi dos sistemas políticos e econômicos, as fragilidades das instituições locais e das macroforças, como instituições que detêm a hegemonia do poder econômico e político e que influenciam intervenções no uso e na ocupação do solo, bem como os impactos sobre os recursos hídricos. Também compõem essa progressão as condições inseguras, como a fragilidade dos ambientes naturais, as baixas condições econômicas da população, a existência de grupos mais vulneráveis e a ausência ou deficiência do Estado no apoio às ações de preparação para enfrentar as questões impostas.

Ao se tratar de infâncias periféricas em contraposição às vulnerabilidades às quais estão expostas, o Plano Nacional pela Primeira Infância traz em seus objetivos:

1. Colocar as crianças em primeiro lugar;
2. Erradicar a pobreza – investir na infância;
3. Não abandonar nenhuma criança;
4. Cuidar de cada criança;
5. Educar cada criança;
6. Proteger as crianças da violência e da exploração;
7. Proteger as crianças das guerras;
8. Combater o HIV/Aids (proteger as crianças);
9. Ouvir as crianças e assegurar a sua participação;
10. Proteger a Terra para as crianças.

E, junto ao cuidado às crianças, segue o cuidado às suas famílias, pois se é dever *da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação desses direitos*⁹, logo, é primordial dar condições de exercer cidadania e cuidar de quem deve cuidados às infâncias.

A primeira infância compreende as idades de 0 a 6 anos. Segundo o Núcleo de Ciência pela Infância (NCPI) esta etapa tem papel decisivo na qualidade de vida que como adultos teremos. É na primeira infância que cada criança aprende, adapta-se a mudanças e demonstra resiliência em situações difíceis. Espaço em que se desenvolvem habilidades cognitivas, sociais e emocionais. Entendemos como criança saudável a partir do conceito de saúde *como um fenômeno construído social e historicamente, resultante*

⁹ Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

de determinantes sociais que geram acesso ou barreiras a uma vida digna e decente. Saúde, para além do paradigma médico assistencial, é o entendimento da vida como riqueza social e que é desenvolvida no cotidiano das pessoas e nas suas relações¹⁰.

Atualmente, em Cubatão, a população que compõe a primeira infância totaliza 10.175 crianças de um total de 112.476 habitantes no município. Segundo o IBGE (2022) majoritariamente são crianças pretas e pardas, 52,79%. Do total de crianças, 5.842 estão cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) e 4.625 além de cadastradas no CadÚnico recebem o Bolsa Família¹¹. Ou seja, a primeira infância cubatense é perpassada pelo recorte de raça e classe, o que contrapõe com a potência industrial e econômica da cidade, cujo crescimento do PIB é ascendente¹².

As crianças com menos oportunidades para o seu pleno desenvolvimento demandam políticas públicas redutoras de desigualdades e apoios sólidos para atingirem o seu potencial quando adultas. *O que acontece nos primeiros anos de vida é fundamental para o desenvolvimento integral de meninas e meninos, de modo que é preciso que haja investimentos nesta fase para que estes impactos sejam positivos para toda a sociedade*¹³.

A baixa cobertura de atendimento pré-natal e de vacinação infantil, a exposição à violência, a desnutrição, a negligência, a

10 Plano Nacional pela Primeira Infância.In: <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/10/PNPI.pdf>

11 <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municípios/cubatao-sp/>

12 <https://santaportal.com.br/baixada/cubatao-e-a-cidade-da-regiao-com-maior-crescimento-do-pib-em-um-ano#:~:text=Com%20uma%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20131.626,total%20concentrados%20no%20setor%20industrial>.

13 Primeira Infância Antirracista, UNICEF. Caderno 1: “Primeiras infâncias negras e a Saúde”.

moradia precária, a falta de infraestrutura e a falta de acesso à educação de qualidade são alguns dos elementos das múltiplas dimensões da pobreza enfrentados pelas crianças brasileiras e pelas crianças na Vila dos Pescadores. Podemos tomar como exemplo a vivência cotidiana marcada pela violência imposta pelo tráfico de drogas, pelas incursões violentas da Polícia Militar e pelo abuso infantil. Uma cena cotidiana, como a revelada na Figura 5, mostra uma criança se defendendo da violência enquanto é protegida por um adulto atrás de um veículo.

Figura 5. Incursão policial durante o dia.



Fonte: Arquivo LEDS.

O COTIDIANO

Este cenário de desigualdades sociais foi aprofundado na pandemia, pois as raras oportunidades a que seus familiares possuíam se tornaram ainda mais inacessíveis pela desestabilização econômica. Era inexistente a possibilidade do “ficar em casa” quando o barraco não permitia o isolamento e estar na rua é poder garantir de certo modo o distanciamento das pessoas.

[...] se você for na palafita (área de mangue mais carente da Vila), você vai ver mais crianças soltas lá naquela época (pandemia) do que as crianças daqui da frente. É a qualidade de vida, né? Aí você vai lá na palafita, é um cômodo para 4 crianças, 5 crianças, não consegue todo mundo ficar dentro de casa. Aí tem aquele calor todo, então é melhor soltar (Trecho 01 de entrevista com munícipe).

A desinformação (*fake news*) sobre os protocolos de segurança permitiram infectados subnotificados e mortes evitáveis. As crianças sem acesso às escolas, que estavam fechadas, e sem a presença de seus adultos, que ou estavam na luta pelo pão de cada dia ou se entregavam ao uso abusivo de substâncias como uma forma de não saber para onde ir, permaneciam à margem, sem proteção e cuidados. Quando isso não ocorria, as crianças pequenas eram cuidadas por outras crianças.

[...] as crianças não iam para escola, estava tudo dentro de casa. As mães que continuaram trabalhando, as

crianças continuaram na rua; as mães que perderam o emprego cuidaram dos seus filhos em casa. As suas crianças brincavam na quadra, todo mundo ali na frente, quando pegou, pegou todo mundo. Não estava muito claro se era sério a coisa ou não. Minha opinião, foi primeiro por causa da fake news. É porque um passa para o outro, e as pessoas idosas são as que mais compartilham fake news. Os idosos que estavam na rua, se você olhasse a pracinha ali, todo mundo jogando dominó, era só os idosos. Por conta da fake news mesmo, eles compartilham coisas e acreditam naquilo e pronto (Trecho 02 de entrevista com munícipe).

Contudo, é possível perceber no pós-pandemia esses efeitos abortadores de cidadania, ao mesmo tempo que a comunidade também se esforça, por meio da solidariedade e da ajuda mútua, para se superar e continuar a existir. Exemplos disso são as lideranças comunitárias que mapearam aqueles que passavam fome e mobilizaram parcerias para alimentar a população do território, além de acolherem as crianças nas sedes das ONGs, mitigando assim a exposição delas às violências cotidianas e ao abuso infantil.

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) também assistiram a comunidade com kits de higiene e máscaras, levaram medicamentos aos acamados e colocaram a própria vida em risco, demonstrando um grau de organização para a luta e a sobrevivência que foi fundamental nesse momento de adversidade. Segundo Aranha (1993), a experiência social é de importância central para a ontogênese e para o ser humano.

E o infante da primeira infância encontra-se nesse tecido social de cuidado e no esperançar. Segundo Freire (2004), é preciso se mover na esperança enquanto lutamos e se lutamos com esperança, esperamos. A esperança está além da teimosia, mas por um imperativo existencial e histórico. E, assim como a experiência social, a esperança é ontológica, se ancora na consciência e na prática.

Segundo Bowlby (l969, p.15), na teoria do apego,

A parceria mãe-criança como uma unidade que se estabelece bidireccionalmente e na qual ambos os parceiros permanecem em uma relação recíproca contínua, em todos os estágios do desenvolvimento da criança. Desta forma existe a necessidade de se examinar o desenvolvimento social em termos do que acontece entre pessoas e não somente dentro dos indivíduos tratados como unidades isoladas.

A interação é o caminho para a formação de relações sociais, e as relações sociais são uma ferramenta importante para a sustentação do indivíduo como ser grupal e sua autovaloração (Aranha, 1993, p.22). A partir do desenvolvimento, o brincar vai se transformando e compondo o cotidiano. Para Winnicott (2003) “brincar é fazer”. Portanto, é transformar a realidade de uma maneira inventiva, uma ação que se dá no cotidiano a partir de distintas operações do desenvolvimento psíquico humano. Nesta compreensão, pode-se afirmar que por meio do brincar o mundo externo vai se articulando com o mundo interno, de modo que o brincar é também um espaço para ensaios sobre a

vida e conduz relacionamentos grupais, por meio da criatividade e da comunicação consigo e com os demais (Winnicott, 2020).

Existe aprendizagem na convivência, existe aprendizagem no exercício do cuidado. De acordo com Freire (1996), a prática educativa é especificamente humana. Do mesmo modo, Vygotsky (1991, p. 65) defende que o exercício da imaginação que se estrutura durante o brincar ensina a criança a “dirigir seu comportamento não somente pela percepção imediata dos objetos ou pela situação que a afeta de imediato, mas também pelo significado dessa situação”. E, deste modo, como um ser de relações, nós aprendemos a cuidar à medida que no trato que damos ao corpo, sabendo-o vulnerável, em uma preocupação com o bem-estar físico dos visados. É uma busca para acautelar a sobrevivência, mas também é atenção dispensada a algo, intencionalidade para o outro, tomando-o como importante (Carrilho, 2018).

Segundo Freire (2004), a ética de uma Educação Permanente e emancipatória é balizada pela questão de raça, de gênero, de classe. Não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, importa é que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles.

Compreende-se aqui Educação Permanente como aquela que abarca a formação integral e contínua. Se desenvolve para além do uso somente de técnicas, mas vai se humanizando e segue como uma aprendizagem ao longo da vida¹⁴.

¹⁴ Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/21072ff3-b8d3-45c7-87a9-aec616190ccd/content>. Acesso em: 20 out. 2025.

Durante todo o processo desta pesquisa participante, as análises foram sendo construídas em um espaço de amplificação de debates, espaço ímpar para concretizar a coletivização do conhecimento sobre a VP. Vale destacar que o grupo gestor por um lado debatia as informações que emergiram da pesquisa, como também apontou o caminho a ser percorrido. Dentre os encontros, a Figura 6 apresenta uma cena comum em que a equipe de pesquisadores, participantes, líderes comunitários, trabalhadores e demais interessados analisaram e debateram a temática.

Figura 6. Reunião de Grupo Gestor.



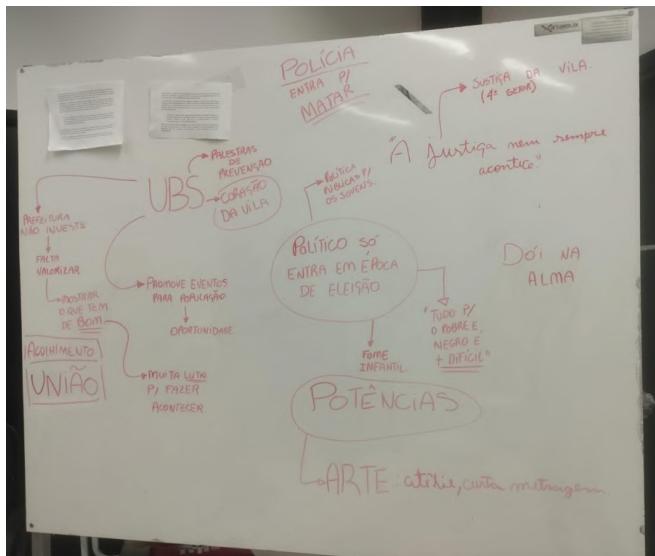
Fonte: Arquivo LEDS.

Nestes encontros também pudemos conhecer e analisar a promoção do cuidado para com as Infâncias. Estes espaços também se caracterizam como espaço de Educação

Permanente em Saúde, pois tem caráter crítico-reflexivo com problematização do cotidiano vivenciado pelas pessoas naquele território. O foco no território e nos protocolos de trabalho não estão ali somente para ser transmitidos como um depósito, mas realizados de forma transmissiva e em alguns momentos construídos conjuntamente com os munícipes (Ministério da Saúde, 2022).

Também nesses encontros são revelados os itinerários de cuidado no território, além de ter destaque o uso político que se apresenta em momentos de eleições. A Figura 7 revela notas em quadro branco, que são registros de reflexões feitas durante o debate sobre a promoção de saúde dirigido à infância.

Figura 7. Reflexões comunitárias em Grupo Gestor.



Fonte: Arquivo LEDS.

Ao discutirmos a qualidade de vida na infância, é relevante considerarmos que não poderá haver qualidade se as crianças não estiverem seguras, com seus direitos básicos garantidos e com o cuidado necessário para assegurar uma vida em plenitude. Esses conceitos, presentes no modelo de desenvolvimento que conhecemos, nos provocam a pensar na sociedade que desejamos e na vida que temos oferecido às nossas crianças, revelando uma série de contradições sobre o que seria qualidade de vida na infância e, consequentemente, na vida.

Nesse sentido, como afirma Pintasilgo (1998, p. 112):

“Ao procurar a melhoria sustentável da qualidade de vida, a mais alta prioridade deve ser concedida à satisfação das necessidades básicas mínimas para a sobrevivência da população. Esta prioridade não pode ser negociável”.

Nas necessidades básicas, ousamos complementar lembrando Paulo Freire: “não posso parecer o humano se faço desaparecer em mim a esperança”. E essa esperança, verbo esperançar, busca qualidade de vida essencialmente para a base de toda a sociedade: as nossas crianças. A esperança, entendida aqui não só como garantia de direitos básicos, mas como qualidade de estar feliz, podendo brincar livremente, criar e pertencer à comunidade, exercendo seu poder criativo e criador.

Como podemos observar, a comunidade sabe que é importante cuidar das Infâncias:

Direito a brincar, direito a ser criança. Então acho que a gente precisa, sabe? Ter diretrizes, sei lá, dos governos,

pra olhar pra essa infância, pra deixar as crianças serem crianças. Sabe, eu fico muito preocupada, porque eu digo, eu não faço nada, mas o pouco que eu faço, é tão importante: no espaço do ISAC a gente acolhe, dá um colo e brinca (GG8, 05/09/2025).

No paradigma do cuidado, a infância apresenta-se como primeira e principal preocupação para que toda a sociedade possa ter vida em qualidade, mesmo em um sistema excludente e produtor de tantas injustiças sociais. Um conjunto de elementos compõe a qualidade de vida que desejamos e que, na infância, pode garantir uma sociedade mais próxima da justiça, assegurando direitos e construindo teias de humanidades.

O projeto brincando nas férias atende 40 crianças, a gente faz várias atividades com elas, brincadeiras lúdicas e educativas com foco na educação ambiental. É impressionante como a informação, forma. [...] Eu fiquei só observando: a gente brinca e ao mesmo tempo, é brincando e formando e educando. É bem legal (GG3 27/09).

Assim nos lembra Pintasilgo ao conceituar qualidade de vida: ela se baseia na fruição garantida e tranquila da saúde e da educação, da alimentação adequada e da habitação, de um ambiente estável e saudável, da equidade, da igualdade entre os sexos, da participação nas responsabilidades da vida cotidiana, da dignidade e da segurança. Cada um desses elementos é importante em si, mas a falta de realização, ainda que de apenas um deles, pode minar o sentido subjetivo da qualidade de vida (Pintasilgo, 1998, p. 113).

O mundo não é, o mundo está sendo, como nos lembra Paulo Freire (1996). Para tanto, Freire nos provoca a não aceitação de um mundo que não trate qualidade de vida como um conceito primordial para nossas crianças. Escutá-las é um processo não apenas interativo, mas consiste no respeito. Ouvindo-as, ouvimos a sociedade e seus ecos mais puros e verdadeiros. Devemos ouvir para compreender, compreender para agir, como nos lembra Pintasilgo (2020, p. 115):

Escutar as vozes das pessoas, não se limitando, redundantemente, a recolher dados recolhidos e interpretados por outrem. A escuta como verbo aqui é motivada pelo compromisso cívico de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

E isso principia com nossas crianças. A construção do querer comum passa por ouvi-las, respeitando seus direitos e buscando na garantia dos mesmos uma saúde social, em uma cosmovisão, como diz a frase célebre de Antônio Bispo: “Nós somos o começo, o meio e o começo”.

SUGESTÕES CULTURAIS PARA INSPIRAR O TEMA

Na lógica de complementar a discussão sobre o cuidado das infâncias em vulnerabilidade, cabe ampliar nosso olhar para outras formas de pensar o ser criança e o que significa proteger

a infância, assim como celebrá-la. Assim, apresentamos outras fontes culturais que arejam a nossa visão e nos estimulam a ir além do debate teórico na disputa de ideias trazidas neste capítulo.

Livros

- Para repensar outros modos de viver em sociedade e coletividade: *A terra dá, a terra quer* – Antônio Bispo dos Santos (2023).
- Práticas brincantes para se utilizar com crianças: Cartilha *Jogos e brincadeiras das culturas populares na Primeira Infância* – Ana Mae Barbosa.
- Leitura para refletir sobre o enfrentamento ao racismo e valorizar a autoestima da criança: *Quinzinho e o racismo que tira o brilho dos olhos das crianças*.
- O documentário *Tarja Branca* mostra que brincar é urgente e fundamental à natureza humana.

Brincadeiras populares

- “Corrida de um pé só”
- “Peteca”
- “Pega-pega”

Música/Brincadeira de roda

- “Roda Africana” – Palavra Cantada
- “Passa Anel”
- “Corre Cotia”

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. A interação social e o desenvolvimento humano. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 19-28, dez. 1993.

BLAIKIE, P., 1996. Understanding environmental issues. In: Morse, S., Stocking, M. (Eds.), *People and Environment*. University of British Columbia, Vancouver, pp. 1-30.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE; CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Política Nacional de Educação Permanente e Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Programa Saúde com Agente. E-book 5. Brasília, 2022.

CANIL, K. C.; LAMPIS, A.; LOPES, K. Vulnerabilidade e a construção social do risco: uma contribuição para o planejamento na macrometrópole paulista. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 397-416, maio/ago. 2020.

CARRILHO, M. R. **O pensamento ético-político de Maria de Lourdes Pintasilgo**. Lisboa: Fundação Cuidar o Futuro, 2018. 137 p.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **Impactos da desigualdade na primeira infância**. São Paulo: Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, 2022.

DALBEM, J. X.; DELLAGLIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 57, n. 1, p. 12-24, jun. 2005 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100003&ln=g=pt&nrm=iso>. acessos em 27 nov. 2025.

DESLANDES, S. F. Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas. (Org.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2024. 416 p.

FRANCO, S. de G.. (2003). O brincar e a experiência analítica. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 45–59. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100003>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO. **Caderno temático 08**: O método das audições públicas e a formação do querer comum. Lisboa: Fundação Cuidar o Futuro, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultado da pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KOMATSU, B. K.; CALU, J. C.; BARTHOLO, T. L. Estudo nº IX: Impactos da desigualdade na primeira infância. **Núcleo Ciência Pela Infância**, 2022. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br>. Acesso em: 20 out. 2025.

MINAYO, M. C. de S.. (2012). **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>

PINTASILGO, M. **Relatório Cuidar o Futuro – Programa Radical para Viver Melhor**. Lisboa: Fundação Cuidar o Futuro/UNESCO, 1998.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI); ANDI COMUNICAÇÃO E DIREITOS. **Plano Nacional Primeira Infância**: 2010-2022 | 2020-2030. 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

SANTOS, A. B. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SASSEN, S. (2022). LÓGICAS PREDATÓRIAS: indo muito além da desigualdade. *Caderno CRH*, 35, e022002. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.48850>

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAPÍTULO 4

PRÁTICAS DE CUIDADO NA VILA DOS PESCADORES: PROTAGONISMO DAS MULHERES E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Josilene Brandão de Souza
Claudia Camilo de Oliveira
Marly Vicente da Silva
Nádia Vitorino Vieira
Luciane Pinho de Almeida

Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.

Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz

violento os tímpanos do mundo.

Antevejo.

Antecipo.

Antes-vivo.

Antes – agora – o que há de vir.

Eu fêmea-matriz.

Eu força-motriz.

Eu-mulher

abrigo da semente

moto-contínuo

do mundo.

(“Eu-Mulher”, Conceição Evaristo)

INTRODUÇÃO

O presente capítulo é produto do projeto de pesquisa “Cuidado na desigualdade social: abordagens interdisciplinares no enfrentamento aos agravos da Covid-19 em território vulnerável”¹⁵ e tem como objetivo compreender as práticas de cuidado realizadas por mulheres da comunidade da Vila dos Pescadores, articulando seus saberes e práticas às diretrizes da Educação Permanente em Saúde.

O cuidado é uma categoria ampla e multidimensional, discutida por inúmeros autores em diferentes momentos da história. No entanto, observa-se que grande parte dessas discussões aborda questões relativas à esfera privada, geralmente

15 Processo FAPESP n. 2023/05292-1.

associadas ao âmbito doméstico, às relações familiares e ao papel socialmente atribuído às mulheres na manutenção da vida cotidiana. Essa compreensão, como argumenta Joan Tronto (1993), limita a compreensão do cuidado e invisibiliza sua dimensão pública e política.

Pensando no território estudado, a Vila dos Pescadores, o cuidado é apresentado neste capítulo como uma prática coletiva, materializada na ação de lideranças comunitárias que, diante da ausência ou insuficiência do Estado, assumem funções centrais na organização da vida comunitária, articulando redes de solidariedade e garantindo o acesso a direitos básicos (Fisher; Tronto, 1990). Essa compreensão emergiu tanto da observação participante quanto das narrativas produzidas nos encontros com as lideranças, nas quais o cuidado aparece como uma resposta concreta às necessidades do território, mas também como uma forma de resistência e de construção de autonomia.

Para Monteiro (2004), uma liderança comunitária deve ser ativa, participativa, democrática e saber lidar com situações complexas, gerando e fortalecendo o compromisso entre membros da comunidade. Ela também deve ser modelo de ação e fonte de informação, com caráter político direcionado para a construção social coletiva.

As lideranças comunitárias se tornam essenciais em territórios marcados pela vulnerabilidade social, promovendo respostas e estratégias às ausências do Estado. Nesse cenário, suas práticas sustentam a vida e tecem possibilidades de transformação social e de afirmação de direitos. Compreendemos

vulnerabilidade social não como uma condição individual, mas como resultado de processos históricos e estruturais de exclusão, desigualdade e negação de direitos por grupos marginalizados da sociedade (Silva, 2018). Nessa perspectiva, um contexto de vulnerabilidade social não apenas impõe limites aos sujeitos, mas também mobiliza práticas criativas de cuidado e resistência.

Na Vila dos Pescadores, é nesse cenário que emergem as ações das lideranças comunitárias, especialmente das mulheres, cujas práticas se tornam fundamentais para a sustentação da vida e da dignidade em meio às desigualdades, promovendo o cuidado. A multidimensionalidade desse cuidado é percebida ao envolver tanto ações rápidas diante de crises de saúde, insegurança alimentar ou desastres ambientais, como também a articulação com órgãos públicos e organizações para garantir acesso a direitos e serviços. Além disso, por terem uma relação mais próxima com o território e seus moradores, essas mulheres conseguem atuar de forma mais afetiva, fortalecendo vínculos e contribuindo para a prevenção e a promoção da saúde.

Sendo assim, ao longo deste texto discutiremos a produção do cuidado realizada por lideranças comunitárias femininas na Vila dos Pescadores. Nosso objetivo é compreender quem são essas mulheres, quais formas de cuidado elas produzem e de que modo o reconhecimento e o diálogo com seus saberes, à luz dos princípios da Educação Permanente em Saúde, podem transformar a prática profissional, fortalecer as políticas públicas e contribuir para a construção de um SUS mais equitativo e conectado às realidades do território.

GÊNERO, RAÇA E CLASSE EM SUA RELAÇÃO COM O CUIDADO PRODUZIDO NA VILA DOS PESCADORES

Como apresentado ao longo deste livro, a Vila dos Pescadores (VP), em Cubatão (SP), é um território marcado pela alta vulnerabilidade social, expressa, por exemplo, em habitações precárias e na constante exposição a impactos ambientais decorrentes do polo industrial. Desde seu surgimento, esse território e sua população convivem com o descaso e a invisibilização por parte do Estado. Suas principais conquistas, como saneamento básico, energia elétrica e asfaltamento de ruas, são frutos da mobilização e da luta coletiva dos próprios moradores ao longo dos anos.

Na busca pela garantia de direitos básicos e por melhores condições de vida, as lideranças comunitárias assumem papel central, atuando na linha de frente e ampliando a voz dos moradores da comunidade. Ao traçar um perfil das lideranças que atuam na VP, observa-se que a maior parte é composta por mulheres negras empobrecidas. Ao longo da pesquisa realizada nesse território, foram reconhecidas como lideranças aquelas mulheres que, pela confiança construída junto aos moradores, pelo envolvimento em mobilizações comunitárias e pela capacidade de articular redes de apoio, passaram a exercer papel de referência e mediação entre a comunidade e o poder público. Assim, para discutirmos a produção do cuidado nesse território, torna-se fundamental situá-la a partir das categorias de gênero, raça e classe.

Historicamente, o trabalho de cuidado foi socialmente atribuído às mulheres, sustentado por uma divisão sexual do trabalho que naturaliza a responsabilidade feminina sobre a vida doméstica, a manutenção da saúde familiar e o suporte emocional. A responsabilidade da mulher pela casa, pela família e pelo bem-estar emocional, frequentemente vista como um encargo, é ressignificada por muitas lideranças como uma força motriz para a ação fora do espaço doméstico. Iara¹⁶, uma das entrevistadas¹⁷, reflete essa perspectiva ao descrever sua postura de resistência diante das adversidades:

Eu tenho uma casa e, como sempre digo, sou o pilar do meu lar. Não gosto de ficar triste; preciso acordar feliz e dormir feliz. Odeio a tristeza e, se ela me atinge, faço de tudo para que não dure mais do que 24 horas (Entrevista Iara).

Essa ressignificação pessoal, porém, não se descola de uma história longa de desigualdades que, não apenas tornou o cuidado algo feminino, mas em um contexto como o Brasil, o associou também à raça. Como analisa Lélia Gonzalez (1988), o cuidado como tarefa feminina não pode ser compreendido fora do marco da herança colonial e escravocrata que estruturou a sociedade brasileira. O mito da “mãe preta” e a subalternização das mulheres negras foram mecanismos ideológicos que sustentaram tanto o racismo quanto o sexism, relegando às mulheres negras o cuidado não apenas de suas famílias, mas também o das famílias brancas.

16 Para garantir o sigilo da participante, seu nome foi alterado.

17 CAAE: 76944323.8.0000.5505

A vivência de Iara, ao se colocar como o “pilar” que não pode se permitir a tristeza prolongada, reflete essa herança. Nela, a capacidade de cuidar é indissociável da necessidade de apresentar uma força inabalável, intensificando a sobrecarga emocional e prática dessas mulheres. Essa herança se atualiza nas periferias urbanas e em territórios vulneráveis como a Vila dos Pescadores, onde a ausência do Estado intensifica a sobrecarga delas. Ao mesmo tempo, é justamente nesse contexto que emergem práticas criativas de solidariedade, resistência e mobilização, que transformam o cuidado em instrumento político de sobrevivência.

O cuidado exercido por essas lideranças não pode ser compreendido apenas como extensão de papéis de gênero tradicionais. Ao contrário, ele revela uma prática que articula afetividade, solidariedade e luta coletiva, transformando o cuidado em ação de resistência frente à marginalização do território e dos sujeitos que ali vivem. Nessa perspectiva, como argumenta Sueli Carneiro (2003), a experiência das mulheres negras explicita um lugar de enunciação atravessado por opressões múltiplas, mas também pela potência de produzir saídas coletivas e emancipadoras.

Na Vila dos Pescadores, o pertencimento racial e de classe amplia a legitimidade das lideranças e fortalece sua capacidade de mobilização, pois partem de vivências compartilhadas de dor, luta e esperança. Isso se articula com a categoria de dororidade, cunhado pela professora e escritora Vilma Piedade (2017) e que se refere exatamente a essa dor vivenciada e compartilhada pelas mulheres negras.

Além de fornecer apoio material e emocional em situações cotidianas, como doenças, violências, insegurança alimentar e ausência de políticas públicas, as lideranças da Vila dos Pescadores ressignificam o cuidado em suas práticas cotidianas. Ao se organizarem coletivamente, ressignificam-no como um direito social e não apenas como um dever naturalizado das mulheres. Essa ressignificação tenciona tanto as estruturas patriarcais que mantêm o cuidado como responsabilidade das mulheres, quanto às omissões estatais, que delegam às comunidades vulneráveis a sustentação da vida.

Como aponta Carla Akotirene (2019), a perspectiva da interseccionalidade permite compreender como as múltiplas opressões se entrelaçam, atuando de maneira simultânea e não hierárquica na vida das pessoas. Assim, por exemplo, a realidade vivida por uma mulher negra em território de vulnerabilidade social não pode ser entendida apenas a partir da categoria “mulher” ou “negra”, mas da sobreposição das duas condições, que se intensificam mutuamente. A interseccionalidade, portanto, vai além de uma soma de marcadores sociais; trata-se de uma lente analítica que revela como os sistemas de opressão se estruturam de maneira conjunta, moldando relações de poder e oportunidades.

Ao articular gênero, raça e classe, o cuidado produzido na Vila dos Pescadores se revela como prática social complexa: ao mesmo tempo que denuncia as desigualdades estruturais que recaem sobre mulheres negras e empobrecidas, aponta para caminhos de transformação social.

CUIDADO ANTES, DURANTE E APÓS A PANDEMIA DE COVID-19

Segundo Silva e Pinheiro (2014), a participação social em contextos de vulnerabilidade se expressa de maneira multifacetada, sendo frequentemente moldada a partir da experiência direta com as desigualdades e na capacidade de organização coletiva frente à ausência ou insuficiência do Estado.

Na Vila dos Pescadores, observou-se que para suprir essa ausência do Estado, a população se organiza em diferentes instituições comunitárias, como o Instituto Socioambiental e Cultural (ISAC), o Exército da Salvação, a Associação de Moradores, entre outras. Em sua maioria, esses projetos são comandados por mulheres, que desde a fundação do bairro ocupam a linha de frente na luta por melhores condições de vida e a garantia de direitos básicos.

As ações desenvolvidas por essas mulheres também possuem um caráter formativo, no sentido de que geram aprendizagens comunitárias e fortalecem a cultura política local. Em contextos em que o Estado falha, elas ensinam, por meio de suas práticas, que é possível criar outras formas de organização e de cuidado. Essas formas de agir e ensinar estão profundamente atravessadas pela afetividade, entendida não como mero sentimento, mas como uma dimensão política do vínculo e da ação coletiva.

Nesse ponto, é importante ressaltar que a afetividade não deve ser confundida com assistencialismo ou caridade: a

afetividade se refere a uma política do cotidiano, que se sustenta em vínculos, mas também em análise crítica, posicionamento ético e estratégias de luta (Sawaia, 2001, 2006).

Durante a Pandemia de covid-19, o trabalho das lideranças comunitárias femininas ganhou ainda mais visibilidade e centralidade. Em um cenário de incertezas, desinformação e ausência de respostas efetivas do Estado, foram essas mulheres que se colocaram como referências locais de cuidado, informação e acolhimento. Elas organizaram campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos, máscaras, produtos de higiene e outros itens essenciais, mitigando os efeitos da crise sanitária e social no território. Esse cuidado cotidiano e de emergência assumiu contornos de sobrevivência, pois garantiu a subsistência mínima de muitas famílias diante do aumento da insegurança alimentar e do desemprego.

Ao mesmo tempo, essas lideranças assumiram um papel pedagógico fundamental. A circulação de informações confiáveis sobre formas de prevenção, vacinação e enfrentamento do vírus não chegava de maneira adequada à população da Vila dos Pescadores. Foram as lideranças femininas que traduziram orientações técnicas em linguagem acessível, multiplicando saberes e reduzindo a propagação de *fake news*. Esse processo não apenas fortaleceu a saúde coletiva, como também ampliou a autonomia das famílias, que puderam compreender melhor os riscos e estratégias de cuidado necessárias no cotidiano.

Outro fato importante a ser notado diz respeito à mediação comunitária. As lideranças femininas articularam-se com órgãos públicos, ONGs, universidades e redes de solidariedade para buscar

recursos, cobrar políticas públicas e assegurar o acesso a serviços de saúde. Atuaram como pontes entre a comunidade e instâncias institucionais, transformando a vulnerabilidade em força coletiva.

Nesse processo, também desenvolveram aprendizagens políticas e sociais, que ultrapassam o período da pandemia e permanecem como legado para a organização comunitária. A persistência, a capacidade de negociação e a força de vontade feminina, essenciais para essa mediação e para o enfrentamento das estruturas de poder, são características que ressoam na própria percepção das lideranças, como ilustrado no 5º encontro do grupo gestor¹⁸:

Porque mulher mete medo mesmo; não sei por que os homens... com todo respeito aos homens que há aqui, mas a mulher, quando ela determina ir à luta, ela realmente vai à luta e tem aquela insistência mesmo. A gente era um grupo no qual a maioria era composta por mulheres; até hoje, a maioria é composta por mulheres... (V encontro grupo gestor).

Essa determinação feminina, que se manifesta na luta por direitos e na articulação com diferentes esferas, é a mesma que sustenta a rede de apoio interna da comunidade. É importante destacar que as práticas de cuidado não se restringiram à dimensão material, mas também incluíram a esfera emocional e relacional.

18 Os encontros do grupo gestor consistiram em reuniões periódicas realizadas ao longo da pesquisa, compostas por moradores, lideranças comunitárias, profissionais de saúde e pesquisadores. Esses encontros tinham como objetivo promover o diálogo, a reflexão coletiva e a construção compartilhada de saberes sobre o cuidado no território, orientando as etapas da pesquisa e fortalecendo a participação social no processo investigativo.

Em meio a perdas, medo e isolamento, as lideranças comunitárias criaram espaços de escuta, apoio e partilha, sustentados por vínculos de solidariedade e pertencimento. Um exemplo disso, diz respeito à violência doméstica; que, assim como em todo o país, teve um aumento durante o período de pandemia. A “insistência” mencionada na citação acima se traduz, nesse contexto, na incansável busca por amparo e proteção para as vítimas, revelando a complexidade do cuidado protagonizado por essas mulheres.

A afetividade, nesse contexto, revelou-se um componente político do cuidado, pois não se tratava apenas de amparar, mas de reconhecer o outro como sujeito de direitos e como parte de um coletivo que resiste às desigualdades.

Na Vila dos Pescadores, após a Pandemia de covid-19, o cuidado continua sendo produzido de forma coletiva, mas agora atravessado pelas marcas deixadas pelo período pandêmico. As lideranças comunitárias femininas, que já exerciam um papel central na mobilização do território, ampliaram sua atuação ao transformar as estratégias criadas durante a crise sanitária em práticas permanentes de solidariedade e organização.

No entanto, é preciso destacar as dificuldades enfrentadas e as limitações encontradas para oferecer esse cuidado, sobretudo pela ausência sistemática do Estado em garantir condições mínimas de vida à população. Além disso, essas lideranças lidam com a escassez de recursos materiais e financeiros, o que faz com que muitas iniciativas de cuidado dependam da solidariedade entre os moradores e de doações externas, frequentemente instáveis.

Dessa forma, compreender a importância da construção do cuidado realizado pelas lideranças comunitárias femininas permite ampliar a categoria de cuidado para além de uma prática técnica ou naturalizada. Trata-se de reconhecer o cuidado como um campo político e social, onde se expressam resistências, afetos e projetos coletivos, construindo potenciais para a transformação social.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E O CUIDADO PRODUZIDO NA VILA DOS PESCADORES

O cuidado produzido pelas lideranças comunitárias femininas na Vila dos Pescadores se configura como uma prática que ultrapassa a dimensão da assistência imediata. Ao reivindicar políticas públicas de saúde, educação, moradia, saneamento e infraestrutura, essas mulheres expandem o entendimento do cuidado para além do âmbito privado, compreendendo-o como responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e famílias. Esse movimento conecta-se com o princípio da integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS), previsto na Constituição Federal de 1988 e detalhado na Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080/1990), que reconhece a saúde como resultado de determinantes sociais, econômicas e culturais.

Nesse contexto, torna-se evidente a articulação entre as práticas dessas lideranças e os pressupostos da Educação Permanente em Saúde (EPS). A constituição do grupo gestor,

composto por lideranças comunitárias, profissionais de saúde e pesquisadores, favoreceu esse movimento, ao criar espaços coletivos de diálogo e análise sobre o cuidado no território. No entanto, é importante destacar que a presença da universidade, embora tenha potencializado a sistematização e o aprofundamento dessas discussões, não é o único elemento que viabiliza a EPS. Mesmo sem a mediação institucional, as práticas das lideranças já expressavam dimensões da Educação Permanente, uma vez que se baseiam na troca de saberes, na problematização de desafios cotidianos e na construção coletiva de estratégias para o enfrentamento das vulnerabilidades locais.

A EPS constitui-se como uma estratégia político-pedagógica que busca transformar o cotidiano do trabalho em saúde por meio da problematização das práticas, do diálogo entre saberes e da construção coletiva do conhecimento. Quando mulheres das comunidades organizam mutirões, oferecem apoio a famílias em situação de vulnerabilidade ou articulam redes de solidariedade, elas estão, de fato, ensinando e aprendendo em um processo contínuo, situado e participativo, que traduz na prática a categoria de Educação Permanente.

O território, entendido não apenas como um espaço geográfico, mas como um campo simbólico, relacional e político, constitui-se em um elemento central para compreender as práticas de cuidado na Vila dos Pescadores. Como aponta Milton Santos (1996), o território é o espaço onde se concretizam as relações sociais, e, nesse sentido, é também um espaço de resistência e produção de vida.

Na Vila, essa territorialidade se manifesta nas redes de solidariedade, nas práticas coletivas e nas estratégias de sobrevivência que transformam o lugar em um ambiente de trocas de saberes e de construção de identidades. Essa vivência territorial não apenas legitima sua atuação, mas também lhes confere uma escuta sensível e situada, permitindo que compreendam com profundidade as necessidades locais e construam estratégias de cuidado mais coerentes com a realidade vivida.

Então, sabemos que é complicado, mas há muitas coisas boas aqui dentro: pessoas batalhadoras, que levantam cedo para lutar pelo melhor para sua vida. Para nós, o pertencimento é isso: abraçar a comunidade da melhor forma, oferecendo o cuidado que está ao nosso alcance (V encontro Grupo Gestor).

A perspectiva de que o pertencimento se traduz em “abraçar a comunidade” e “dar o cuidado da melhor forma que está ao alcance”, revelada nessa fala, sublinha a íntima conexão entre a líder e o coletivo. Nesse sentido, a capacidade de “dar o cuidado da melhor forma que está ao nosso alcance” reflete a sabedoria de atuar dentro das possibilidades locais, valorizando o que é factível e significativo para a comunidade, um pilar fundamental da EPS.

A incorporação do protagonismo comunitário à EPS amplia o horizonte de democratização do campo da saúde. Isso porque desloca a centralidade exclusiva do saber biomédico e reconhece que o cuidado não se limita a procedimentos clínicos,

mas envolve dimensões relacionais, políticas e sociais (Ayres, 2004). O bairro conta apenas com uma Unidade Básica de Saúde, o que compromete e limita o atendimento dos moradores. Ao construir estratégias de cuidado que respondem às necessidades do território, essas lideranças contribuem para a formação crítica de sujeitos, sejam eles profissionais de saúde, moradores ou gestores e fortalecem o princípio da participação social no SUS. Essa participação ativa e diversificada, que transcende a formalidade das instituições para se materializar na vida diária da comunidade, é vivamente descrita por Inara, uma das entrevistadas:

Há os agentes de saúde que visitam as casas, e há muitas lideranças que estão sempre trabalhando com isso. Há muitas pessoas aqui dentro que já trabalham, muitas mesmo. Hoje são menos, mas muita gente aqui dentro já arregaçou as mangas, já foi para a rua. O cuidado é tudo isso (Entrevista Inara)¹⁹.

Reconhecer o cuidado comunitário como uma forma legítima de produção de saúde significa também tensionar estruturas de poder que historicamente inviabilizam os saberes populares, principalmente aqueles produzidos por mulheres, frequentemente associadas ao cuidado no espaço privado. Como aponta Gilligan (1982), a ética do cuidado tem sido desvalorizada em sociedades marcadas pela lógica da racionalidade técnica e masculina. No entanto, no campo da saúde coletiva, essa ética se expressa como prática transformadora, capaz de construir laços de solidariedade e resistência em contextos de desigualdade.

19 Para garantir o sigilo, o nome da participante foi alterado.

A EPS pode funcionar como um espaço de encontro entre saberes técnicos e comunitários. Ao incluir a experiência das lideranças como eixo formativo, cria-se a possibilidade de repensar o cuidado em saúde de maneira mais integral, considerando tanto os determinantes sociais quanto os afetivos e simbólicos que atravessam a vida cotidiana.

Um exemplo disso pôde ser observado durante os encontros do grupo gestor, quando profissionais de saúde e lideranças comunitárias refletiram conjuntamente sobre os desafios relacionados ao acesso aos serviços de saúde e às condições de moradia na comunidade, pensando em estratégias futuras para ampliar o olhar sobre o cuidado, articulando dimensões individuais, coletivas e territoriais. Essa integração exige metodologias participativas, que valorizem o diálogo horizontal e a produção compartilhada de conhecimento, tal como preconizado pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Além disso, a valorização dos saberes produzidos nas periferias contribui para fortalecer o SUS em sua vocação democrática e universal. A prática das mulheres, lideranças comunitárias, mostra que a saúde não se resume ao funcionamento de serviços, mas envolve condições estruturais de vida, como acesso à água potável, alimentação adequada, moradia segura e espaços de convivência.

Ao transformar experiências de exclusão em práticas coletivas de cuidado, as mulheres da comunidade produzem saberes que não podem ser negligenciados pelas políticas públicas. Isso se expressa, por exemplo, nas redes de apoio criadas

entre vizinhas, familiares e lideranças, que acolhem mulheres em situação de vulnerabilidade, orientam sobre acesso a benefícios sociais e constroem estratégias coletivas de enfrentamento da violência e da fome.

Incorporar tais experiências à gestão e ao planejamento em saúde significa ampliar a efetividade das ações e fortalecer a corresponsabilidade entre Estado e sociedade civil. Trata-se de reconhecer que a saúde é produzida em múltiplos espaços, desde as unidades de saúde até as associações de bairro, as ONGs e que todos esses espaços podem ser campos formativos de EPS.

O cuidado comunitário, ao mesmo tempo que garante a sobrevivência em contextos de precariedade, aponta horizontes de resistência e luta por justiça social. Quando a EPS se abre para integrar esse protagonismo das mulheres, não apenas amplia sua potência pedagógica, mas também reafirma a saúde como direito de cidadania, construído coletivamente. Assim, a valorização do cuidado produzido pelas mulheres em territórios vulneráveis representa não só um avanço conceitual, mas também político, rumo a uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reconhecer e dialogar com os saberes construídos pelas lideranças comunitárias, a Educação Permanente pode transformar a prática profissional, ampliar a eficácia das políticas públicas e contribuir para a construção de um SUS mais equitativo

e conectado às realidades territoriais. Dessa forma, sugere-se que processos de Educação Permanente em saúde tenham as lideranças femininas como parceiras estratégicas, articulando e promovendo espaços de diálogo horizontal entre comunidade e serviços.

Além disso, é necessária a criação de mais oportunidades de formação técnica e política para essas lideranças, assim como espaços e momentos de diálogo sobre as várias formas de saúde e cuidado produzidos no território, não se limitando apenas à medicina tradicional. Essa aproximação favorece o reconhecimento de saberes historicamente invisibilizados, sobretudo aqueles produzidos por mulheres negras e empobrecidas, que carregam consigo memórias de luta e resistência, transformando o cuidado em instrumento de afirmação de direitos.

Por fim, é importante destacar que o fortalecimento das lideranças comunitárias e sua integração nos processos de Educação Permanente não deve ser entendido como substituição da responsabilidade do Estado, mas sim como uma estratégia de ação conjunta, tendo enfoque no protagonismo dessas mulheres. O desafio é construir políticas públicas que reconheçam e dialoguem com esses saberes, assegurando condições materiais e institucionais para que as práticas comunitárias de cuidado não sejam apenas respostas emergenciais à ausência estatal, mas parte integrante de um projeto de sociedade mais justa, equânime e solidária.

Em síntese, a produção de cuidado na Vila dos Pescadores, impulsionada pelo protagonismo feminino, revela-se um potente catalisador para a reconfiguração de práticas e políticas. A valorização desses saberes, intrinsecamente conectados aos

princípios da Educação Permanente em Saúde, não apenas qualifica a atuação profissional e a efetividade das políticas públicas, mas pavimenta o caminho para um Sistema Único de Saúde mais justo, inclusivo e responsável às complexidades dos territórios vulneráveis.

SUGESTÕES CULTURAIS PARA INSPIRAR O TEMA – PARA VER, OUVIR E SENTIR O CUIDADO

Como forma de ampliar a reflexão sobre o protagonismo feminino, a Educação Permanente em Saúde e a produção do cuidado nos territórios, seguem algumas sugestões culturais:

Músicas

- *Maria, Maria*, de Milton Nascimento: uma canção sobre a força e a resistência das mulheres brasileiras, especialmente as que enfrentam a dureza da vida com coragem e sensibilidade. A música valoriza o poder da mulher comum, que luta e cuida mesmo diante da dor e da injustiça.
- *Mulheres do Brasil*, de Elza Soares: a canção celebra a diversidade e a potência das mulheres brasileiras, denunciando também as desigualdades e violências

de gênero e raça. Elza Soares dá voz às lutas e à dignidade feminina como forma de resistência.

Filmes/documentários

- *Que horas ela volta?* (Anna Muylaert, 2015): o filme retrata a relação entre patroa e empregada doméstica, expondo desigualdades de classe, gênero e regionalismo. A história convida à reflexão sobre o cuidado, os afetos e as barreiras sociais no cotidiano das mulheres trabalhadoras.
- *As sufragistas* (Sarah Gavron, 2015): baseado em fatos reais, mostra o movimento de mulheres inglesas que lutaram pelo direito ao voto no início do século XX. É uma narrativa sobre resistência, solidariedade e o papel das mulheres na transformação social.
- *Mulheres brasileiras* (TV Brasil, YouTube): série documental que apresenta histórias de mulheres de diferentes regiões do país, evidenciando suas lutas, conquistas e formas de organização social e política. Mostra como o cuidado e a força feminina constroem o Brasil real.
- *Ainda estou aqui* (Walter Salles, 2024): inspirado na história de Eunice Paiva, o filme aborda memória,

ditadura e resistência, enfatizando o protagonismo feminino em contextos de opressão. Reforça o tema da persistência e do cuidado como forma de existência política.

Vídeos e curtas

- *O Cuidado é Revolucionário* (Fiocruz, YouTube): um vídeo que destaca a importância do cuidado como ato político e transformador, sobretudo em contextos de vulnerabilidade. A produção reflete sobre o cuidado coletivo, a solidariedade e as práticas de saúde comunitária.
- *Vida de Maria* (YouTube): curta de animação que narra a trajetória de uma menina nordestina em meio à pobreza e à falta de oportunidades. Denuncia as desigualdades sociais e convida à reflexão sobre infância, gênero e educação.
- *Campanhas do SUS e da Fiocruz sobre Educação Permanente em Saúde* (YouTube): vídeos institucionais que explicam a importância da formação contínua dos trabalhadores da saúde. Mostram como a Educação Permanente fortalece o cuidado integral e valoriza o saber produzido nos territórios.

Livros e textos

- *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada (Carolina Maria de Jesus): diário real de uma mulher negra, pobre e favelada, que narra sua luta diária por sobrevivência. A obra revela o olhar sensível e crítico de Carolina sobre o Brasil das desigualdades e a força do cuidado materno e comunitário.
- *O calibã e a Bruxa*: mulheres, corpo e acumulação produtiva (Silvia Federici): obra teórica que analisa o papel das mulheres na história do capitalismo, mostrando como a opressão de gênero e a exploração do corpo feminino estão ligadas à formação do sistema econômico moderno. Um texto essencial para pensar o cuidado e o trabalho feminino como dimensões políticas e históricas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 73-92, fev. 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento

dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS nº 1.988, de 27 de setembro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 set. 2004. Seção 1, p. 33.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. São Paulo: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

EVARISTO, C. Eu-mulher. In: **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017. p. 53.

FISHER, B.; TRONTO, J. Toward a feminist theory of caring. In: ABEL, E. K.; NELSON, M. K. (Eds.). **Circles of care: work and identity in women's lives**. Albany: SUNY Press, 1990. p. 35-62.

GILLIGAN, C. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. (Org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1988. p. 223-244.

MONTEIRO, P. P. **Liderança comunitária e participação popular: a experiência do Projeto Esperança/Cooesperança**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PIEDADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria da psicologia social. In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 265-285.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria da psicologia social. In: SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 265-285.

SILVA, J. R.; PINHEIRO, R. Participação social e saúde: abordagens e experiências. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4829-4838, dez. 2014.

SILVA, M. L. **Vulnerabilidade social: uma análise crítica**. São Paulo: Cortez, 2018.

TRONTO, J. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. New York: Routledge, 1993.

CAPÍTULO 5

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MOBILIZAÇÃO DA JUVENTUDE: FORMAS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE CRISE SANITÁRIA

Victor Freire
Hailton Yagiu
Mauro Serapioni
Vera Schattan
Aline Abrantes
Sandra Cristina de Costa e Silva

[...]

Num cemitério de sonhos, graças a leis, planos
Trocó de jogo, vendo, roubo, pus a cabeça a prêmio
Ingênuo, colhi sorrisos e falei: Vamos!
É um novo tempo, momento pro novo
Ao sabor do vento, me movo pelo solo onde
reinamos
Pondo pontos finais na dor como doril, anador
Somos a luz do senhor e pode crer, 'tamo
construindo
Suponho não, creio, meto a mão

Em meio à escuridão, pronto, acertamos
Nosso sorriso sereno, hoje é o veneno
Pra quem trouxe tanto ódio pra onde deitamos
Quem costuma vir de onde eu sou
Às vezes não tem motivos pra seguir
Então levanta e anda
Vai, levanta e anda
Vai, levanta e anda.

(“Levanta e Anda”, Emicida part. Rael)

INTRODUÇÃO

O presente capítulo é um produto do projeto de pesquisa “Cuidado na desigualdade social: abordagens interdisciplinares no enfrentamento aos agravos da covid-19 em território vulnerável”. O referido projeto teve como objetivo compreender como as desigualdades sociais foram acentuadas pela pandemia, especialmente em comunidades com poucos recursos para o enfrentamento da crise sanitária.

Diante das complexas dinâmicas de participação social e mobilização juvenil neste território, buscamos compreender como os jovens constroem formas potentes de resistência em meio às dificuldades impostas pelas políticas públicas. Essas dificuldades se manifestam especialmente nas áreas de segurança, educação, inclusão social e saúde, onde muitas vezes prevalecem práticas que limitam o acesso a direitos e restringem as possibilidades de desenvolvimento. Nesse contexto, mesmo

diante de ações repressivas, como a Operação Escudo²⁰, a juventude encontra caminhos de organização e engajamento que revelam sua capacidade de enfrentamento e de criação de alternativas coletivas.

Analisaremos aqui os processos de participação social e a mobilização da juventude na Vila dos Pescadores (VP) em Cubatão (SP), um território marcado pela profunda desigualdade social. Evidencia-se que as dificuldades de participação social e mobilização dos jovens comprometem ações voltadas à formação de novos atores sociais, à continuidade das reivindicações por políticas públicas e à luta contra injustiças históricas. Em um contexto de vulnerabilidade social e de carência de políticas públicas eficazes como acontece na VP em Cubatão, a participação social e a mobilização dos jovens são elementos importantes para a superação dos desafios impostos pela vulnerabilidade.

É nesse contexto que emergem formas de mobilização social que, ancoradas na cultura e na política do território, reconhecem e valorizam seus saberes, práticas e instituições como dispositivos potentes de transformação. A mobilização se constitui como um movimento que articula o conhecimento das regras, normas e dinâmicas locais à criação de redes de solidariedade e coletivos, promovendo emancipação e fortalecimento comunitário (Fernandes, 2017). Já a participação social traduz-se nas relações intersubjetivas dos indivíduos com coletivos, movimentos e organizações civis que, ao se afetarem,

²⁰ A Operação Escudo, realizada na Baixada Santista após a morte de um policial militar, resultou em 28 suspeitos mortos. A ação foi sucedida pela “Operação Verão”, e, juntas, as duas operações contabilizaram quase 80 mortes nas comunidades da região (G1, 2024).

tendem a ampliar sua potência de agir, constroem identidades coletivas e fortalecem a capacidade de reivindicação perante o Estado (Scherer-Warren, 2006; Sawaia, 2001).

Assim, na VP a atuação das instituições sociais e o protagonismo dos jovens tornam-se expressões vivas dessas articulações entre pertencimento, resistência e busca por igualdade social que geram conquistas significativas, mostrando grande capacidade de resistência. As instituições presentes na comunidade, que também são fruto dessas lutas e mobilizações, como o Exército da Salvação (ES), o Instituto Socioambiental e Cultural (ISAC) e o projeto “Sai da Rua e Vem pro Fundão”, criado pelo time de futebol Turma do Fundão, atuam como espaços de resistência, construindo redes de cuidado, pertencimento e mobilização, com o objetivo de acolher e dar protagonismo aos jovens da comunidade.

Desde 1990, o ES oferece apoio socioeducativo a centenas de crianças e jovens, promovendo proteção social, autonomia e cidadania. O ISAC, com foco socioambiental e cultural, foi fundado em 2015 pelo fruto da luta de moradores do território contra a degradação do mangue e engaja a juventude em eventos que valorizam a cultura caiçara, como o Festival Celebrando a Vida no Mangue²¹, além de ações de limpeza ambiental, estimulando a conscientização e apoiando a inserção educacional e profissional. Já o projeto “Sai da Rua e Vem pro Fundão”, ligado ao time de futebol local e à Igreja Católica, mobiliza cerca de 300

21 Festival típico da Vila dos Pescadores, onde a cultura caiçara é prestigiada por meio de shows, desfiles de moda e comidas típicas, ao final é realizada uma procissão marítima para São Pedro e São Paulo.

jovens em atividades esportivas, como muay-thai, boxe e balé, e busca expandir sua atuação para cursos de qualificação por meio do voluntariado e de parcerias.

Segundo as lideranças comunitárias, a mobilização juvenil na VP enfrenta desafios significativos, existe uma preocupação com a falta de engajamento dos jovens e por problemas como racismo, abandono escolar, dificuldade de inserção no mundo do trabalho, saúde mental fragilizada e desmotivação. O risco da entrada na criminalidade ou nas organizações do tráfico de drogas, em virtude da carência de oportunidades reais, é uma alternativa que, apesar de perigosa, é um exemplo de prosperidade dentro da comunidade, em um contexto agravado pela violência policial que inibe a participação comunitária e molda subjetividades.

Diante dessa realidade, os sonhos de uma vida melhor pela juventude parecem ficar mais inalcançáveis, os jovens acabam sendo vistos como sem futuro e marginais. O exercício contínuo das instituições do território não é suficiente para amparar a ausência dos direitos básicos, não suprindo o que o Estado deveria prover. Portanto, o ciclo é contínuo. O tráfico ocupa um lugar central no cotidiano da VP, a ponto de parecer natural que crianças brinquem em becos onde se encontra uma grande quantidade de pinos de cocaína ou que jovens circulem pelas ruas com armas, fiscalizando as movimentações do território.

Além disso, a realidade da VP é profundamente marcada pela criminalização da juventude negra, que se manifesta brutalmente por meio de políticas de segurança pública repressivas. A Operação Escudo, por exemplo, mostra como

as ações do Estado em operações policiais, sob o pretexto de combate ao crime, resultam na intensificação da violência e pouca efetividade. Nessas operações, a juventude negra, em especial, é alvo de abordagens violentas e prisões arbitrárias. A presença e a opressão policial moldam o cotidiano da comunidade, gerando um clima de medo e desconfiança.

Esta violência não só tira vidas, mas perpetua um ciclo de injustiça e invisibilidade social, caracterizando um contexto regido pela necropolítica²², conceito que se refere ao poder do estado de decidir quem pode viver e quem deve morrer, sendo a criminalização seletiva da juventude negra um dos pilares dessa dinâmica (Mbembe, 2018). Nesse contexto, a necropolítica não se manifesta apenas pela violência física, os jovens negros também passam pela desumanização e repressão das formas de expressão.

A cultura periférica sofre com a rotulação e os estigmas, onde comportamentos, formas de vestir e falar são associadas como desvios de conduta por um Estado racista, que opprime uma série de manifestações da juventude negra como os movimentos do funk e hip-hop²³ (Anunciação, 2020). É nesse ambiente de opressão estrutural que os jovens constroem suas estratégias de resistência, buscando reafirmar suas existências, em busca de futuros possíveis.

22 Achille Mbembe (2017) define a necropolítica como o uso do poder político para decidir quais vida tem valor e quais devem e podem ser descartada, o autor argumenta que essa produção sistemática da morte é característica do colonialismo e afeta principalmente as pessoas mais pobres e negras que são deixadas à própria sorte.

23 Movimentos culturais que surgiram nas periferias brasileiras nos anos 1980 e 1990 com inspiração na juventude norte-americana, retratando o cotidiano do jovem periférico, o funk para além de um estilo musical passou a ser uma expressão de vestimenta, modo de vida e lazer, já o movimento hip-hop é uma manifestação cultural que reúne quatro elementos principais: rap (rima e música), DJ (batidas e mixagens), breakdance (dança) e grafite (arte visual urbana). Mais do que expressão artística, é também um movimento social e político.

A fim de compreender como a realidade histórica e social molda a vida, a saúde e a resistência dos jovens periféricos, este capítulo se fundamenta na Psicologia Sócio-Histórica e na Saúde Coletiva. A Psicologia Sócio-Histórica concebe o ser humano como um sujeito ativo, que se constitui e se transforma nas relações sociais e históricas (Sawaia, 1999; Vigotski, 1996).

Já a Saúde Coletiva, ao adotar uma concepção ampliada de saúde, entende-a como um processo que ultrapassa a ausência de doença, envolvendo condições de vida, vínculos afetivos e participação social. Nessa perspectiva, o cuidado em saúde é compreendido como prática relacional, orientada pela promoção da autonomia e da capacidade das pessoas e coletividades de cuidarem de si mesmas (Ayres, 2004).

Assim, a análise da participação social e da mobilização juvenil na Vila dos Pescadores não se restringe à descrição de ações, mas busca desvelar as dinâmicas afetivas, políticas e culturais que estruturam a subjetividade desses jovens, revelando como constroem significados, produzem pertencimento e desenvolvem estratégias de resistência diante das adversidades. Dessa forma, este capítulo tem como objetivo analisar a dinâmica sócio-histórica da participação e mobilização dos jovens que vivem em territórios marcados pela vulnerabilidade social, investigando como se organizam coletivamente para criar e sustentar práticas de resistência, cuidado e transformação social diante dos desafios impostos por esse contexto.

JUVENTUDE NA VILA DOS PESCADORES: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

A juventude, especialmente na Vila dos Pescadores, enfrenta uma realidade marcada por desafios profundos que vão desde a violência e o tráfico de drogas até a evasão escolar e a ausência de oportunidades. Os dilemas enfrentados nesse território aceleram a transição de uma fase que deveria ser de formação: jovens são adultizados precocemente, colocados em constante confronto com circunstâncias adversas e pressionados a lidar, desde cedo, com temas como trabalho, sexualidade, violência e uso de drogas (Novaes, 2007).

Figura 8. Área de incêndio no bairro, hoje ocupada como espaço de lazer pela juventude.



Fonte: Arquivo LEDS

Crescer brincando na Vila dos Pescadores exige criatividade e perspicácia para transformar a precariedade em formas de resistência e lazer. Os jovens se desenvolvem em meio à falta de espaços recreativos, becos estreitos, esgoto a céu aberto e à constante ameaça da violência policial e do tráfico, que tornam o território uma zona de perigo permanente. Com poucos espaços de convivência e pais que precisam trabalhar sem apoio de políticas de cuidado para os filhos, muitas crianças acabam inseridas nos projetos sociais do bairro ou permanecem “soltas”, expostas às vulnerabilidades do contexto.

As lideranças comunitárias relatam com frequência a preocupação com a adultização e a falta de cuidado com a juventude, gerando uma iniciação sexual precoce, que ocorre muitas vezes sem orientação ou uso de preservativos, ampliando a vulnerabilidade frente às Infecções Sexualmente Transmissíveis. Além disso, os jovens expostos ao uso de drogas e a vida noturna local, embora parte da cultura e do lazer, reforçam padrões de risco e a adultização da juventude.

Entretanto, a realidade em relação ao envolvimento com o tráfico de drogas e à exposição à violência revela um ciclo de vulnerabilidade difícil de quebrar. A falta de oportunidades educativas, somada à possibilidade de ganho financeiro e ao status que o tráfico oferece, faz com que muitos jovens vejam na criminalidade a única alternativa viável. Esse cenário se agrava pela ausência de políticas públicas consistentes voltadas para a juventude, escancarando uma negligência histórica do Estado em garantir educação, cultura, profissionalização e segurança.

Dentro desse contexto, o impacto social e comunitário exercido por instituições, se torna central para o desenvolvimento pessoal e coletivo dos jovens. As atividades oferecidas revelam como a criação de redes de apoio comunitário e a promoção de espaços de convivência e formação são essenciais para enfrentar os efeitos da vulnerabilidade social. Iniciativas como, por exemplo, o programa FloreSer, promovido pelo ES, voltado ao apoio de adolescentes grávidas, fornece suporte emocional e educacional, oferecendo ferramentas para que consigam enfrentar ciclos de vulnerabilidade e promovendo inclusão social capaz de impactar positivamente toda a comunidade. O apoio direcionado a este grupo nos momentos críticos da vida é uma resposta necessária às complexas dinâmicas sociais que afetam seu futuro, oferecendo oportunidade para que eles possam se desenvolver em um ambiente mais acolhedor.

A mobilização comunitária demonstra, assim, uma capacidade significativa de adaptação e de luta por melhorias, ainda que muitas vezes limitada pela falta de recursos. Projetos recreativos, esportivos e educacionais funcionam como alternativas ao crime, criando ambientes de pertencimento e cuidado. Como aponta um educador da Turma do Fundão:

Cara, eu acho que o que mais impera aqui dentro da comunidade, em qualquer comunidade, não só a nossa, é a desigualdade social, a falta de oportunidade, né? O esporte, a gente usa aqui como um catalisador para trazer a criança para dentro. Estar com pessoas que fomentam na cabeça deles a ideia de como é importante a educação e aqui dentro do projeto a gente quer fazer

mais, né? Dar mais oportunidade principalmente para eles (Entrevista Kauan).

A fala evidencia como as desigualdades sociais se traduzem em experiências concretas de exclusão, mas também como nelas emergem respostas coletivas. O esporte e atividades lúdicas aparecem como estratégia de enfrentamento simbólico da violência e da falta de perspectivas, funcionando como ponte para a educação e para a construção de novos projetos de vida, mas, ao mesmo tempo, uma forma de tirá-los da criminalidade (Anhas; Castro-Silva, 2017).

Outro ponto recorrente é a evasão escolar, muitas vezes resultado das deficiências estruturais do sistema educacional e da ausência de políticas públicas básicas. Na Vila dos Pescadores, os jovens do ensino fundamental e médio precisam se deslocar até o bairro vizinho, atravessando uma linha de trem e uma rodovia para chegar à escola que lhes é destinada, a qual ainda carrega o estigma de ser considerada a “escola problema”. Essa realidade evidencia o caráter excluente e desigual do sistema de ensino, que, como analisa Jessé de Souza (2022), é apresentado como um espaço neutro meritocrático, mas, na prática, reproduz as desigualdades de origem e transforma privilégios de classe em supostas capacidades individuais.

Assim, a violência simbólica e estrutural vivenciada por essas crianças e adolescentes se expressa no próprio percurso de acesso à escola e na forma como são percebidos e tratados dentro dela. Reformar o sistema de ensino, tornando-o mais

acessível e conectado às realidades juvenis, é uma necessidade urgente. Somente com uma educação efetivamente democrática e emancipadora será possível promover autonomia e abrir caminhos para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

[...]. *Isso inclui jovens, né? [...] mas no geral, os jovens mais pobres, [...], acabam tendo que trabalhar para ajudar a família. [...] Em relação à educação, a gente não tem escolas de ensino fundamental e médio. Os jovens precisam ir pro bairro do Jardim Casqueiro para ter acesso a isso. E é importante estar próximo de casa, né?* (Entrevista Aruanã).

A pressão constante de ter que trabalhar desde cedo para ajudar a família também é um tema recorrente na realidade da juventude da periferia, que põe em xeque as perspectivas de futuro em favor de um imediatismo produzido pela desigualdade social. Esse cenário provoca elevada evasão escolar e abandono de projetos sociais, revelando a falha do Estado no desenvolvimento e na proteção desses jovens (Barbosa; Giffin, 2007; Anhas; Castro-Silva, 2017).

Nesse processo, o desenvolvimento de formas de participação juvenil, como ressaltam lideranças de instituições locais, como do ISAC e da Turma do Fundão, é fundamental. A formação de novas lideranças jovens garante não apenas a continuidade das mudanças sociais exercidas por essas instituições como a preservação ambiental do mangue, mas também promove pertencimento, responsabilidade e habilidades de cooperação entre os jovens, fortalecendo a coesão social e preparando-os

para papéis de protagonismo. A ausência do Estado, contudo, segue sendo um fator limitante. Como aponta outro relato:

Bom, espero que tenha melhorias, que tenha mais projetos pra todos eles e assim, não esperar só pelo terceiro setor, né? Pra implantar projetos para os jovens. É... por exemplo, os jovens aqui, eles não têm acesso a um curso profissionalizante, né? E eu acho que poxa, um bairro que tem 17 mil pessoas já era pra ter implantado alguma coisa que pudesse ajudar, ainda mais que a gente mora numa área industrial, então, poderia ter alguns cursos preparatórios pros jovens, né... tá entrando nessa área industrial e a gente não tem (Entrevista Jaci).

Esse relato reforça como a falta de políticas estruturadas leva à transferência de responsabilidades para ONGs e projetos comunitários, que assumem papéis importantes, mas não conseguem suprir sozinhos as demandas locais. O desmonte e terceirização das políticas sociais fragilizam o sistema de proteção, perpetuando a desigualdade e limitando respostas às vulnerabilidades (Anhas; Castro-Silva, 2016).

As ações e iniciativas criadas e mantidas pelas instituições não governamentais do território são extremamente legítimas e necessárias frente a falta de opções de lazer e convivências para os jovens, mas demonstram também essa fragilidade das políticas públicas citadas acima. Segundo Gohn (2004), muitas das ações desenvolvidas por organizações não governamentais são predominantemente pontuais e derivam de pautas terceirizadas pelo próprio Estado.

Nessa lógica, o poder público transfere responsabilidades sociais às ONGs e estabelece parcerias com o capital privado, transformando-se em um agente regulador e promotor desse modelo de prestação de serviços. Esse formato de gestão, baseado em metas, resultados e prazos rígidos, acaba por limitar o alcance e o compromisso social das iniciativas, estrangulando projetos que poderiam ser mais efetivos, duradouros e alinhados às reais demandas da juventude e da comunidade local.

O cenário da juventude na Vila dos Pescadores, portanto, revela uma dupla realidade: de um lado, a falha do Estado em atuar de forma consistente; de outro, a potência de ação e resiliência de instituições e da mobilização comunitária que, mesmo diante de recursos escassos, constroem alternativas de cuidado, inclusão e resistência. Essa tensão evidencia tanto a urgência de políticas estruturantes de proteção social quanto a relevância das práticas locais que, com criatividade e engajamento, se tornam fundamentais para garantir o desenvolvimento dos jovens.

JUVENTUDE NA PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA

A crise sanitária de covid-19 intensificou fragilidades já presentes nas periferias e trouxe novos desafios, colocando à prova a capacidade de enfrentamento das populações em situação de vulnerabilidade. Esse cenário se torna ainda mais crítico ao considerar o recorte de raça e gênero entre os jovens, grupo que já vivencia acentuadamente os efeitos das desigualdades sociais.

Figura 9. Grafite: “A cabeça cheia de nada, não entende a revolta da panela vazia de tudo”.



Fonte: Arquivo LEDS.

As formas de coletividade e solidariedade mostraram-se essenciais durante a pandemia, período em que o isolamento social e as mudanças abruptas no modo de vida tiveram forte impacto na saúde mental da população. As redes de cuidado, a perseverança e o apoio mútuo emergiram como forças vitais, ajudando a preservar vidas em meio à negligência e à necropolítica do Estado naquele contexto (Camilo *et al.*, 2021).

*O que aconteceu é que a molecada ficou sem estudar, né?
Tipo, grande parte da molecada ficou sem estudar. E aí entra os educadores, né, como eu, para poder estar ali enfrentando, porque assim uma região vulnerável igual*

aqui, se a molecada não tiver... Um caminho, alguma coisa para pensar, Ah, ela vai se perder e a gente está falando, a gente não precisa falar de anos, a gente está a falar de semanas, dias para galera se perder é muito rápido, sabe? (Entrevista Tupã).

A fala do educador demonstra novamente a preocupação com a juventude do bairro se perdendo para o tráfico organizado e valoriza a ação dos educadores e lideranças no bairro, Tupã é morador do bairro e cresceu em meio a essa realidade da ascensão e organização do crime organizado no território. Hoje em dia, Tupã é uma das lideranças já consolidadas no bairro, professor de um grupo de hip-hop, ele valoriza a criatividade e a persistência do trabalho dos educadores durante a pandemia para continuar oferecendo atividades para que os jovens do bairro não parassem.

A falta de acesso à educação também se destacou durante a pandemia, quando as aulas foram suspensas e, posteriormente, retomadas de forma *on-line*. No entanto, muitos jovens não conseguiram acompanhar as atividades devido à ausência de celulares adequados e à precariedade do sinal de internet. Essa exclusão digital os tornou ainda mais vulneráveis aos impactos do isolamento sobre a saúde mental, levando-os a buscar distrações e formas de lazer nas ruas do bairro.

Então o que aconteceu foi isso, foi que eu tive minhas medidas e o que que eu faço para conseguir entreter essa molecada? Então, por exemplo, a gente fez esses treinos online através de grupo, só que ao mesmo tempo, por exemplo, todas as batalhas de rima. Da baixada

santista se conectaram por internet. Então a gente fazia encontros de batalhas, de rima, de videochamada. Tudo isso para poder entreter esse pessoal. Porque a gente sabe o pico de pessoas depressivas que teve na pandemia, porque as pessoas ficaram isoladas. Então tinha essa força tarefa para fazer isso acontecer, velho. E aí? (Entrevista Tupã).

O relato da força-tarefa durante a pandemia mostra como o meio virtual foi utilizado de maneira criativa para manter as batalhas de rima, que promoveram a convivência e cuidado de si e do outro em um contexto atípico. O movimento hip-hop, cuja essência está na socialização, estimulando a consciência crítica sobre a dura realidade brasileira por meio de suas rimas, danças e grafite, encontrou no ambiente *on-line* uma válvula de escape para muitos jovens que, durante a Pandemia de covid-19, viveram o isolamento, o aumento dos casos de sofrimento mental e situações de violência doméstica (Camilo *et al.*, 2021; Corrochano; Laczynski, 2021).

Quando começou a voltar e aí a molecada começou a ir pra escola. Eu comecei a ver, eu comecei a ouvir que eles estavam se encontrando no Recreio, pra rimar, pra treinar, né? Então isso começou, pô, isso refletiu lá da pandemia, né? Então deu certo o que eu estava fazendo, porque até então eu estava investindo. Eu estava falando meu, será que a galera, a galera tá falando? Mas será que elas estão curtindo? Estão indo, tipo, porque elas estão gostando, porque de fato não tem outra opção, não tem o que fazer, sabe? Mas pra mim eu tenho, tenho isso pra mim que deu certo (Entrevista Tupã).

O relato da entrevista evidencia como a mobilização da juventude, mesmo em contexto de isolamento social durante a pandemia, se mostrou essencial para mitigar os efeitos da crise sanitária sobre os jovens. Ao utilizar o meio virtual para manter as batalhas de rima, o movimento hip-hop funcionou como um espaço de socialização, cuidado mútuo e expressão crítica, permitindo que os jovens permanecessem engajados, protegendo sua saúde mental e fortalecendo vínculos comunitários.

Durante a pandemia, a internet assumiu um papel central na vida dos jovens, não apenas como espaço de lazer, mas como território simbólico de encontro, pertencimento e mobilização social. Diante do isolamento físico e da suspensão das atividades presenciais, a internet tornou-se um canal de continuidade das práticas culturais, da construção coletiva e da expressão política. Plataformas digitais, redes sociais e aplicativos de comunicação funcionaram como espaços alternativos de convivência, onde grupos puderam criar estratégias de resistência frente às restrições impostas pela crise sanitária.

A retomada das atividades presenciais e o entusiasmo relatado pelo educador demonstram que iniciativas de mobilização cultural não apenas oferecem alternativas saudáveis ao isolamento e à vulnerabilidade, mas também desempenham um papel fundamental na reconstrução das redes sociais pós-pandemia. Esse caso reforça a importância de reconhecer e apoiar espaços de protagonismo juvenil como instrumentos estratégicos para superar crises e suas mazelas, promovendo inclusão, criatividade e resistência coletiva.

PRÁTICAS COM JOVENS E FORMAS DE RESISTÊNCIA

A vida dos jovens em contextos vulneráveis é marcada por desafios, mas também pela potência de ação manifestada em diversas práticas de resistência, sendo a mobilização e participação social elementos cruciais para a transformação social tanto do território quanto da própria juventude. A participação em ONGs, grupos de hip-hop, esportes e oficinas de reflexão-ação não só emerge como uma resposta às ausências estatais e às pressões socioeconômicas, mas principalmente como um caminho para a formação integral e o autoconhecimento (Anhas; Castro-Silva, 2017).

Eu gostaria que fossem criados espaços de cultura e lazer, eu chamo de casa da Juventude, onde eles pudessem expressar as suas inquietações, as suas formas de expressão, de vivência, né? Mas que também eles estivessem ali e fosse um centro de oportunidade, onde pudesse passar por capacitação. Cursos e iniciativas que permitissem que eles enxergassem outras possibilidades para além do senso comum ou para além do dia a dia, né? Eu tenho uma percepção de que muito sobre a situação de vulnerabilidade é que não conseguem enxergar outras possibilidades de mobilidade social, de ascensão, porque elas estão muito focadas no básico, que é o é levar o pão de cada dia pra sua casa. [...] (Entrevista Aruanã).

A narrativa expressa uma compreensão de que o potencial dos jovens vai muito além da simples oferta de atividades e, ao

mesmo tempo, destaca que as vulnerabilidades sociais limitam a visão de futuro, ao prendê-los a um ciclo de sobrevivência focado no “pão de cada dia”. A juventude necessita de espaços que integrem cultura, lazer e principalmente oportunidade, reconhecendo que os jovens têm inquietações e formas de expressão próprias e que necessitam de um ambiente acolhedor e seguro para poderem se manifestar, fortalecendo identidade e autoestima.

Portanto, a potencialidade não está apenas em proporcionar o acesso ao aprendizado de uma nova habilidade, mas em expandir horizontes e ambições, possibilitando que eles se tornem agentes de sua própria transformação e possam superar as barreiras impostas pela realidade em que vivem.

Figura 10. Grafite na entrada de um dos becos da VP.



Fonte: Arquivo LEDS.

A preocupação das lideranças e instituições da VP com o mercado de trabalho e capacitação para os jovens são visões legítimas, em um pensamento visando à transformação do território, mas vale também destacar a importância da valorização da cultura e de movimentos de base, como o funk e o hip-hop que são fortes mobilizadores e muitas vezes são descredibilizados, como movimentos marginais dentro e fora do bairro.

Na época eu tinha 16 anos e eu sempre tive envolvimento com música, com cultura, tudo referente principalmente a cultura urbana, né? Hip hop, só que, não tinha aqui na Vila. [...] E aí eu tive essa vontade de expandir isso, né, pra Vila aqui, porque eu não via outra molecada da minha idade que fazia rap, ou fazia poesia ou fazia beatbox. E daí eu, que tinha um amigo meu, nego Cláudio. Ele tinha um projeto de dança e era o mais próximo que eu tinha do hip hop pra poder me aproximar. E aí eu fui lá e trouxe uma proposta para ele de fazer uma parceria para tentar implementar, a parte lírica do hip hop para os jovens e saber se eles se interessavam. [...] Então ele já com 30 anos, dando as aulas dele e eu cheguei lá, um adolescente na idade dos alunos dele, ele abriu essa porta para mim e aí eu tudo se iniciou ali (Entrevista Tupã).

Segundo o entrevistado, a juventude é uma força latente, que quando canalizada, tem a capacidade de transformar não apenas vidas individuais, mas alcançar a comunidade. Portanto, os jovens podem ser agentes de mudança, mas para isso necessitam de um terreno fértil, este construído na base do acolhimento, apoio, oportunidade e inspiração. O exemplo

do entrevistado revela que o potencial jovem muitas vezes se manifesta primeiramente como uma faísca de inconformismo, de um desejo de mudança da realidade.

Existe uma Batalha aqui na Vila chamado Batalha da Frentona, uma Batalha que inclusive acontecia ali na frente da Quadra ali. E essa Batalha ela teve um fim, porque era uma Batalha que eu fazia com a minha própria caixa de som. Então a minha caixa quebrou e por falta de material, [...] Agora eu comprei uma caixa, só que não tenho tempo, então eu tô vendo com os meninos que também já cresceram, hoje em dia trabalham também. E aí eu tô vendo um jeito de poder fazer uma Batalha, nem que seja quinzenal, pra voltar e para incentivar essa molecada, porque eles treinam para participar de campeonatos fora, mas poxa, poderia ter aqui dentro. Sabe, justamente para engajar aqui e fazer as pessoas de fora (Entrevista Tupã).

A trajetória do entrevistado revela a resiliência inerente à potencialidade, frente a um obstáculo. O desejo de reativar um evento reflete um senso de responsabilidade com as novas gerações e com a comunidade. É por meio deste tipo de interação e valorização da cultura local, como a Batalha da Frentona, que os jovens podem desenvolver uma consciência crítica. As iniciativas descritas não são apenas em prol de eventos culturais, são catalisadores de autonomia e solidariedade, capacitando os jovens a serem protagonistas na construção de outro mundo possível.

Dessa forma, as narrativas expressam que em meio à vulnerabilidade social, podem emergir potenciais juvenis

notáveis, impulsionados pela necessidade de expressão e pela luta por uma vida digna. Os testemunhos dos entrevistados articulam a necessidade da criação de espaços que ultrapassem o simples lazer, funcionando como espaços de oportunidades que possam antes de mais nada ampliar os horizontes para além da luta pela sobrevivência. Esta perspectiva ganha vida no relato de Tupã, que sentindo a ausência de uma cena de hip-hop na comunidade, vai em busca de parcerias para implementar esta cultura.

Por meio dessas interações e da valorização de seus saberes e experiências, os jovens constroem e ressignificam suas identidades, desenvolvem uma consciência crítica sobre sua realidade e cultivam um forte sentimento de pertencimento à sua comunidade e a redes de apoio mútuo, capacitando-os a serem sujeitos ativos na luta por dignidade e justiça social (Anhas, 2017; Barbosa; Giffin, 2007). Essas práticas coletivas se tornam, assim, catalisadores de autonomia e solidariedade, abrindo horizontes para a construção de um “outro mundo possível”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, investir na construção e no fortalecimento de potências da juventude do bairro não apenas amplia a representatividade social, mas também potencializa estratégias de resistência e transformação, promovendo a garantia de direitos e estimulando a participação ativa em prol da justiça social, reconhecendo as iniciativas e integrando-as ao rol da Educação

Permanente em Saúde conforme preconizado pelas diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde.

Este capítulo mostrou que, longe de serem sujeitos passivos diante da adversidade, os jovens conseguem criar estratégias de resistência e de vida. A ausência de políticas sociais eficazes e a presença de uma necropolítica de Estado que criminaliza e desumaniza a juventude negra, predominante no território, criam um cenário de sobrevivência. No entanto, ao invés da paralisia, o que vemos são formas potentes de mobilização que funcionam como redes de cuidado e pertencimento.

Assim, reconhecer as múltiplas formas de expressão da juventude, seus modos de agir, criar e reivindicar direitos é fundamental para promover transformações nas práticas de saúde e nas políticas públicas em territórios marcados pela vulnerabilidade social. A promoção da saúde e o cuidado no bairro ultrapassam o âmbito clínico-assistencial, envolvendo também a mobilização comunitária em torno da luta por melhores condições de vida. Desse modo, o cuidado em saúde se revela, como um ato político e de transformação social.

A análise, fundamentada na Psicologia Sócio-Histórica e na Saúde Coletiva, revela que a subjetividade é moldada na relação com o meio, e o que pudemos observar nas narrativas é uma juventude que, mesmo oprimida e racializada, luta para ser protagonista de sua história. A grande lição é que enquanto o Estado falha em prover direitos básicos, a comunidade responde com organização e cuidado e que o potencial dos jovens reside não apenas na capacidade de superação, mas na habilidade de

criar e sustentar laços de solidariedade e de se engajar em práticas coletivas que dão significado às suas existências.

SUGESTÕES CULTURAIS PARA INSPIRAR O TEMA

Reconhecemos o poder das artes para ilustrar realidades e provocar novos olhares, assim apresentamos a seguir uma seleção de obras que dialogam com os temas centrais deste capítulo, como um estímulo à compreensão dos desafios e das potencialidades.

Músicas

- *Não é Sério*, de Charlie Brown Jr. e Negra Li: retrata a desvalorização das ideias e das vozes da juventude periférica, denunciando a falta de oportunidades e o descaso social, mas também afirmindo a resistência e o desejo de transformação.
- *Levanta e Anda*, de Emicida e Rael: uma canção motivacional que fala sobre persistência e superação das dificuldades. Emicida e Rael exaltam a força interior e a importância de continuar lutando mesmo diante dos obstáculos da vida.

- *Rap é Compromisso*, de Sabotage e Negra Li: um manifesto sobre a responsabilidade social e ética do rap. Sabotage e Negra Li mostram o rap como voz das periferias e instrumento de denúncia, consciência e resistência cultural.

Filmes

- *Cidade de Deus* – Direção de Fernando Meirelles: baseado em fatos reais, o filme mostra o crescimento do crime organizado na favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, expondo as desigualdades, a violência e a luta pela sobrevivência nas periferias urbanas.
- *Pixote: A Lei do Mais Fraco* – Direção de Hector Babenco: retrata a vida de crianças e jovens abandonados e marginalizados nas ruas de São Paulo, abordando a exclusão social e a ausência do Estado na proteção da juventude.
- *Última Parada 174* – Direção de Bruno Barreto: inspirado em uma história real, o filme narra a trajetória de Sandro do Nascimento, sobrevivente da chacina da Candelária, mostrando como a violência e a falta de políticas sociais moldaram sua vida até o trágico sequestro do ônibus 174.

Livros

- *Capitães da Areia*, de Jorge Amado: clássico da literatura brasileira que acompanha um grupo de meninos de rua em Salvador. A obra denuncia a desigualdade social e exalta a solidariedade e a afetividade entre os jovens marginalizados.
- *A Drogaria da Obediência*, de Pedro Bandeira: romance juvenil que mistura aventura e crítica social, mostrando um grupo de estudantes enfrentando uma organização que tenta controlar o comportamento dos jovens, simbolizando a repressão à liberdade e à autonomia.
- *Capão Pecado*, de Ferréz: retrato realista da vida na periferia de São Paulo, o livro expõe a violência, os sonhos e os dilemas da juventude pobre, valorizando a voz e a identidade da comunidade por meio da literatura marginal.

REFERÊNCIAS

ANHAS, D. de M.; CASTRO-SILVA, C. R. de. Sentidos atribuídos por adolescentes e jovens à saúde: desafios da Saúde da Família em uma comunidade vulnerável de Cubatão, São Paulo, Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 484-495, 2016.

ANHAS, D. de M.; CASTRO-SILVA, C. R. de. Potência de ação da juventude em uma comunidade periférica: enfrentamentos e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, p. 2927-2936, 2017.

ANUNCIAÇÃO, D.; TRAD, L. A. B.; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, v. 29, e190271, 2020.

AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 8, n. 14, p. 73-92, 2004.

BARBOSA, R. S.; GIFFIN, K. Gênero, saúde reprodutiva e vida cotidiana em uma experiência de pesquisa-ação com jovens da Maré, Rio de Janeiro. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 23, p. 549-567, 2007.

CAMILO, C. et al. Cuidado em território de exclusão social: Covid-19 expõe marcas coloniais. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, e210023, 2021.

CODO, W.; LANE, S. **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORROCHANO, M. C.; LACZYNSKI, P. Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise. **Linhas Críticas**, v. 27, 2021.

FERNANDES, V. R. et al. O lugar da vigilância no SUS: entre os saberes e as práticas de mobilização social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3173-3181, 2017.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, p. 20-31, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOVAES, R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Sociologia Especial: Ciência e Vida**, v. 1, n. 2, p. 6-15, 2007.

OPERAÇÃO ESCUDO: um ano de violência, confrontos e de alto índice de mortes que “era esperado”, diz Defensoria. **G1 – Santos-Região**, 28 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/07/28/operacao-escudo-um-ano-de-violencia-confrontos-e-de-alto-indice-de-mortes-que-era-esperado-diz-defensoria.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2025.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. (Org.).

Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 115-134.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SOUZA, J. **A ralé brasileira:** quem é e como vive. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia.** Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LISTA DE PARECERISTAS

Agradecemos a inestimável e voluntária contribuição de cada um dos pareceristas abaixo citados, cuja minúcia, rigor e dedicação foram essenciais para a manutenção da qualidade dos capítulos e a integridade do processo de revisão por pares, sendo um trabalho fundamental para a pesquisa e para o fortalecimento da comunidade acadêmica.

Alexandro da Silva - Professor da Universidade Paulista, campus São José dos Campos/SP - Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo.

Beatriz Borges Brambilla - Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS). Doutora em Psicologia Social (PUC/SP), Pós-Doutorado em Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM/UFBA).

Carla Cilene Baptista da Silva - Professora Associada do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade (UNIFESP). Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento

Humano pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Aveiro - Portugal.

Danilo de Miranda Anhas - Professor de ensino superior na Universidade Santa Cecília (UNISANTA). Doutor em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo.

Douglas Francisco Kovaleski - Professor Associado no Departamento de Saúde Pública da UFSC. Doutor em Saúde Coletiva (UFSC), Pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Edna Maria Severino Peters Kahlale - Professora associada e coordenadora do LESSEX (Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade), Núcleo de Estudos Avançados em Psicossomática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia Experimenta pela Universidade de São Paulo.

Elaine Cristina Novatzki Forte - Professora Adjunta no Departamento de Enfermagem da UFSC. Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSC/Doutorado Sanduíche na Escola Superior de Enfermagem do Porto - Portugal.

Ilze Zirbel - Professora do Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC; Doutora e Pós Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mariana Cabral Schweitzer - Professora Adjunta do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP - Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo/EEUSP/ Universidade Católica Portuguesa e Pós-doutorado pelo Departamento de Orientação Profissional da EEUSP.

Sandra Mara Cavasini - Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atua em consultório particular como Psicóloga Clínica.

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenador

Prof. Dr. Carlos Roberto de Castro e Silva - Instituto de Saúde e Sociedade/ISS/UNIFESP

Equipe de trabalho

Debora Nimtzovitch Cualhete - Doutoranda - Instituto de Saúde e Sociedade/ISS/UNIFESP;

Hailton Yagiú - Doutorando - Instituto de Saúde e Sociedade/ISS/UNIFESP;

Josilene Brandão de Souza - Mestranda - Instituto de Saúde e Sociedade/ISS/UNIFESP

Laura Leal Nosella - Bolsista TT-3

Lucelia Terezinha Avelino - Mestranda - Instituto de Saúde e Sociedade/ISS/UNIFESP

Thaís Cavalcante Braga - Graduanda - Faculdade de Ciências da Saúde/UNISANTA

Victor Ferreira Freire - Mestrando - Instituto de Saúde e Sociedade/ISS/UNIFESP

Pesquisadores Associados

Claudia Camilo de Oliveira - Pesquisadora Associada/Bolsista - Instituto de Saúde e Sociedade/ISS/UNIFESP;

Denise Martin Coviello - Pesquisadora Associada - Escola Paulista de Medicina/EPM/UNIFESP;

Luciane Pinho de Almeida - Pesquisadora Associado - Centro de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão/PPGE/UCDB;

Maria Inês Badaró Moreira - Pesquisadora Associada - Instituto de Saúde e Sociedade/ISS/UNIFESP;

Mabel Cavalcanti - Pesquisadora Associada - Fundação Cuidar o Futuro - Portugal. Doutoranda - ULUSÓFONA.

Mauro Serapioni - Pesquisador Associado - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/CESUC;

Nadia Vitorino Vieira - Pesquisadora Associada - Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde/CEHFI/UNIFESP;

Sueli Terezinha Ferrero Martin - Pesquisadora Associada - Faculdade de Medicina de Botucatu/FMB/UNESP;

Vera Schattan Ruas Pereira Coelho - Pesquisadora Associada - Centro Brasileiro de Análise Planejamento/CEBRAP;

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

Aline Abrantes

Psicóloga formada há 18 anos, com ampla experiência no serviço público. Funcionária Pública do Município de Cubatão, pós-graduada em Saúde Pública e no Programa Saúde da Família. Atuou por 10 anos na Atenção Secundária, com foco em Saúde Mental - CAPS AD e atualmente desenvolve suas atividades na Atenção Primária à Saúde, com ênfase no cuidado integral.

E-mail : aline_g.abrantes@hotmail.com

Carlos Roberto de Castro-Silva

Pós-doutoramento em Ciências Sociais pela University of Western Ontario, Canadá. Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Professor Associado do Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS). Credenciado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da UNIFESP. Coordena o grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS).

E-mail: roberto.castro@unifesp.br

Orcid: 0000-0002-8880-1042

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0357820757162104>

Claudia Camilo de Oliveira

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS), Mestre em Antropologia pela Universidade Livre de Berlim (FU-Berlin), Alemanha, graduada em Antropologia, Artes Cênicas e Educação Física UFMG. Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS). Membra do Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS).

E-mail: camilo.claudia@unifesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2882-2041>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2285013207798567>

Crisley dos Santos Passos

Atualmente com 31 anos, é nascido e criado na Vila dos Pescadores, em Cubatão. Formado em Recursos Humanos e técnico em Agente de Saúde, Atua como Agente Comunitário de Saúde há mais de 10 anos, num trabalho marcado pelo conhecimento técnico, gestão de pessoas, forte vínculo comunitário, compromisso social, proximidade com os moradores e pela busca constante por melhorias na qualidade de vida da população local.

Deborah Nimtzovitch Cualhete

Doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde - UNIFESP-BS. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde - UNIFESP. Filiada ao Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS) - UNIFESP. Especialista pelo programa de Residência Multiprofissional de Urgência e

Emergência no Hospital Santa Marcelina de Itaquera.

E-mail: cualhete.deborah@unifesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3531-3002>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7274241437907728>

Fernando Santos Andrade

Servidor Público Municipal. Agente Comunitário de Saúde da Unidade Básica de Saúde Dr. Lamuel Camargo Martins na Vila dos Pescadores.

Email: fernandosandrae007@gmail.com

Francisca Adeíza Nascimento Monteiro Oliveira

Secretária Adjunta de Ciência, Inovação e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Cubatão. Presidente do Fundo Social de Solidariedade de Cubatão (2017-2020). Servidora pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Cubatão há 16 anos. Bacharel em Direito e Ciências Sociais, Licenciatura em Letras - Português, Bacharel em Psicologia, Pós-graduada em Educação Especial - Deficiência auditiva. Aluna especial no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciência da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS). Participante do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS). Interlocutora e Preceptora voluntária do PET - Saúde Digital.

E-mail: adeizamonteiro.mestrado@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9005100212653044>

Hailton Yagiú

Psicólogo e Psicanalista, doutorando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde -

(UNIFESP-BS) e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS). Com base na Psicologia Sócio-Histórica e em perspectivas interdisciplinares, exploro por meio da pesquisa participante como as desigualdades, o racismo e as juventudes se articulam em um território socialmente vulnerabilizado, a partir das narrativas de jovens e lideranças locais.

E-mail: hyagiu@gmail.com

Lattes: lattes.cnpq.br/5212503381763963

Josilene Brandão de Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS) sendo bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Graduada em Serviço Social também pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Membro e pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS).

E-mail: brandao.josilene@unifesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1115638491600164>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3242-3855>

Laís dos Santos Silva

Agente Administrativa da Organização Social Sociedade Brasileira Caminho de Damasco, atuando na Unidade Básica de Saúde Dr. Lamuel Camargo Martins na Vila dos Pescadores.

Laura Leal Nosella

Bolsista pela FAPESP em modelo de Treinamento Técnico (TT3). Psicóloga Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS). Pós-Graduanda em Psicologia

Clínica Histórico-Cultural.

E-mail: lauralealnosesella@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0948188779525229>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5310-8609>

Lucélia Terezinha Avelino

Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS). Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS). Especialista em Filosofia pela UNESP. Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela USP. Psicóloga Social e Pedagoga. Diretora da Escola Pública Municipal. Ativista do Movimento Negro pela UNEGRO. Membra da Confederação Nacional das Entidades Negras - CONEN SP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5272079320840429>

Luciane Pinho de Almeida

Possui Mestrado (2000) e doutorado (2004) em Serviço Social pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP - SP e Pós-Doutorado em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca/Espanha. Bolsista produtividade PQ2. Recebeu o Prêmio Fundect Pesquisador Sul-Mato-Grossense 2023 - 2 LUGAR - Categoria Inovação para o Setor Público. Atual coordenadora institucional do Projeto PROEXT-PG “Políticas Públicas e Diálogo Intersetorial: Políticas Públicas e Sociais em saúde, educação, assistência social e desenvolvimento regional em Mato Grosso do Sul”.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9321225768028391>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7003-9264>

Mabel Solange de Figuerêdo Cavalcanti (Mabel Cavalcanti)

Doutoranda em Sociomuseologia (ULusófona/Portugal), Mestra em Política Social (2016) ISCSP/ULisboa, Com Especialização em Metodologia do Ensino Superior (FAFICA) e Graduação em História e Pedagogia. Membro da Fundação Cuidar o Futuro-Portugal, da ACLC-Academia Caruaruense de Literatura de cordel e da UBE-União Brasileira de Escritores.

E-mail: mabelinapinheiro@gmail.com

Ciência ID: EF1C-A9FB-0CD0

Orcid:<http://0000-0003-0971-6243>

Maria Inês Badaró Moreira

Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia. Pós Doutorado em Saúde Coletiva. Professora Associada do Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva/UNIFESP-BB. Credenciada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da UNIFESP.

E-mail maria.ines@unifesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1186084305231587>

Marly Vicente da Silva

Pernambucana de nascimento e Cubatense de coração, amo a minha comunidade Vila dos Pescadores. Liderança comunitária há mais de 40 anos atuando na cidade de Cubatão. Mãe de três filhos maravilhosos; Anderson, Alisson e Alan, que são o melhor de mim. Presidenta do Instituto Socioambiental e Cultural - ISAC.

E-mail: marlyvicentepescador@gmail.com

Mauro Serapioni

Sociólogo, doutorado em Ciências Sociais e Saúde pela Universidade de Barcelona (Espanha), investigador sénior

no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal), e professor visitante no Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia.

E-mail: mauroserapioni@ces.uc.pt

Nádia Vitorino Vieira

Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS), Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), graduada em Psicologia e Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membra do Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS) e colaboradora no Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde (CeHFi/ UNIFESP-Campus São Paulo)

E-mail: nadia.vieira@unifesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8264489967225985>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3863-8865>

Sandra Cristina de Costa e Silva

Moradora e fundadora do Exército da Salvação – APROSES da Vila dos Pescadores - Cubatão , atua há anos na organização e no fortalecimento de iniciativas sociais voltadas à comunidade local. Atualmente é voluntária do Núcleo do Exército da Salvação - Vila dos Pescadores, mantendo participação ativa nas ações comunitárias.

E-mail: aprosesviladospescadores@gmail.com

Sueli Terezinha Ferrero Martin

Professora aposentada do Departamento de Neurociencias e Saúde Mental, Unesp - Botucatu. Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP.

E-mail: suelitfmartin@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5874-063X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2768388264051978>

Thaís Cavalcante Braga

Graduação em Psicologia (UNISANTA), bolsista FAPESP na Iniciação Científica (UNIFESP-BS) e membro pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS).

E-mail: bthais01@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4593935965365303>

Vera Schattan Pereira Coelho

Doutora em Ciências Sociais, com especialização em Estado e Políticas Públicas pela UNICAMP, e pós-doutora pela FAPESP no CEBRAP. Foi pesquisadora visitante no Hauser Center da Kennedy School, Harvard University (EUA). Atualmente, integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC).

E-mail: verasp@uol.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2035086868379687>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2000-6536>

Victor Freire

Graduado em Psicologia, mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-BS), membro e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre a desigualdade social (LEDS).

E-mail: v.freire@unifesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1830-9649>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8311814802352422>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 117

Agentes comunitários de Saúde (ACS) 17, 29, 66, 76, 81, 83, 98

C

Cidadania 11, 12, 36, 42, 53, 79, 92, 94, 98, 126, 136

Comunidade 5, 7, 9, 12, 17, 22, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 92, 94, 98, 103, 110, 111, 113, 119, 123, 124, 125, 127, 136, 137, 138, 142, 146, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 162, 173, 174

Covid-19 3, 21, 39, 54, 56, 87, 117

Crise sanitária 10, 23, 62, 88, 118, 120, 134, 146, 150

Cuidado 5, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 41, 45, 46, 62, 73, 74, 78, 83, 84, 88, 92, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 139, 141, 142, 146, 147, 149, 150, 156, 168

D

Democracia 9, 11, 12, 13, 61

Desemprego 33, 39, 69, 70, 71, 75, 81, 118

Desigualdade social 18, 19, 20, 21, 22, 27, 36, 37, 42, 49, 56,

57, 60, 61, 77, 83, 89, 92, 110, 132, 134, 135, 142, 144, 159,
160, 168, 170

Direitos sociais 38, 42, 80

E

Educação Permanente em Saúde 9, 11, 20, 23, 101, 110, 112,
121, 125, 128, 130, 132, 155, 156

Ética do cuidado 124

Exclusão social 29, 36, 42, 62, 158, 160

Exército de Salvação 30, 40, 69, 86

F

Feminismo 132

G

Gênero 19, 33, 63, 100, 113, 115, 116, 129, 130, 131, 132, 146

I

Infâncias 9, 23, 92, 93, 94, 95, 105

ISAC 40, 43, 67, 69, 75, 78, 82, 87, 104, 117, 136, 144, 173

J

Juventude 10, 11, 23, 32, 36, 37, 44, 67, 80, 135, 136, 137, 138,
140, 141, 144, 146, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157,
158, 159, 160

M

Movimentos sociais 18, 26, 29, 46, 161

Mulheres 9, 10, 19, 21, 23, 32, 34, 43, 44, 52, 65, 76, 78, 110,
111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122,
124, 125, 126, 127, 128, 129, 131

N

Necropolítica 56, 160

P

- Pandemia 8, 22, 23, 39, 40, 41, 43, 54, 56, 60, 62, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 83, 87, 88, 89, 92, 97, 98, 119, 120, 134, 147, 148, 149, 150
- Participação social 42, 43, 54, 57, 77, 84, 117, 119, 124, 134, 135, 139, 151
- Pesquisa participante 7, 18, 19, 22, 28, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 101, 170
- Pesquisa qualitativa 26, 28
- Pobreza 7, 10, 33, 41, 61, 77, 85, 86, 88, 92, 93, 94, 96, 130
- Políticas públicas 20, 23, 29, 41, 60, 62, 71, 74, 77, 80, 82, 83, 95, 112, 116, 119, 121, 125, 126, 127, 128, 134, 135, 141, 143, 145, 156, 160
- População negra 33, 61
- Populações vulnerabilizadas 8, 88
- Pós-pandemia 92, 98, 150

R

- Raça 33, 95, 100, 113, 114, 116, 129, 146
- Redes 8, 23, 31, 46, 49, 50, 51, 60, 62, 74, 76, 77, 78, 87, 111, 113, 118, 122, 123, 125, 135, 136, 142, 147, 150, 155, 156, 161

S

- Saúde coletiva 20, 118, 124
- Saúde mental 19, 47, 137, 147, 148, 150
- Sindemia 8, 28, 40
- Sistema Único de Saúde (SUS) 9, 11, 12, 20, 23, 29, 73, 83, 112, 121, 124, 125, 126, 128, 130, 132, 160
- Sofrimento 12, 27, 36, 38, 42, 76, 132, 149

Solidariedade 7, 8, 9, 10, 12, 23, 40, 46, 60, 62, 69, 72, 73, 74, 76, 77, 82, 84, 98, 111, 115, 118, 120, 122, 123, 124, 129, 130, 135, 147, 154, 155, 157, 159

T

Território 8, 9, 10, 11, 17, 18, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 42, 43, 49, 51, 52, 60, 63, 66, 72, 73, 74, 81, 83, 87, 89, 93, 98, 102, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 124, 127, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 145, 148, 150, 151, 153, 156, 160, 170

Trabalho 4, 8, 19, 22, 23, 26, 27, 28, 30, 34, 39, 47, 48, 54, 61, 64, 65, 67, 70, 81, 82, 102, 114, 118, 122, 131, 137, 140, 148, 153, 160, 162, 165

U

Unidade Básica de Saúde (UBS) 30, 37, 63, 69, 71, 72, 73, 78, 80, 124, 169, 171



FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE

www.redeunida.org.br



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE SÃO PAULO



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



CUBATÃO
Prefeitura Municipal



Laboratório de Estudos
Sobre a Desigualdade Social
Ignácio Martin-Baró



ISBN 978-65-5462-227-1

